

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
Centro de Educação – CEDU
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE

Fabiano Duarte Machado

OS LIMITES DO DISCURSO DA IGUALDADE RACIAL NO BRASIL

Maceió
2010

FABIANO DUARTE MACHADO

OS LIMITES DO DISCURSO DA IGUALDADE RACIAL NO BRASIL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal de Alagoas / Centro de Educação (UFAL/CEDU).

Orientadora: Profa. Dra. Maria do Socorro Aguiar Oliveira Cavalcante.

Maceió
2010



Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

**Catlogação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

M149 1 Machado, Fabiano Duarte.
Os limites do discurso da igualdade racial no Brasil / Fabiano Duarte Machado,
2010.
123 f.

Orientadora: Maria do Socorro Aguiar Oliveira Cavalcante.
Dissertação (mestrado em Educação Brasileira) ó Universidade Federal de
Alagoas. Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação
Brasileira. Maceió, 2010.

Bibliografia: f. 105-108.
Anexos: f. [109]-123.

1. Democracia racial ó Brasil. 2. Analise do discurso. 3. Estado. 4. Ideologia.
I. Título

CDU: 376.74(81)

Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação



Os limites do discurso da igualdade racial no Brasil.

FABIANO DUARTE MACHADO

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 14 de dezembro de 2009.

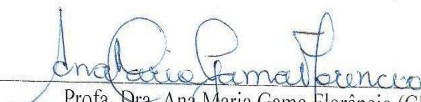
Banca Examinadora:



Profa. Dra. Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante (CEDU - UFAL)
(Orientadora)



Prof. Dr. Helson Flávio da Silva Sobrinho (FALE - UFAL)
(Examinador Externo)



Profa. Dra. Ana Maria Gama Florêncio (CEDU - UFAL)
(Examinadora Interna)

À Olguinha e à Wanessa, com minhas sinceras desculpas pelas horas trancado na biblioteca, os meus sinceros agradecimentos pela paciência e por todos os momentos sempre elevando meu ânimo.

AGRADECIMENTOS

A todos aqueles que de uma maneira ou de outra contribuíram para a realização deste trabalho, os nossos eternos agradecimentos:

Aos meus pais e irmãos, que sempre estiveram ao meu lado em todas as caminhadas.

À professora Maria do Socorro Aguiar Oliveira Cavalcante, pelo exemplo de ser humano e, acima de tudo, uma excelente educadora que, com enorme dedicação e paciência, assumiu a nossa orientação.

À professora Ana Gama, pelas contribuições sobre AD e suas sugestões apresentadas no momento da qualificação.

Ao professor Helson Flávio, pelas contribuições sobre AD e suas sugestões no momento da qualificação.

Ao companheiro Alexandre Fleming, por primeiro nos ter apresentado a Análise do Discurso.

Aos trabalhadores que, com seu trabalho, produzem toda a riqueza da nação, o que possibilita a existência da Universidade pública e gratuita.

“Os comunistas não se rebaixam a dissimular suas opiniões e seus fins. Proclamam abertamente que seus objetivos só podem ser alcançados pela derrubada violenta de toda a ordem social existente. Que as classes dominantes tremam à idéia de uma revolução comunista! Os proletários nada têm a perder nela e não ser suas cadeias. Têm um mundo a ganhar.”

Marx e Engels (1848)

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo apontar os limites do discurso da igualdade e da democracia racial desenvolvido no Brasil respectivamente pelo governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo seus opositores nas políticas afirmativas que em suas críticas resgatam a memória da democracia das raças no Brasil, na tentativa de apagar as contradições da formação histórica brasileira. Para desenvolver essa análise partimos das particularidades do Estado no Brasil, desde as concepções clássicas, desenvolvendo a construção do Brasil como Estado nação e seu projeto educacional ao longo dos séculos. A formação da identidade negra também foi trabalhada a partir das influências teóricas do processo abolicionista, para assim desenvolver as condições de produção do discurso de democracia racial. Para efetivar nossa análise, utilizamos o referencial teórico-metodológico da Análise do Discurso. Mediante as categorias condições de produção, formação ideológica, formação discursiva, memória, implícito e silenciamento mostramos, a partir das falas do governo e de seus opositores os limites das referidas políticas.

Palavras-chave: Discurso, Democracia racial, Estado e Ideologia.

ABSTRACT

This paper aims to point out the limits of the discourse of equality and racial democracy in Brazil developed by the government of President Luiz Inácio Lula da Silva as well as his opponents of affirmative action policies which in his criticism recover the memory of democracy of races in Brazil, trying to put an end to all contradictions of Brazil's historical formation. To develop this analysis we set out from the particularities of the State in Brazil, from the classical concepts, developing the construction of Brazil as a nation and its educational project over the centuries. The formation of black identity has also been processed from the theoretical influences of the abolitionist process to fully develop the conditions of production of the discourse of racial democracy. To develop our analysis we use the theoretical and methodological framework of its discourse analysis. Through the categories of production conditions, ideological formation, discursive formation, memory, implicit and silencing, we show from the speech of the government and its opponents the limits of such policies.

Keywords: Speech, Racial Democracy, State and Ideology.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 ESTADO, CAPITALISMO E EDUCAÇÃO NO BRASIL	14
1.1 Introdução à teoria geral do Estado	14
1.2 Particularidades da formação do Capitalismo e do Estado brasileiro	19
1.3 A educação e o liberalismo escravocrata imperial	23
1.4 A educação na República oligárquica	25
1.5 A crise do modelo agroexportador: educação e consenso pós-Constituição de 1934	28
1.6 O nacional-desenvolvimentismo e a formação do capital humano	31
1.7 A crise do nacional-desenvolvimentismo: o consenso neoliberal e as políticas afirmativas	34
1.8 A construção das ações afirmativas no Brasil: a conjuntura histórica que fez emergir o acontecimento discursivo da igualdade racial	37
1.9 A década de 1990 e o governo FHC	42
2 A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA	47
2.1 As condições de produção do discurso abolicionista no Brasil	47
2.2 A construção da república e a identidade nacional	52
2.3 A crise do escravismo e o sentido da abolição	57
2.4 As teorias raciais e a construção da imagem do negro	59
2.5 A construção do mito da democracia racial	61
3 NAS TRILHAS DA ANÁLISE DO DISCURSO	65
3.1 Panorama histórico do conceito de ideologia no marxismo	65
3.2 O marxismo como ideologia	67
3.3 O porquê da escolha do dispositivo teórico da AD	75
3.3.1 Condições de produção do discurso	78
3.3.2 Implícitos e silenciamentos como forma de negar a exclusão racial	79
4 IGUALDADE RACIAL VERSUS DEMOCRACIA RACIAL: ANALISANDO OS DISCURSOS	82
4.1 Considerações sobre a questão das políticas de ações afirmativas	82
4.2 Os limites do discurso de igualdade racial do governo Lula	85
4.3 Todos têm direitos iguais na República democrática?	93

CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS	105
ANEXOS	109
Anexo 1: Discurso do Presidente na criação da SEPPIR	110
Anexo 2: Manifesto: Todos têm direitos iguais na República Democrática.....	118

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem uma profunda relação com minha trajetória acadêmica no curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Alagoas e com minha atuação como liderança do movimento estudantil. Na verdade, o projeto de escrever sobre os limites do discurso da igualdade racial se insere num momento de reflexões históricas e teóricas profundas, em que está em curso no país um projeto de reforma universitária, quando o discurso oficial busca envolver os movimentos sociais no bojo de sua execução, difundindo a ideia de que suas atuais ações estão sintonizadas com as necessidades históricas do movimento negro

Como minha formação acadêmica foi profundamente marcada pela luta estudantil, e, conseqüentemente pela discussão da reforma universitária, procurei, diante de minhas experiências de vida, desenvolver uma reflexão que desembocou nesse projeto que, creio eu, terá utilidade não só para a comunidade acadêmica, mas também para a militância e a sociedade em geral.

Além da minha atuação no Centro Acadêmico de História e no Diretório Central dos Estudantes, outro aspecto que teve relevância na escolha do meu objeto foi o meu ambiente de trabalho nas salas de aula de cursos pré-vestibulares e na rede estadual, onde o tema das políticas afirmativas de inclusão como as cotas para afrodescendentes nas Universidades causou frenesi e debates acalorados entre defensores e opositores das referidas políticas.

Diante dos grandes debates travados entre estudantes e professores, movimentos sociais e a sociedade, que vêm sendo realizados a partir da aplicação das políticas de ações afirmativas e do estatuto da igualdade racial, principalmente, das cotas para negros nas universidades, é que sentimos a necessidade de desenvolver a presente dissertação, entendendo a pertinência e a importância desta na contribuição desse debate, ora em andamento, no interior da sociedade brasileira.

No primeiro capítulo – intitulado Estado, capitalismo e educação no Brasil – desenvolvemos uma discussão inicial sobre a teoria geral do Estado, com o intuito de demonstrar a natureza do Estado brasileiro e seu caráter conservador, e com

isso mostrar os limites do discurso do governo Lula no tocante à questão da “igualdade racial”.

Para desenvolver esta dissertação, ainda no primeiro capítulo, foi de fundamental importância localizar os afrodescendentes no processo histórico brasileiro, conseqüentemente, a sua exclusão do processo educacional formal. A partir desse enfoque foi feita uma análise da escravidão colonial e seus desdobramentos, buscando fundamentar a pesquisa numa perspectiva histórica, enfatizando um dos seus principais problemas que permanecem intrínsecos à natureza da sociedade escravista durante os séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, como também a sua influência nas políticas públicas de educação, no tocante à questão étnica no Brasil até os dias atuais.

Nosso foco principal neste trabalho foi analisar os efeitos de sentido do discurso de uma política pública, em especial, o projeto de igualdade racial do governo Lula para a sociedade brasileira. Nesse sentido, o governo tenta veicular o seu discurso como sendo o discurso do movimento negro, e o próprio movimento negro em sua maioria, de certo modo, reconhece no governo Lula alguns elementos da proposta de igualdade racial defendida por ele.

No segundo capítulo procuramos demonstrar os limites da transição do trabalho escravo para o assalariado no Brasil, mostrando as estratégias das elites, através de políticas como a abolição lenta, gradual e controlada e o branqueamento com o processo de imigração europeia. Ainda nesse capítulo buscamos refletir sobre as transformações no capitalismo e suas repercussões no Brasil, trazendo as influências teóricas que marcaram a formação das correntes abolicionistas nacionais. O objetivo do segundo capítulo é demonstrar a construção da identidade do negro na construção da república brasileira.

No governo Lula, já estão registradas cerca de 65 ações voltadas para a tão propalada construção da igualdade racial no Brasil. Não é nosso objetivo analisar essas ações que têm uma ampla gama de atuação nas três esferas de governo, passando pelo: estímulo e ampliação do acesso de Afro-brasileiros ao ensino superior; cursos de qualificação patrocinados pelo FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador); o Projeto geração XXI; o Programa de combate à anemia falciforme; reconhecimento e titulação de terras de comunidades remanescentes de quilombos; atividades comunitárias destinadas à promoção de crianças e jovens, através de

reforço escolar e de atividades profissionalizantes; atividades de apoio e estímulo à microempresários afro-brasileiros.

Nosso objetivo passa sim pela análise dos efeitos de sentidos do discurso do governo e seus limites com a realidade objetiva, principalmente na possibilidade de concretização ou não da igualdade racial no marco da sociedade capitalista.

Também é importante mencionar que o foco desta dissertação se concentrará em analisar o discurso considerado por nós como o fundador da política da igualdade racial, discurso esse proferido em Brasília no palácio do Planalto em 21 de março de 2003, que criou a Secretaria Especial para Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) – órgão responsável pela implementação das políticas raciais, sendo as mais importantes o Estatuto da Igualdade racial e as cotas –, e ainda mostrar os limites no discurso dos opositores das políticas raciais do governo Lula.

Procuramos, nesta dissertação, mostrar os efeitos de sentidos do discurso de igualdade racial do governo e seus efeitos para o movimento negro, principalmente no processo de cooptação de parte desses movimentos para dentro do governo, como nos mostra a estratégia do presidente Luis Inácio Lula na criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade racial e ainda na composição de ministérios como o da Cultura, Meio ambiente e Assistência Social, que através de um discurso de promoção racial procura comprometer o movimento negro, ou, pelo menos, uma parte muito considerável, com as medidas do governo.

Assim, especificamente, o nosso trabalho buscará, mediante a fundamentação da Análise do Discurso (AD), assumindo uma perspectiva que concebe a língua como constitutiva, opaca, incompleta, de autonomia relativa, desvelar o confronto entre os discursos contrários à política de cotas e as intenções presentes nos discursos oficiais do governo Lula. Procuraremos demonstrar que a relação entre as reais necessidades e interesse dos negros brasileiros e as políticas afirmativas do governo Lula encontra-se em descompasso. Na verdade, partimos do pressuposto de que também elas estão inseridas na lógica da nova ordem do capital. Nossa intenção é desvelar o real sentido da política de igualdade racial do governo Lula e os limites dessa política, sem esquecer dos limites das críticas dos seus opositores.

Para efetivar nossa análise, o terceiro capítulo foi construído com o intuito de desenvolver as categorias da AD que foram utilizadas, dentre as quais merece destaque uma discussão panorâmica sobre o conceito de ideologia no campo do marxismo, para assim lançarmos mão do conceito de formação ideológica.

Ainda no terceiro capítulo tratamos da noção de condições de produção do discurso e de silenciamento. Apesar de não ser uma categoria da AD, utilizaremos também o conceito de implícitos pelo fato de essa categoria remeter ao não dito.

Feitas as reflexões teóricas, partimos para o capítulo quatro, onde desenvolveremos a análise do discurso da igualdade racial do governo Lula e de seus opositores, demonstrando seus limites e possibilidades.

1 ESTADO, CAPITALISMO E EDUCAÇÃO NO BRASIL

O objetivo deste capítulo é apresentar reflexões acerca dos limites do discurso da “igualdade racial”, a partir da natureza do Estado brasileiro e da ação deste na aplicação de políticas públicas. Para realizar uma análise sobre o tema acima proposto, torna-se fundamental um resgate histórico dessas políticas – como surgem, em que condições objetivas – e a relação delas com as características peculiares do Estado brasileiro e no que diz respeito aos movimentos sociais, na atualidade, em face do desenvolvimento do modelo econômico neoliberal.

Também pretendemos fazer um paralelo entre a formação do Estado brasileiro, o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas e a estruturação da educação, buscando assim a formação de um alicerce histórico-crítico para analisar os limites do discurso da igualdade racial do governo Lula e suas implicações na realidade brasileira.

1.1 Introdução à teoria geral do Estado

Para entendermos as particularidades do Estado brasileiro, resolvemos antes apresentar, de forma sucinta, os conceitos de Estado em pensadores clássicos, como Thomas Hobbes, John Locke, Rousseau, Marx, Lênin e Gramsci.

O desenvolvimento do capitalismo na Idade Moderna inaugurou uma nova formação de Estado, denominada de Estado moderno, que, por sua vez, foi-se transformando, a partir do desenvolvimento da infraestrutura capitalista e de suas novas necessidades de ampliação comercial.

Nos idos do século XV, em pleno processo de transição feudo-capitalista, o desenvolvimento das forças produtivas e o equilíbrio de forças das classes sociais, em especial da nobreza e da burguesia mercantil, exigiram um modelo de Estado absolutista, em que a centralização do poder e a intervenção estatal na economia foram fundamentais para o desenvolvimento e expansão da infraestrutura capitalista, gerando o que Marx vai denominar de acumulação primitiva de capital, processo decisivo para a consolidação do projeto societal do capital nos séculos seguintes.

Com o advento das relações capitalistas, o Estado moderno ganhou características que o diferenciam dos Estados antigos. Dessas características podemos destacar duas: a primeira é a sua autonomia, ou seja, a sua soberania lhe permite que sua autoridade não dependa de nenhuma outra autoridade; a segunda é a distinção entre Estado e sociedade civil, que vai se tornar mais clara com as revoluções burguesas, a partir do século XVII, quando o Estado se torna uma organização distinta da sociedade civil.

Essas transformações econômicas e políticas vão desenvolver a ciência política e formar intelectuais que irão dedicar todas as suas energias a entender e pensar o Estado como esse novo ente. Entre esses intelectuais destacaremos Hobbes¹, que como outros pensadores de sua época, parte do pressuposto de que os homens em estado natural (primitivo) são autodestrutivos, devido à natureza humana, que é povoada pelos anseios de poder e propriedade.

Para evitar a autodestruição e a “selvageria do espírito humano”, os homens percebem a necessidade de estabelecer entre os seus pares um acordo, um contrato que resulta da formação do Estado e que servirá de instrumento para controlar “os lobos” contidos no interior dos indivíduos, ou seja, dito de outra forma, seria o Estado, criado pelo contrato social, o instrumento fundante da sociedade, pois é ele que teria a função de controlar e impedir que o egoísmo e a destruição mútua triunfem, colocando em xeque a sociedade.

Para Hobbes, o elemento fundante da sociedade seria o contrato estabelecido entre o povo e o soberano, ao qual era confiado o poder absoluto, ou seja, o Leviatã, em que a sociedade de indivíduos competitivos seria controlada e regida por esse poder supremo. A sociedade abriria mão da sua liberdade em troca da suposta civilização que, na concepção hobbesiana, se realiza na constituição do Estado com poderes absolutos.

¹ Para um aprofundamento do referido pensador, ver o volume a ele dedicado da coleção “Os Pensadores”, da editora Nova Cultural.

Com a explosão das revoluções burguesas na Inglaterra, no século XVII, a idéia de *habeas corpus*² desenvolvida por John Locke³ já criava mecanismos para a proteção dos cidadãos, ou seja, com o triunfo da *Bill of Rights* (Declaração dos Direitos) os indivíduos deixariam de ser súditos para se tornarem cidadãos com igualdade jurídica. Contudo, Locke não rompe com a idéia do suposto espírito egoísta dos homens. Apesar de reconhecer a liberdade dos homens em seu estado natural, ele reconhece o perigo dessa liberdade – a propriedade privada –, que para ele é um direito natural. Dito de outra forma, Locke reconhece que é preciso estabelecer limites a essa liberdade natural a fim de proteger a propriedade.

Em Locke, a ideia do contrato continua, ou seja, o elemento fundante da sociedade civil continua a ser o Estado, com uma clara diferença e novidade em relação a Hobbes, pois Locke admite o rompimento desse contrato, coisa impensada no *Leviatã*, devido a sua natureza absoluta. Para Locke, o contrato pode ser quebrado desde que o soberano conspire contra o que ele vai chamar de direitos naturais, ou seja, a vida, a liberdade e a propriedade privada. Dito de outra forma, o Estado em Locke continua a ser soberano, todavia seu poder vem do contrato que lhe deu origem, isto é, seu poder não tem uma origem extraterrena (divina) e essa característica do pensamento político de Locke vai se tornar a pedra filosofal do liberalismo político.

A evolução do Estado moderno, depois de passar pelo Absolutismo monárquico, evoluindo para o contratualismo hobbesiano, e depois para o contratualismo liberal, chega ao modelo de Estado desenvolvido com as revoluções do século XVIII, em especial a Francesa, ou seja, o Estado democrático-burguês, que tem seu principal expoente em Rousseau.

² *Habeas corpus*, significando em latim "*Que tenhas o teu corpo*", é uma garantia constitucional em favor de quem sofre violência ou ameaça de constrangimento ilegal na sua liberdade de locomoção, por parte do Estado. Sua origem remonta à Magna Carta, de 1215, imposta pelos nobres ao rei da Inglaterra com a exigência do controle legal da prisão de qualquer cidadão. Sua utilização só foi restrita ao direito de locomoção dos indivíduos em 1679, através do *Habeas Corpus Act*.

³ Para um aprofundamento do referido pensador, ver o volume a ele dedicado da coleção "Os Pensadores", da editora Nova Cultural.

O contrato social de Rousseau⁴, sem dúvidas traz uma novidade ainda mais progressista que o contrato de Locke, pois, para este, o contrato produz a sociedade, o governo e o Estado. Já em Rousseau, o contrato constitui a sociedade, à qual deve servir, ou seja, a soberania pertence ao povo, através de sua assembleia, pois o governo constitui-se apenas dos comissários do povo.

No século XVIII, Rousseau já inicia uma crítica com relação à ideia do Estado como elemento fundante da sociedade civil, pois parte da ideia de que a sociedade corrompe o homem, e que é necessário desenvolver uma sólida educação voltada para potencialidades da cidadania, em que a vontade geral decidiria os rumos da sociedade civil.

Sem dúvida nenhuma, é em Marx, no século XIX, que o conceito de Estado aparece com um corte histórico-ontológico, apontando o equívoco dos contratualistas e de Rousseau, que elegem a política como elemento fundante da sociedade. Para Marx, o elemento fundante do ser social seria o trabalho, que retira a humanidade da sua condição natural para uma condição social, recolocando, dessa forma, o papel do Estado na História, dando-lhe uma função estratégica na superestrutura de uma determinada ordem econômica.

Marx observou a relação entre o conjunto das relações econômicas que ocorrem na sociedade civil, e sua relação com as questões políticas que ocorrem no Estado, o que nas concepções burguesas aparece de maneira separada e distorcida. É por isso que para Marx o Estado é, em última instância, uma expressão da sociedade civil, onde ocorrem as relações de produção.

Para compreender a concepção de Estado fundamentada em Marx, à qual nos filiamos, é preciso perceber que as questões jurídicas, políticas e culturais não podem ser explicadas por si mesmas, sem uma relação com a reprodução das condições materiais de existência humana.

⁴ Para um aprofundamento do referido pensador, ver o volume a ele dedicado da coleção “Os Pensadores”, da editora Nova Cultural.

Dito de outra forma, resgatando Lênin em sua obra *O Estado e a Revolução*, o Estado se constitui como instrumento de preservação e dominação da classe exploradora sobre as classes produtoras.

Para Lênin, o Estado aparece no momento histórico em que os antagonismos de classes não podem ser conciliados objetivamente, ou seja, o Estado é o produto e a manifestação do caráter inconciliável dos interesses antagônicos das classes sociais, e a sua existência prova, historicamente, a incompatibilidade dos interesses das classes sociais, ou seja, no marxismo o Estado perde seu suposto caráter universal e imparcial e passa a ser visto com uma natureza de Classe e como uma expressão dialética da estrutura econômica de uma dada época da história humana.

No campo da crítica marxista acerca da concepção de Estado, merece destaque por sua predominância no ambiente acadêmico o pensador italiano Antônio Gramsci, que apesar de sua fundamentação na obra de Marx, apresenta uma definição diferenciada de Estado tanto do próprio Marx quanto de Lênin.

Gramsci desenvolve o conceito de Hegemonia, com a intenção de referir-se ao sistema de alianças que o proletariado, organizado em um partido revolucionário, deveria criar para derrotar o poder burguês e configurar a base social do poder da classe trabalhadora. Para o referido autor, o partido seria o príncipe moderno na construção de um novo consenso, com a formação de seus intelectuais orgânicos.

É importante salientar que Gramsci, diferentemente de Marx e de Lênin, não via o Estado apenas como instrumento de força de classe, mas sim como um somatório de força e consenso. Ou seja, para o pensador italiano, nas sociedades modernas desenvolvidas uma determinada classe dominante não estabelece seu domínio apenas pela força.

Dito de outra forma, a hegemonia da classe dominante ocorre através de complexos instrumentos desenvolvidos na sociedade civil que estabelecem seus interesses corporativos, exercendo “uma certa” liderança moral e intelectual que desemboca na formação de um “consenso”, a partir dos interesses dominantes, dentro da correlação de forças da luta de classes. Essa correlação é denominada por Gramsci como bloco histórico.

O bloco histórico-social, na concepção gramsciana, representa, em última análise, um limite mínimo para o estabelecimento de uma determinada ordem social, em uma dada época histórica, na qual se desenvolve a hegemonia de uma determinada classe dominante, por meio das instituições e de seus intelectuais orgânicos.

Dialogando com a experiência da Revolução Russa, Gramsci desenvolve a tese de que a sociedade russa do início do século XX, com suas características peculiares – czarismo, atraso econômico, atraso político, fraco desenvolvimento da sociedade civil e Estado forte –, permitiu a estratégia vitoriosa dos bolcheviques liderados por Lênin.

Para o pensador italiano, as sociedades modernas podem ser divididas em dois tipos, a partir do desenvolvimento de sua economia, do Estado e da sociedade civil. Sendo assim, teríamos as sociedades do **tipo “Ocidental”**, que desde o desenvolvimento clássico do capitalismo alcançaram as potencialidades dessa forma de sociabilidade, consolidando não só um forte Estado, mas também uma organizada e poderosa sociedade civil. E as sociedades do **tipo “Oriental”**, que devido ao seu atraso econômico e suas formas anômalas de inserção na modernidade, desenvolveram Estados poderosos, com uma sociedade civil pouco organizada e fraca.

Gramsci, ao analisar a Revolução Russa, colocou o Império czarista no rol das sociedades “Orientalizadas”.

1.2 Particularidades da formação do Capitalismo e do Estado brasileiro

Ao analisar a gênese do Estado brasileiro, o autor Carlos Nelson Coutinho também trabalha com a categoria de Estado Tipo Oriental, ao afirmar que, até recentemente, a história do Brasil caracterizou-se pela presença de um Estado extremamente forte, autoritário, em contraposição a uma sociedade civil débil, primitiva, amorfa.

Partindo da concepção marxista de Estado⁵, à qual nos filiamos, em que as relações econômicas desenvolvidas no âmbito da sociedade civil vão determinando, numa relação dialética, as relações políticas e o arcabouço do Estado, passaremos a caracterizar a sociedade civil brasileira. Esta se constitui como expressão do conservadorismo econômico das suas origens coloniais, assentada no latifúndio escravocrata, caracterizando assim o Brasil como Estado nacional, integrado no mercado capitalista, com uma função marginal, ou melhor, exportador de produtos primários.

O Estado brasileiro vai pois se moldando de acordo com os interesses das classes controladoras da economia, mantendo um caráter profundamente reacionário.

Como não é o objetivo deste trabalho desvelar as minúcias da natureza do Estado brasileiro, mas sim suas características gerais, afirmaremos que a tradição bonapartista, ou seja, uma autocracia burguesa, inaugurada em 7 de setembro de 1822, e que irá se repetir com o 15 de novembro de 1889, em 1930 com Getúlio Vargas, e em 1964 com os generais presidentes, é uma marca do Estado brasileiro, pois os momentos históricos citados nos mostram como o discurso modernizador das classes dominantes brasileiras, materializado no poder político ou Estado, serve para encobrir, em cada momento de transformação do sistema capitalista, o reordenamento geral da sociedade civil brasileira às demandas da economia mundial.

A via de desenvolvimento capitalista brasileiro⁶, resumidamente, resultou na formação de uma economia débil que implicou a formação de uma burguesia débil, ligada umbilicalmente ao mercado mundial por sua atividade econômica débil, agroexportação baseada na exploração da mais-valia absoluta, e foi ao longo da História reforçando a natureza autocrática do Estado brasileiro.

O que podemos observar nas chamadas políticas públicas atuais é que, tendo muitas delas nascido no seio dos anseios populares, como por exemplo as políticas afirmativas, o Estado se apropria do discurso histórico dessas bandeiras de luta dos trabalhadores para (re)significar essas políticas a fim de reforçar o domínio político,

⁵ A concepção à qual nos filiamos foi desenvolvida por Lênin em sua obra *O Estado e a Revolução*.

⁶ Para uma melhor compreensão da formação da economia e da burguesia no Brasil, ler a obra de Mazzeo A. C., *Burguesia e Capitalismo no Brasil*, editora Ática, São Paulo, 1988.

marca da autocracia burguesa, e garantir assim as condições necessárias para a reprodução das relações econômicas amorfas que caracterizam o capitalismo brasileiro.

Na perspectiva da Análise do Discurso, o que possibilita esse processo de (re)-significação é o caráter dialógico da linguagem, que permite a apropriação de elementos já discutidos em outros momentos históricos, em outras formações ideológicas, por sujeitos situados em formações ideológicas antagônicas⁷.

O que podemos observar sobre a natureza do Estado brasileiro é que a cada ciclo do capital (sim, porque o Estado brasileiro foi e é uma (re)invenção da modernidade burguesa) a sua natureza autocrática aflora, e o faz numa mão dupla que tem como função, por um lado, neutralizar a marcha das classes proletárias, e por outro, ao mesmo tempo, chamar para si as tarefas que historicamente seriam da frágil burguesia nacional e do grande, porém disperso e mal organizado, proletariado. Ou seja, as tarefas que deveriam ser resolvidas na arena da sociedade civil são invertidas e resolvidas na arena da sociedade política, melhor dizendo, do Estado, reforçando o caráter débil da sociedade civil brasileira.

O processo de desenvolvimento das estruturas capitalistas no Brasil não seguiu a trajetória clássica de países como a Inglaterra e a França que, ao longo de sua história, desenvolveram mecanismos de acumulação primitiva, com a manufatura consolidando a ordem do capital via revoluções burguesas, desenvolvendo desse modo a capacidade máxima societal desse sistema, ou seja, a conquista da igualdade jurídico-fiscal com a manutenção das desigualdades sociais.

À medida que o desenvolvimento das forças produtivas no Brasil não rompe com o modelo escravocrata agroexportador, o desenvolvimento da sociedade brasileira vai sendo marcado profundamente pela polarização social, na qual uma ínfima minoria da sociedade, ou seja, apenas os grandes proprietários de terras escravocratas e uma ampla maioria de escravos, mantinha uma estrutura econômica anacrônica e excludente. Dizendo de outro modo, através do monopólio da terra e da monocultura da cana-de-açúcar desenvolveu-se um arcabouço social, amparado jurídica e politicamente, extremamente desigual e excludente, que colocava as populações negras completamente marginalizadas do sistema educacional.

⁷ Trataremos desses conceitos de análise do discurso nos próximos capítulos.

Quando observamos os dados históricos, as constatações são ainda mais perversas. Para citar apenas duas variantes, podemos afirmar que o Brasil foi o último país do mundo a abolir oficialmente a escravidão, e, ao longo de três séculos, mais de quatro milhões de africanos foram retirados de sua terra natal para ser vendidos e utilizados como escravos.

O sistema educacional, durante os tempos coloniais, praticamente inexistia, a não ser o trabalho desenvolvido pelos jesuítas com o objetivo de garantir a catequização. De certo modo, era o equivalente ao processo de alfabetização dos dias de hoje, porém, com forte conteúdo católico, pois o projeto colonial lusitano estava sintonizado com as questões religiosas na Europa, ou seja, as disputas entre católicos e protestantes. Sendo assim, era necessário ampliar os domínios “espirituais da Igreja de Roma”, convertendo os povos ameríndios para a doutrina papal, o que, do ponto de vista político-econômico, seria a justificativa e o facilitador ideológico para uma colonização de exploração comandada pelo interesses mercantilistas do Estado português, que, por sua vez, era ligado umbilicalmente à Igreja Católica.

O ensino superior, que tinha como função a formação de uma burocracia para a administração dos negócios coloniais, ficava a cargo da estrutura metropolitana, que recebia os filhos dos grandes proprietários de terras, quando atingiam a maioridade, sendo seus estudos financiados e garantidos em Portugal, especialmente em Coimbra.

Com a expansão da revolução industrial e o avanço das idéias liberais iluministas na Europa e América do Norte, as condições econômicas e políticas que sustentavam o antigo regime colonial português vão sendo abaladas, possibilitando o surgimento de movimentos nacionais que contestavam o pacto colonial e desenvolviam um projeto nacional. Todavia, esse projeto, por circunstâncias da conjuntura europeia do início do século XIX, será tutelado pela presença da corte lusitana no Rio de Janeiro.

A transferência da corte para o Rio de Janeiro trouxe também todo o aparato burocrático do Estado lusitano, o que resultou na estruturação do Estado imperial brasileiro, à imagem e semelhança do modelo metropolitano, chegando ao ponto de o Brasil ser o único país do mundo colonial em que os próprios metropolitanos

gritaram a independência, na contramão dos nossos vizinhos sul-americanos, que mergulhavam em experiências republicanas.

Do ponto de vista oficial, a partir do controle estatal, as primeiras escolas públicas organizadas no Brasil remontam ao início do século XIX, durante o período joanino, que marcou a estada da corte no país, durante treze anos (1808-1821). Nesse período, foi estruturada uma rede mínima de escolas e instituições de ensino superior, que se concentrava na nova sede imperial, Rio de Janeiro, e em Salvador, para atender às demandas da corte e das elites agroexportadoras. Como afirma Chizzotti (2005, p.38),

D. João parece ter pretendido criar um sistema de escolas públicas, pois 'compreendendo a vantagem e necessidade de organizar a instrução pública e tudo o que lhe dissesse respeito, debaixo de um plano sistemático, que reunisse todos os estabelecimentos entre si e os submetesse a um mesmo pensamento, o da unidade da nação, (...) O projeto elaborado pelo Conde de Barca, Gal. Francisco de Borja Gastão Stockler (...), dividindo a instrução pública em quatro graus: as pedagogias, que compreendiam o ensino elementar primário; os institutos, que acrescentavam às pedagogias os conhecimentos necessários aos agricultores, artistas, operários e comerciantes; os liceus, que ministravam os conhecimentos científicos; e as academias, que desenvolviam os conhecimentos das ciências abstratas e os estudos das ciências morais e políticas. O projeto, pela sua inspiração liberal, pelo risco de formar uma massa letrada e um sistema que nem Portugal, nem a própria França possuíam, contrastava com os interesses colonialistas da Coroa. Por outro lado, o erário, exaurido de todas as formas pelas cortes, não teria condições de implementar plano tão amplo.

1.3 A educação e o liberalismo escravocrata imperial

Com a Independência do Brasil e a formação de seu estado nacional, a situação pouco ou quase nada mudou em relação à questão negra e ao acesso à educação, pois o significado do processo de Independência brasileiro foi o de manutenção dos privilégios das elites latifundiárias, conseqüentemente, mantendo e ampliando as estruturas de produção do agronegócio exportador com base no trabalho escravo.

Como podemos observar, a Constituinte de 1823, que em 6 meses de trabalho produziu mais discursos vazios que diretrizes para o funcionamento da educação nacional, teve como resultado o abandono da educação básica, que foi

relegada à iniciativa privada, só se alterando lentamente a partir do Ato Adicional de 1834.

A Constituição outorgada em 1824, por D. Pedro I, consolidou uma estrutura de legislação no Brasil Império que só aprofundou o abismo social entre a elite branca e a maioria negra. Um exemplo que ilustra a fundo esse abismo social foi a aprovação da lei imperial de terras em 1850, que decisivamente excluiu o acesso dos negros à posse da terra, pois a dificuldade de registro das propriedades limitou o acesso dos pequenos proprietários e dos negros alforriados.

Um outro elemento de análise são as leis abolicionistas de 1871, 1885 e 1888, que tratavam respectivamente da Lei do Ventre Livre, do Sexagenário e da Lei Áurea, as quais demonstravam o papel do Estado brasileiro assentado no capitalismo de “via prussiano-colonial”. Como afirma Mazzeo (1988, p. 21-22),

Fundamentalmente, na Inglaterra e na França, o desenvolvimento do capitalismo passou por revoluções burguesas, respectivamente, 1640 e 1789, que destruíram o poder feudal, construindo um capitalismo e uma burguesia forte, verdadeiramente nacional. Esse caminho pode ser chamado de ‘via clássica’ para o capitalismo. Um outro caminho de desenvolvimento do capitalismo é o que se deu na Alemanha. Lá o processo de construção capitalista é dado numa acumulação capitalista de cunho agrário, onde a antiga nobreza Junker torna-se burguesia e onde, como foi mencionado, o processo de consolidação do modo de produção capitalista não passa por revoluções, mas por uma conciliação política entre a burguesia e a nobreza, no estado bismarckiano. Lenin chamou esse processo de ‘Via Prussiana’ de desenvolvimento capitalista. [...] **A não ruptura com a estrutura de produção escravista e exportadora confirmará a dimensão colonial da economia brasileira, o que lhe dará a condição de economia subordinada e dependente dos pólos centrais da economia mundial.** Daí denominarmos o caminho brasileiro para o capitalismo de ‘via prussiano-colonial’. (Grifos nossos).

As referidas leis só contribuíram para o controle da luta negra em benefício do patronato agrário. De acordo com a Lei do Ventre Livre, previam-se indenizações aos latifundiários que libertassem as crianças negras a partir da referida data, ou podiam exigir o trabalho dessas por mais nove anos, quando completariam a sua maioridade. A segunda lei do sexagenário tinha o conteúdo ainda mais perverso para os negros, pois “agraciava-os” quando atingissem a idade de 60 anos, trabalhando mais três para indenizar o senhor ou teriam de esperar completar os 65 anos e só assim receberiam a alforria. Como é de conhecimento público, a expectativa de vida dos negros submetidos ao trabalho compulsório não passava dos 35 anos. Por fim, a própria Lei Áurea quando assinada pela princesa Isabel

garantiu apenas a libertação de 5% da população negra do Brasil, já que os negros escravos naquele momento, em sua maioria, já haviam sido substituídos pelos trabalhadores imigrantes europeus assalariados, restando de escravos apenas os tais 5%.

O projeto liberal de formação do Estado imperial brasileiro, assentado no modelo agroexportador escravocrata, não conseguiu sair das formalidades retóricas, pois um elemento básico como a expansão da educação básica, que caracterizava o liberalismo clássico europeu, não fazia parte do corolário dos híbridos liberais brasileiros. Como demonstra Sucupira (2005, p.67),

Numa sociedade patriarcal, escravagista como a brasileira do Império, num Estado patrimonialista dominado pelas grandes oligarquias do patriciado rural, as classes dirigentes não se sensibilizavam com o imperativo democrático da universalização da educação básica. Para elas, o mais importante era uma escola superior destinada a preparar as elites políticas e quadros profissionais de nível superior em estreita consonância com a ideologia política e social do Estado, de modo a garantir a 'construção da ordem', a estabilidade das instituições monárquicas e a preservação do regime oligárquico.

Como se pode observar, a prioridade da elite brasileira não era a universalização da educação básica, e sim a formação de seus descendentes. A mão de obra escrava não precisa ser minimamente qualificada, contudo, as transformações de toda ordem no sistema capitalista vão impondo a necessidade da instrução mínima dos trabalhadores.

1.4 A educação na República oligárquica

As limitações do liberalismo oligárquico dos cafeicultores já assinalavam o prelúdio do que viria durante toda a República, principalmente em sua primeira e segunda fase, ou seja, a busca da "domesticação" dos anseios do movimento negro, e a estratégia conciliatória de classe na formação de um consenso, que vai oficializando a marginalização do negro e a estruturação da falsa ideia da democracia racial. Basta lembrarmos da ausência de leis trabalhistas na Primeira República e do controle estatal, durante a Era Vargas (1930-1945), das organizações sindicais que tiveram repercussões diretas e indiretas no movimento negro.

A estrutura republicana montada no governo provisório, chefiado pelo Marechal Deodoro, traduzia os anseios do bloco de forças sociais composto pelos cafeicultores do oeste paulista, militares e uma burocracia estatal, que sintetizavam influências que iam do liberalismo estadunidense até o positivismo francês de Augusto Comte. Contudo, o discurso federalista desse bloco de poder atendia muito mais as suas necessidades e pretensões hegemônicas, que se traduziam na engenharia política do esquema do “café-com-leite”.

O “Estado mínimo” e o *laissez-faire* serviam apenas para justificar a inexistência de leis sociais e para afirmar a não obrigatoriedade da educação, à medida que esta é tida como *virtus*, ou seja, a busca do conhecimento seria uma demanda individual; todavia, durante a maior parte do tempo, o Estado interveio na economia para valorizar o café e beneficiar o bloco do poder.

Entretanto, em meados da década de 20, o capitalismo ocidental entra numa encruzilhada histórica com o sucesso da URSS e o colapso do modelo de Estado liberal nascido no século XVIII, com as revoluções burguesas. O esgotamento do *laissez-faire* e as condições objetivas levaram o capitalismo a reformar sua estratégia, aumentando a intervenção do Estado na economia, diante do acirramento das lutas de classes, para consolidar um dique, evitando o transbordamento da Revolução de 1917. A crise do capital nos países centrais influenciou decisivamente na crise da república liberal oligárquica no Brasil, pois à medida que o país se urbanizava, as classes médias e subalternas questionavam o bloco hegemônico constituído em 1889. Podemos citar como exemplo da agonia oligárquica o avanço das colunas tenentistas, que expressavam os anseios dos setores médios urbanos.

Em meio à marcha da Coluna Prestes e à crise social instalada no país, o Presidente Arthur Bernardes, às pressas, e contando com a indisposição de seus opositores liberais, apresenta uma revisão constitucional em 1926 que significou o fim do princípio contratual de mercado, estabelecido na Constituinte de 1891, ampliando a intervenção do Estado e anunciando o prelúdio de novos tempos, inclusive no tocante à questão da educação, como afirma Cury (2005, p.104):

De qualquer modo, a Revisão constitucional revelou pelo menos dois pontos importantes: o primeiro foi a elucidação do papel da União quanto a instrução básica, quer aceitando que a interferência já estava posta implicitamente em 1891, quer posicionando que tal orientação deveria ficar explícita, não se poderia resolver o 'enigma' do caráter nacional sem a presença do Estado. É através da educação que o Estado se torna o demiurgo da nação, e sem ele o país ou se cinde pelo regionalismo ou acolhe a "perigosa" idéia de uma revolução internacional. O segundo foi a antecipação de pontos que só se tornariam componentes do pacto constitucional após a Revolução de 30.

Nos primeiros momentos da história do Brasil, durante o período colonial e imperial, o movimento negro era tratado de forma intransigente, sem nenhuma possibilidade legal de conquistas. Em seguida, emblematicamente com as leis abolicionistas, o movimento negro tem a possibilidade de abertura legal de direitos, porém, contraditoriamente, essas leis servem muito mais para legitimar a marginalização do movimento do que, de fato, para garantir a sua integração à sociedade.

A característica dessa legislação foi reforçada pela promulgação da Constituinte de 1891, que ratificou o caráter excludente do liberalismo republicano, tornando o pragmatismo elitista das oligarquias cafeeiras leis que convertiam as questões sociais em caso de polícia, como afirmou o presidente Washington Luís (1926-1930).

Como dissemos anteriormente, a luta do movimento negro, ao longo da História e principalmente a partir da República, vai sofrer grandes alterações. A partir de então, o Estado passará a assediar o movimento, no sentido de cooptá-lo e, conseqüentemente, controlar a luta definindo seus limites, e assim, é claro, não colocar em risco as estruturas econômicas do agronegócio, que se vêm perpetuando ao longo do processo histórico. O mais relevante nesse sentido foi a ideia da democracia racial que, sem dúvidas, revelou-se um grande obstáculo para o movimento negro, ao longo da História, já que dissolvia as diferenças no interior desse discurso.

1.5 A crise do modelo agroexportador: educação e consenso pós-Constituição de 1934

Nesse momento, os movimentos sociais começavam a se organizar com mais força, como reflexo do processo de urbanização ocorrido no Brasil durante a primeira metade do século XX. A exemplo, podemos citar: o movimento tenentista, que a partir dos anos 20, mais precisamente em 1922, passou a questionar o domínio oligárquico e as lutas negras travadas dentro das forças armadas, como a revolta da chibata⁸; a aprovação da Constituição de 1934 e a CLT⁹, que garantiram as primeiras conquistas trabalhistas oficialmente reconhecidas pelo Estado, durante o governo varguista.

Contudo, no tocante à educação, o caráter elitista continua, ao privilegiar-se o ensino secundário e superior direcionado para as elites. As políticas públicas só obtiveram força concreta nas décadas de 50 e 60, durante a Terceira República, mais precisamente na fase populista (1946-1964), com o crescimento das mobilizações populares, a partir de sua pressão contra o Estado para garantir as reformas de base, com destaque para a reforma agrária e a reforma da educação.

Na atualidade, a discussão inflamada sobre a escola pública é, em verdade, a retomada da bandeira do movimento dos pioneiros da Escola Nova que, na década de 1920, defendiam a democratização do acesso à educação e a montagem de um sistema de âmbito nacional que garantisse aos cidadãos o direito a escolas públicas, laicas, obrigatórias e gratuitas. Essas preocupações são consubstanciadas em 1932, com o lançamento do manifesto dos pioneiros da educação nacional: obrigatória, laica e gratuita.

A conjuntura internacional anunciava tempos difíceis politicamente com a ascensão dos regimes nazi-fascistas na Europa, porém o capitalismo em meados da década de 30, começa a dar resposta à crise de superprodução com o Estado de

⁸ Luta dos marinheiros afrodescendentes que reivindicavam o fim dos castigos corporais e melhores condições de trabalho ao governo do presidente Hermes da Fonseca (1910-1914).

⁹ Consolidação das Leis Trabalhistas.

bem-estar social¹⁰ e a corrida bélica, que conduziria a humanidade à barbárie da Segunda Guerra. Todavia, a guerra, foi, é e será expediente do modelo capitalista de sociedade para regular a taxa de lucro, o que nos leva à conclusão de que a tragédia da II Guerra possibilitou um crescimento econômico em economias como a dos EUA e inclusive do Brasil, a ponto de permitir o desenvolvimento da indústria de base em nações periféricas, como as economias latino americanas, com destaque para Brasil, Argentina e México.

À medida que esse processo de industrialização se consolidava com a criação das estatais em setores estratégicos, como a mineração e o petróleo, a classe operária desses países também se expandia, gerando a possibilidade de uma revolução. Daí a necessidade de algumas reformas, para garantir a construção de um mínimo consenso e reformar, ainda que minimamente, o pacto social.

Para não cairmos no personalismo vulgar, nem no objetivismo, é preciso refletir sobre as condições subjetivas e objetivas que caracterizaram o desenvolvimento econômico de então. Com relação às condições subjetivas, podemos destacar a “Revolução de 1930”, que iniciou um modelo de Estado nacional-desenvolvimentista liderado por Getúlio Vargas. Quanto às condições objetivas, no Brasil da década de 30 produziram-se condições históricas que permitiram a formação de uma enorme classe operária, pois o capital vivia um momento de expansão que possibilitou a formação da indústria de base nacional, necessitando de uma nova composição no bloco de poder.

Além disso, é preciso levar em consideração os setores industriais urbanos e o gigantesco sujeito histórico operário, pois já não era mais concebível tratar a questão social como caso de polícia. Eram necessárias algumas concessões para construir uma nova governabilidade no país que atendesse aos recorrentes interesses das oligarquias, aos interesses da nascente burguesia industrial urbana e aos anseios do operariado, para que este último não “caísse nas mãos” do Partido Comunista e colocasse em xeque toda a estrutura vigente, ou seja, era necessário

¹⁰ **Estado de bem-estar social** ou *Welfare State*, também conhecido como **Estado-providência**, é um tipo de organização política e econômica que coloca o Estado como agente da promoção (protetor e defensor) social e organizador da economia. Nesta orientação, o Estado é o agente regulamentador da vida e saúde social, política e econômica do país em parceria com sindicatos e empresas privadas, em níveis diferentes, de acordo com a nação em questão. Cabe ao Estado do bem-estar social garantir serviços públicos e proteção à população.

reformular para perpetuar a propriedade privada. Assim se articulava a elite dirigente do Brasil.

O líder da “revolução de 30”, Getúlio Vargas, uma personagem histórica bonapartista¹¹, logo tornou-se o timoneiro da construção dessa recomposição no bloco de poder. As reformas implementadas já no seu governo provisório (1930-34) anunciavam uma ampliação do poder estatal com a criação de novos ministérios, com destaque para dois que eram novidade para o cenário brasileiro – o da Indústria, Comércio e Trabalho e o Ministério da Educação, em conjunto com a saúde –, visando a atender às novas demandas do capital, e, claro, a necessidade de uma educação voltada para as classes operárias urbanas.

A educação passa a ser vista como um pilar fundamental da pátria, junto, é claro, da formação religiosa, pois sem elas tornava-se complicado combater a ameaça comunista e o individualismo radical. A preocupação com a educação como política de estado na Era Vargas já se fazia visível na reforma do Ministro Francisco Campos em 1931 e na inédita vinculação de recursos públicos para a educação na Constituição promulgada em 1934, como nos demonstra Rocha (2005, p.128):

A obrigatoriedade do Estado em aplicar recursos públicos em educação foi um dos aspectos mais significativos aprovados pela Constituição de 1934. Para os renovadores não seria possível, como nas constituições anteriores, eximir-se dessa questão. Assim, o debate constituinte tratará tanto de índices orçamentários da União, Estados e Municípios, referidos à educação, como criação de fundos especiais de educação. Coloca-se, então, a exigência de se estabelecer critérios para a distribuição desses meios, abrindo-se aqui a possibilidade do subsídio público ao aluno carente de recursos, através do sistema de bolsas de estudo em instituições privadas, se comprovada a insuficiência do sistema público.

As transformações na educação na década de 30 possibilitam um grande crescimento do setor privado, com a formação de um empresariado da educação, concorrente do setor eclesiástico que tradicionalmente controlava a educação privada para formação de uma elite no país, como afirma Rocha (2005, p.136 e 137):

¹¹ Conceito político construído por Marx ao analisar o governo de Luís Bonaparte na França de meados do século XIX em sua obra **O 18 Brumário de Luís Bonaparte(1852)**.

Mais radical, entretanto, são as transformações produzidas pela Reforma Campos sobre o ensino secundário. Se a velha tradição republicana fora de subalternizar o compromisso da União com este nível de ensino, em função da prevalência da relação com o superior, a partir daquela reforma o governo federal definitivamente compromete-se com a educação secundária, dando-lhe conteúdo e seriação própria. A novidade da reforma de 1931 foi ter rompido o monopólio estatal do acesso ao superior, acabando com os exames “de preparatório” e “de madureza”, dando amplitude à política de oficialização das escolas privadas. A normatividade dada ao secundário pela Reforma Campos, que foi genericamente aprovada pela Constituição de 1934,(...), trouxe consequências decisivas para a questão do investimento público neste segmento. A política de equiparação entre escolas públicas e escolas privadas, pela oficialização e equivalência de ambas, promovida agora de forma não mais restrita, favoreceu o grande “boom”, de expansão do ensino secundário de caráter privado nas décadas de 1930 e 1940. Chegou, assim, à formação de um empresariado de ensino, que já no início dos anos de 1940 começa a agir como um ator político específico (no período anterior, o ator educacional privado confundia-se fundamentalmente com a organização eclesial católica.) O crescimento de setor privado foi um fator inibidor da iniciativa pública, restringindo-se o ensino público àquele tempo a algumas escolas de grande porte e de caráter modelar.

Como foi demonstrado, as transformações das décadas de 30 e 40 resultaram nas décadas seguintes no crescimento do setor privado. A Igreja Católica terá de dividir o mercado, que no passado era quase que exclusividade sua, com setores ligados a outras vertentes do cristianismo, como luteranos, presbiterianos e principalmente setores leigos.

1.6 O nacional-desenvolvimentismo e a formação do capital humano

As transformações na conjuntura política, em meados da década de 1940, vão alterar novamente, e substancialmente, a correlação de forças no bloco de poder hegemônico no país. O clima antitotalitário, o avanço dos tanques soviéticos em direção à Alemanha e a vitória das forças estadunidenses no Pacífico derrotam a alternativa nazi-fascista na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A posição do governo estadonovista nessa nova quadra histórica era profundamente contraditória, pois diante dos acordos econômicos e militares firmados entre o Brasil e o EUA, o Presidente Vargas autorizava a utilização do território brasileiro para bases militares norte-americanas, e, em troca, o Brasil receberia a tecnologia para a estruturação de sua indústria de base (construção da Companhia de mineração Vale do Rio Doce e da Companhia Siderúrgica Nacional).

Em contrapartida, o regime político, capitaneado pelo líder bonapartista Getúlio Vargas, se assemelhava com os Estados totalitários derrotados na Itália e Alemanha. A nova conjuntura que se apresentava necessitava de uma transição política para uma democracia liberal. As pressões políticas que se abatiam sobre o regime varguista partiam dos setores mais variados, inclusive de altos funcionários da ditadura varguista, agora aliados dos EUA. Um exemplo emblemático desse “repentino isolamento” do líder caudilho gaúcho vinha das próprias forças armadas, que tanto o haviam ajudado na sua escalada ao poder. A maioria do alto oficialato das forças armadas brasileiras caía na teia de aranha armada pelos EUA para preparar a conjuntura política na América Latina para o pós-guerra.

Seguindo as orientações e a influência do pensamento estadunidense, vestido na armadura de guardião da cultura “democrática cristã do Ocidente”, pois ainda havia uma grave ameaça no horizonte (a URSS e a Guerra Fria), o nacionalismo caudilhista de Vargas poderia, mais cedo ou mais tarde, tornar-se uma perigosa ameaça para a estabilidade da civilização ocidental nos trópicos. Assim, por mais que o governo demonstrasse cautela na transição para a democracia, o cenário político exigia um modelo de estado liberalizante que estivesse sintonizado com os interesses das multinacionais norte-americanas.

Diante das transformações históricas que o mundo vivia no pós-guerra, a redemocratização brasileira consolidava um regime democrático-liberal com a promulgação da Constituição de 1946. Essa nova Carta constitucional pouco alterou a realidade educacional no país, porém a ideia de investir na educação como forma de fazer a nação se desenvolver economicamente ganhou muita força, e era parte fundamental do projeto nacional-desenvolvimentista.

Portanto, quando em 1959 os educadores voltam à cena para lançar o segundo manifesto – “Uma vez mais convocados” –, estão sintonizados com uma luta antiga, cujo eixo era, uma vez mais, o direito à escola pública. O debate, desta feita, ficou concentrado em duas lideranças nacionais: pelo lado da defesa da escola pública, Darcy Ribeiro; em defesa da escola privada, o deputado Carlos Lacerda. A imprensa da época registra a veemência desta polêmica, com cartas trocadas, convicções assinaladas, de lado e outro, e acaloradas acusações de parte a parte.

Destaca-se igualmente nesse período o Plano Nacional de Alfabetização (PNA), desenvolvido também no governo Jango, sob o comando do Ministro da

educação Darcy Ribeiro, e, a partir de 63, com o novo ministro da pasta, Júlio Sambaqui, que utilizou a Pedagogia da Libertação de Paulo Freire, inicialmente desenvolvida em Pernambuco e posteriormente espalhando-se pelo Brasil e América Latina.

Com o golpe militar de 1964, Paulo Freire foi exilado, e a prática de seu método foi proibida no país, apesar de seus livros continuarem a ser editados e vendidos livremente.

O regime militar consolidou, sob o ponto de vista político, um regime autoritário. Todavia, sob o ponto de vista econômico, estabeleceu uma estrutura liberal e privatizante, seguindo a lógica mecanicista do mercado capitalista, com suas exigências de qualificação mínima, da mão de obra barata, para atender à nova demanda das multinacionais que entravam no mercado brasileiro.

O resultado foi o desenvolvimento no campo educacional, de um projeto intitulado MOBRAL¹², e uma reforma universitária profundamente sintonizada com as necessidades do capital norte-americano, conhecida como acordo MEC-USAID, como nos esclarece, em seu artigo sobre a educação na Constituinte de 1966-67, Horta (2005, p.224):

O projeto encaminhado pelo Executivo ao Congresso Nacional suprime toda referência à gratuidade em qualquer nível de ensino, introduzindo o mecanismo de bolsas de estudos para os candidatos ao ensino médio e superior que comprovassem insuficiência de recursos e demonstrassem efetivo aproveitamento. No caso do ensino superior, seria exigido o posterior reembolso do valor da bolsa concedida.

A nova realidade produzida pela sociedade do capital, a partir da década de 70, que tem na sua base uma profunda reestruturação da produção de mercadorias e serviços, vem mostrando com mais clareza as contradições específicas da população afro-descendente mundial, e mais precisamente da brasileira. O exemplo concreto do desnudamento da democracia racial é percebido até no discurso de correntes ideológicas que outrora sustentavam a referida ideia. Prova disso é o projeto de educação desenvolvido no Brasil no referido período, que vai ter como eixo de prática social a definição de uma “sociedade do conhecimento” (FRIGOTO, 1996.) baseada no desenvolvimento de conhecimento, atitudes, concepções,

¹² Movimento Brasileiro de Alfabetização, criado pela Lei 5.379, de 15 de dezembro de 1967.

habilidades e valores articulados para as necessidades das novas demandas do capital, ou seja, reduzindo a educação ao fator economicista de produção, uma estratégia bastante utilizada pelos defensores da ideia da produção de “capital humano”, reflexo da natureza das novas tecnologias desenvolvidas na terceira revolução industrial.

1.7 A crise do nacional-desenvolvimentismo: o consenso neoliberal e as políticas afirmativas

As transformações econômicas ocorridas na década de 1970, como o desenvolvimento do toyotismo, o avanço da robótica e a crise mundial do petróleo, levaram as economias centrais capitalistas ocidentais a substituir o modelo keynesiano, o que colocou em xeque, na América Latina, o modelo nacional-desenvolvimentista que vinha marcando a economia brasileira nas décadas de 1940, 1950, 1960 e 1970. A forte presença do Estado na economia passa a ser responsabilizada pelo fraco desempenho desta.

A reestruturação produtiva vivida no mundo do capital coloca em cena novamente velhos paradigmas do liberalismo clássico, com uma nova roupagem para adaptá-lo à nova realidade da produção capitalista, ou seja, a década de 1980 foi o momento em que o modelo neoliberal, caracterizado pelo fundamentalismo do livre-mercado e defendido fervorosamente por Friedrich Von Hayek e Milton Friedman, foi implementado por governos de potências capitalistas como a Inglaterra de Thatcher e os EUA de Ronald Reagan.

O esgotamento do modelo nacional-desenvolvimentista, implementado pelos governos militares, gera um processo de convulsão social, pois suas características centrais, como concentração de renda, crescimento da dívida externa, desvalorização da moeda e inflação, levaram o Brasil a mergulhar numa grande crise social, que ganhou um caráter ainda mais dramático devido à falta de liberdade.

Ligado ao processo de reestruturação produtiva capitalista, há o surgimento das políticas assistenciais desenvolvidas pelos governos. “As políticas sociais têm sua gênese e dinâmica determinadas pelas mudanças qualitativas ocorridas na organização da produção e nas relações de poder que impulsionaram a redefinição

das estratégias econômicas e político-sociais do Estado, nas sociedades capitalistas do século passado”, afirma (NEVES, 1999, p. 11). A nova agenda programática do capital pós-setenta não escondeu as contradições modeladoras do sistema do modo de produção capitalista, sedento por uma determinada qualificação de mão de obra, com a intenção de acompanhar o desenvolvimento tecnológico.

Essa questão pode ser também observada a partir da conferência mundial contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, realizada em Durban, África do Sul, em 2001, da qual participaram os mais variados setores da sociedade, desde os movimentos sociais (principalmente os movimentos negros) até representações patronais de setores do governo, tendo uma forte repercussão, inclusive servindo de parâmetro para aplicação das políticas afirmativas em vários governos, com destaque para o governo brasileiro.

Sem dúvida que a luta do movimento negro ganhou uma maior visibilidade pós-Durban, porém é necessário fazer um estudo dos impactos nos movimentos sociais, nos governos e na sociedade, e a quem interessam os resultados. Segundo Neves (1999, p.14):

Em relação a suas estratégias de dominação, o Estado, embora continue a deter o uso legítimo da força, podendo pôr em funcionamento seu aparato repressivo para inviabilizar a organização das massas populares, vê-se compelido a utilizar cada vez mais amplamente estratégias políticas que visem à obtenção do consenso, diante da ampliação dos espaços superestruturais estreitos da democracia clássica. Tais estratégias, resultantes do embate entre os interesses conflitantes das classes sociais no âmbito do Estado – no sentido estrito – e na sociedade civil, tanto incorporam demandas reais das classes dominadas como procuram garantir a hegemonia do grupo monopolista, dependendo da correlação das forças sociais em cada formação social concreta.

Com os reflexos de Durban¹³ (2001) já se notava uma alteração nas agendas do governo brasileiro. Na época, o presidente era o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, que procurou promover, dentro da lógica neoliberal, a partir do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), cursos que visavam a atender à demanda de qualificação de mão-de-obra direcionada a grupos mais “vulneráveis”, como mulheres, jovens e afrodescendentes.

¹³ III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância.

No Governo FHC, as políticas de ações afirmativas que inicialmente ganharam destaque foram o programa do Ministério da Saúde de combate à anemia falciforme que, graças à mobilização do movimento negro passou a ser implantado em 1999, e o reconhecimento e a titulação de terras de comunidades remanescentes dos quilombolas, atividade que vem sendo desenvolvida pela Fundação Palmares, ligada ao Ministério da Cultura.

No governo Lula já estão registradas cerca de 65 ações voltadas para a promoção da “igualdade racial” no Brasil. Essas ações têm uma ampla gama de atuação nas três esferas de governo, passando pelo estímulo e ampliação do acesso de afro-brasileiros ao ensino superior; cursos de qualificação patrocinados pelo FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador); o projeto geração XXI; até o citado programa de combate à anemia falciforme¹⁴, como o também citado reconhecimento e titulação de terras de comunidades remanescentes de quilombos. Há ainda atividades comunitárias destinadas à promoção de crianças e jovens, através de reforço escolar e de atividades profissionalizantes e, por fim, atividades de apoio e estímulo à microempresários afro-brasileiros.

É importante mencionar que cerca de metade das ações afirmativas desenvolvidas até o presente momento concentram-se na área da educação. Todavia, os impactos dessas políticas afirmativas nas comunidades afro-descendentes e seus efeitos para o movimento negro desembocam principalmente em um processo de cooptação, para a formação do “consenso” neoliberal.

Grande parte desses movimentos sociais vai para o governo, como nos mostra a estratégia do presidente Lula na criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e ainda na composição de ministérios como o da Cultura, Meio Ambiente e Assistência Social.

¹⁴ Uma provável mutação genética ocorrida na África há milhões de anos pode ser a causa desse tipo de anemia que atinge mais a população negra, numa proporção de 400 por 1. A doença é hereditária e provoca alterações nos glóbulos vermelhos (ou hemácias), que assumem a forma de foice. Daí o nome falciforme. Essas hemácias defeituosas se agregam, podendo obstruir a artéria, dificultando a circulação do sangue. Ainda sem cura, essa doença genética e de origem africana precisa ser detectada no nascer. Fonte: *síte Raça Brasil*.

Através do discurso de promoção da “igualdade racial” procura comprometer o movimento negro, ou pelo menos uma parte muito considerável, com a implantação de políticas afirmativas.

1.8 A construção das ações afirmativas no Brasil: a conjuntura histórica que fez emergir o acontecimento discursivo da igualdade racial

Inicialmente, para desenvolver nosso trabalho, torna-se necessário contextualizar a educação e as políticas afirmativas no Brasil hoje, sendo imprescindível entendê-la a partir da crise atual do capitalismo, que tem sua origem nos anos sessenta e setenta, quando tal crise desencadeou a (re)organização de todo o processo produtivo, atingindo desde a produção de mercadorias até a oferta de serviços, estando o Japão no epicentro desse processo.

Tal crise se alastra por todas as esferas sociais, com o desenvolvimento da lógica toyotista e o avanço do neoliberalismo no Ocidente, que atinge, como não poderia deixar de ser, a educação em todos os seus níveis.

Nesse sentido, o papel da educação passou a ser revisto amplamente, desde o currículo escolar, a prática pedagógica, a organização administrativa dos centros educacionais, os conteúdos, até o ensino, a pesquisa e a extensão. Em geral, todas as questões ligadas direta ou indiretamente à educação sofrem alterações que refletem essa nova dinâmica produtiva.

Numa rápida observação, podemos constatar que a consequência desse processo histórico é marcada essencialmente por duas variantes. A primeira é a aplicação de políticas que pretendem (des)responsabilizar o Estado das políticas públicas; a segunda é a adoção de medidas que buscam atrair a sociedade civil para assumir a responsabilidade de importantes demandas sociais, que se agravam ainda mais por conta desse processo.

Com o avanço das faculdades privadas, dos diversos cursos preparatórios para o vestibular e o sucateamento das universidades públicas, surgem as políticas afirmativas, como as cotas nas universidades. Esse processo tem-se desenvolvido nos últimos anos com um discurso que busca caracterizar-se como um processo de democratização do ensino para esses segmentos, como uma política de reparação. Nesse sentido, remetemos a nossa análise às origens e consequências das diversas

exclusões junto à educação nacional, ao longo da História, em especial a exclusão dos negros. Na atualidade, esse tema é muito debatido, e por isso o esforço para a realização deste trabalho.

De acordo com o documento **Educação e Ações Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica** (2003),

Muito se tem falado da desigualdade racial no Brasil, dos preconceitos velados, implícitos e explícitos; do atraso escolar das crianças negras; dos salários dos negros e negras, sempre menores, quando comparados aos dos brancos e brancas, mesmo quando se prova que a escolaridade é a mesma ou até maior; do desemprego, da marginalidade e da violência que atingem níveis estatísticos mais altos nas comunidades negras, sobretudo quando se constata que, no Brasil, 64% dos pobres e 69% dos indigentes são negros ou afrodescendentes, quando se constata a quase inexistência de negros nas universidades brasileiras e na pesquisa acadêmica.

Como podemos observar nos dias atuais, a relativa necessidade de qualificar um setor do exército de reserva de mão de obra destinado a ocupar postos de trabalho se choca com a busca cada vez maior de obtenção de lucros.

Os empresários da educação, a cada dia que passa, intensificam o processo de mercantilização do ensino. Conseqüentemente, há por trás dessa política um considerável aumento do desemprego, ao passo que avança a robótica e aumenta a precarização e a exploração do trabalho.

As engrenagens capitalistas que têm desdobramentos nas políticas públicas para a educação trazem como resultado o avanço da informalidade entre os profissionais da educação, que na maioria das instituições de ensino privado, em todos os seus níveis, do básico ao superior, estão completamente desprotegidos das leis trabalhistas (CLT), vivendo as diversas atividades profissionais, em muitos casos, com contratos ilegais ou por meio de Fundações de apoio.

No Brasil, essa situação se agrava com o processo de seleção dos alunos concluintes do ensino médio, através do vestibular, que potencializa a segregação e a competitividade. Essa herança da nossa história gera uma intensa política estimulada pelos grandes empresários do ensino, que cobram elevadas mensalidades, tornando ainda mais difícil o acesso dos trabalhadores, dos afrodescendentes, indígenas e deficientes físicos ao ensino superior.

No entanto, ao passo que se amplia a oferta de cursos superiores privados, com elevado custo de mensalidades, o conflito passa a nortear também a questão de classe, pois não se conseguem absorver as camadas mais carentes.

Ou seja, diante das dificuldades financeiras do conjunto dos trabalhadores e estudantes brasileiros, uma grande parte das vagas dessas diversas instituições privadas encontra-se ociosa. Nesse sentido, utilizando-se de um discurso democratizante, sobretudo no que se refere às políticas afirmativas aos negros, que historicamente estiveram fora do processo educacional, visam a encobrir o processo de exclusão ainda presente no modelo atual e ainda mais intenso com a implementação das políticas neoliberais.

Somente um estudo dessa política de assistência na área de educação desenvolvida atualmente no Brasil permitirá uma análise dos limites e das possibilidades dessa política pública de afirmação, como também em que medida ela contribui ou não para a diminuição da exclusão dos trabalhadores de origem afrodescendente do ensino superior no Brasil.

Diante da grande necessidade de inserir-se no universo acadêmico, no processo educacional, uma grande parte do movimento negro e até mesmo os intelectuais e organizações de esquerda reagem positivamente ao advento das cotas. Isso se explica pelo fato de que determinados setores sociais estiveram excluídos sistematicamente do processo educacional brasileiro. De acordo com Ianni (1987, p. 7),

A História do povo revela que há diversidades raciais que são criadas e recriadas no interior das desigualdades sociais. Aliás, as características raciais são produzidas socialmente nas relações entre diferentes etnias. Nesse sentido é que raça, preconceito racial e o racismo são produtos das relações entre membros de grupos que se consideram e agem como diferentes e desiguais.

Analisar os limites do discurso da igualdade racial, investigando os sentidos dos discursos das políticas afirmativas no projeto do governo Lula, comparando com as necessidades, na gênese dos problemas, bem como a sua própria natureza, permitirá identificarmos em que perspectiva as ações do governo estão direcionadas, tendo em vista que nos últimos anos elas têm sido motivo de muitas e acaloradas discussões entre estudantes e educadores, como nos demonstra o

manifesto¹⁵ que será analisado e tem repercussão nacional com a adesão de intelectuais, sindicalistas e artistas de renome.

Nas últimas décadas, verificamos a apresentação, de forma “inovadora”, de um conjunto de novos conceitos como única opção possível de mudanças dentro da sociedade capitalista. Longe de apresentar novas soluções, realmente transformadoras, essas ditas inovações conceituais não passam de mais um malabarismo teórico construído em meio à nova (des)ordem econômica.

Visando à manutenção do velho, formula-se um conjunto de conceitos de forma a apresentá-los como algo novo, numa perspectiva transformadora da realidade. O projeto, muito embora sofisticado e com uma aparente força transformadora, pois de fato modifica as estruturas materiais das sociedades, principalmente no tocante a sua capacidade de construção hegemônica, mantém a lógica que regulamenta seu surgimento, ou seja, a lucratividade do capital.

De forma concreta, o capital se apropria de um discurso transformador e opera grandes mudanças em diferentes regiões do mundo, aumentando o seu poder hegemônico no campo político e também na construção de um senso comum favorável as suas intenções, descredenciando outras concepções, como as que sustentaram os processos transformadores do Leste europeu, criando uma forte barreira ideológica de difícil penetração, mas ainda assim, não impossível de ser transplantada como pretendem seus defensores.

Nacionalmente o discurso dos governantes, a partir da década de 90 em diante, aparece em conformidade com a política traçada no bojo das mudanças estruturais do capital. Todas as vertentes políticas alojadas no poder federal constituíram-se como vozes das expectativas de mudanças. Ocasionalmente é assim que se credencia um governante, mas para além das prerrogativas do pleito, é na prática cotidiana de sua governança que se assemelham os modelos e suas contradições.

¹⁵ Ver anexo 2.

Para entrar na trajetória histórica de aplicação das políticas afirmativas no Brasil, sentimos a necessidade de apresentar alguns conceitos de ações afirmativas desenvolvidos por pesquisadores que trabalham com esse tema:

O termo ação afirmativa refere-se a políticas e procedimentos obrigatórios e voluntários desenhados com o objetivo de combater a discriminação no mercado de trabalho e também de retificar os efeitos de práticas discriminatórias exercidas no passado pelos empregadores. Da mesma forma que no caso das leis antidiscriminatórias, o objetivo da ação afirmativa é tornar a igualdade de oportunidades uma realidade, através de um 'nivelamento do campo'. Ao contrário das leis anti-discriminatórias, que apresentam remédios aos quais os trabalhadores podem recorrer após terem sofrido discriminação, as políticas de ação afirmativa têm como objetivo prevenir a ocorrência da discriminação. A ação afirmativa pode prevenir a discriminação no mercado de trabalho substituindo práticas discriminatórias – intencionais ou rotinizadas – por práticas que são uma proteção contra a discriminação. (RESKIN, 1997).

Num esforço de síntese e incorporando as diferentes contribuições, podemos falar em ação afirmativa como uma ação reparatória/compensatória e/ou preventiva, que busca corrigir uma situação de discriminação e desigualdade infringida a certos grupos no passado, presente ou futuro, através da valorização social, econômica, política e/ou cultural desses grupos, durante um período limitado. A ênfase em um ou mais desses aspectos dependerá do grupo visado e do contexto histórico e social (MOEHLECKE, 2002).

Historicamente, as políticas públicas brasileiras têm-se caracterizado por adotar uma perspectiva social, com medidas redistributivas ou assistenciais contra a pobreza baseadas em concepções de igualdade, sejam elas formuladas por políticos de esquerda ou direita (MUNANGA, 1996).

A redemocratização foi também acompanhada de rearticulação dos movimentos sociais, que começaram a exigir uma postura mais ativa do Poder Público diante das questões como raça, gênero, etnia, e a adoção de medidas específicas para sua solução, como as ações afirmativas.

O primeiro registro encontrado da discussão em torno do que hoje poderíamos chamar de ações afirmativas data de 1968, quando técnicos do Ministério do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho manifestaram-se favoráveis à criação de uma lei que obrigasse as empresas privadas a manter uma percentagem mínima de empregados de cor (20%, 15% ou 10%, de acordo com o ramo de atividade e a demanda), como única solução para o problema da discriminação racial no mercado de trabalho (SANTOS, 1999, p.222). Entretanto, tal lei não chegou a ser elaborada.

Somente nos anos de 1980 haverá a primeira formulação de um projeto de lei nesse sentido. O então deputado federal Abdias Nascimento, em seu projeto de Lei n. 1.332, de 1983, propõe uma ação compensatória que estabeleceria mecanismos de compensação para o afro-brasileiro, após séculos de discriminação. Entre as ações figuram: reserva de 20% de vagas para mulheres negras e 20% para homens negros na seleção de candidatos ao serviço público; bolsas de estudos; incentivos às empresas do setor privado para a eliminação da prática da discriminação racial; incorporação da imagem positiva da família afro-brasileira ao sistema de ensino e à literatura didática e paradidática, bem como introdução da história das civilizações africanas e do africano no Brasil. O projeto não é aprovado pelo Congresso Nacional.

Em 1984, o governo brasileiro, por decreto, considera a Serra da Barriga, local do antigo Quilombo dos Palmares, patrimônio histórico do país; em 1988, motivado pelas manifestações por ocasião do Centenário da Abolição, cria a Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura, a qual teria a função de servir de apoio à ascensão social da população negra.

No mesmo ano é promulgada a nova Constituição, que traz em seu texto novidades como a proteção ao mercado de trabalho da mulher, como parte dos direitos sociais, e a reserva percentual de cargos e empregos públicos para deficientes.

1.9 A década de 1990 e o governo FHC

Em 1995, encontramos a primeira política de cotas adotada nacionalmente. Através da legislação eleitoral foi estabelecida uma cota mínima de 30% de mulheres para as candidaturas de todos os partidos políticos.

No âmbito do movimento negro, a Marcha Zumbi contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, representou um momento de maior aproximação e pressão em relação ao Poder Público, quando foram apresentadas ao governo propostas de políticas públicas para a população negra no Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial, que inclui, dentre suas sugestões: incorporar o quesito cor em diversos sistemas de informação; estabelecer incentivos fiscais às empresas que

adotarem programas de promoção da igualdade racial; instalar, no âmbito do Ministério do Trabalho, a Câmara Permanente de Promoção da Igualdade; regulamentar o artigo da Constituição Federal que prevê a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei; implementar a Convenção Sobre Eliminação da Discriminação Racial no Ensino; conceder bolsas remuneradas para adolescentes negros de baixa renda, para o acesso e conclusão do primeiro e segundo graus; desenvolver ações afirmativas para o acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta; assegurar a representação proporcional dos grupos étnicos raciais nas campanhas de comunicação do governo e de entidades que com ele mantenham relações econômicas e políticas (MARCHA ZUMBI, 1996).

Alguns tratados internacionais também foram utilizados como estratégias de pressão de movimentos sociais em relação ao Poder Público. Um exemplo foi o uso da Convenção n. 111, da OIT, concernente à discriminação em matéria de emprego e profissão, ratificada em 1968 pelo Decreto n. 62.150, em que o Brasil se compromete a formular e implementar uma política nacional de promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento no mercado de trabalho. Como consequência, e depois de formalmente questionado pelo organismo, admite, em 1995, a existência do problema no Brasil e cria o Grupo de Trabalho, para Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação (GTEDEO).

No dia 13 de maio de 1996 é lançado o Programa Nacional dos Direitos Humanos – PNDH –, pela recém-criada Secretaria de Direitos Humanos, que estabelece como objetivo, dentre outras coisas, desenvolver ações afirmativas para o acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta, formular políticas compensatórias que promovam social e economicamente a comunidade negra e apoiar as ações da iniciativa privada que realizem discriminação positiva (BRASIL, 1996, p. 30).

Em junho do mesmo ano temos a realização do seminário Ações Afirmativas: estratégias antidiscriminatórias?, realizado no Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada - IPEA -, e, em julho, o seminário internacional Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos estados democráticos contemporâneos, promovido pelo Ministério da Justiça em Brasília.

Na área educacional, podemos perceber certa atenção, ainda que pontual, do Poder Público no que concerne à questão racial, como observamos nos Parâmetros Curriculares Nacionais, no Programa Nacional do Livro Didático e no manual “Superando o racismo na escola”. Entretanto, até final dos anos de 1990, ações voltadas à melhoria do acesso e permanência no ensino superior estão restritas à sociedade civil. Essas atividades são desenvolvidas por movimentos sociais, como o Movimento Negro, por parcerias deste com empresas privadas, por entidades ligadas à igreja ou por grupos de estudantes em universidades.

Dentre as experiências em prática podemos identificar três tipos de ações, não necessariamente excludentes entre si: a) cursos preparatórios para o vestibular e cursos de verão e/ou de reforço durante a permanência do estudante na faculdade; b) financiamento de custos, para o acesso e permanência nos cursos, envolvendo o custeio da mensalidade em instituições privadas, bolsas de estudos, auxílio-moradia, alimentação e outros; c) mudanças no sistema de ingresso nas instituições de ensino superior, pelo sistema de cotas, taxas proporcionais, sistemas de testes alternativos ao vestibular.

Na esfera do Poder Legislativo nacional, encontramos propostas de ações afirmativas, especialmente no que diz respeito ao acesso ao ensino superior. Em 1993, encontramos a proposta de Emenda Constitucional do então deputado federal Florestan Fernandes (PT/SP); em 1995, a então senadora Benedita da Silva (PT/RJ) apresenta os projetos de Lei n. 13 e 14; no mesmo ano é encaminhado o projeto de Lei n. 1.239, pelo então deputado federal Paulo Paim (PT/RS); em 1998, o deputado federal Luiz Alberto (PT/BA) apresenta os projetos de Lei n. 4.567 e 4.568; e, em 1999, temos o projeto de Lei n. 298, do senador Antero Paes de Barros (PSDB).

Analisando o conjunto dos projetos, observamos que são apresentadas diferentes propostas: a concessão de bolsas de estudo; uma política de reparação que, além de pagar uma indenização aos descendentes de escravos, propõe que o governo assegure a presença proporcional destes nas escolas públicas em todos os níveis; o estabelecimento de um Fundo Nacional para o Desenvolvimento de Ações Afirmativas; a alteração no processo de ingresso nas instituições de ensino superior, estabelecendo cotas mínimas para determinados grupos. Na definição dos grupos beneficiados, os projetos estabelecem critérios exclusivamente raciais/étnicos ou sociais, ou procuram utilizar ambos os critérios. Naqueles que estabelecem grupos

raciais, temos como público-alvo os negros afro-brasileiros, descendentes de africanos, ou setores etnorraciais socialmente discriminados, em que estaria incluída a população indígena. Há projetos específicos para a população denominada carente ou para os alunos oriundos da escola pública.

Sobre a proporção daqueles atingidos pelas leis propostas, não há um padrão nesse dimensionamento: alguns projetos definem todo o grupo especificado, racial ou social, como beneficiário; outros estabelecem um percentual, como 20% das vagas para alunos carentes, 10% das vagas para setores etnorraciais discriminados, 45% dos recursos para afrodescendentes; 50% das vagas para alunos oriundos das escolas públicas. Até o final dos anos de 1990, nenhum dos projetos de lei citados tinha sido aprovado ou implementado.

Somente a partir de 2001 foram aprovadas políticas de ação afirmativa para a população negra por decisão do Poder Público. No Ministério do Desenvolvimento Agrário, por exemplo, foi assinada, em setembro de 2001, portaria que cria uma cota de 20% para negros na estrutura institucional do Ministério e do INCRA, devendo o mesmo ocorrer com as empresas terceirizadas, contratadas por esses órgãos.

O Ministério da Justiça, em dezembro de 2001, assinou portaria que determina a contratação, até o fim de 2002, de 20% de negros, 20% de mulheres e 5% de portadores de deficiências físicas para os cargos de assessoramento do Ministério. O mesmo princípio será aplicado às empresas de prestação de serviços para o órgão federal.

O Ministério de Relações Exteriores decidiu que, a partir de 2002, serão concedidas vinte bolsas de estudo federais a afrodescendentes que se preparam para o concurso de admissão ao Instituto Rio Branco, encarregado da formação do corpo diplomático brasileiro.

No âmbito do ensino superior, a primeira lei com esse perfil foi aprovada no Rio de Janeiro e entrou em vigor a partir da seleção de 2002/2003. Por meio de lei estadual, foi estabelecido que 50% das vagas dos cursos de graduação das universidades estaduais sejam destinadas a alunos oriundos de escolas públicas, selecionados por meio do Sistema de Acompanhamento do Desempenho dos Estudantes do Ensino Médio (Sade). No Paraná, o governo estadual regulamentou uma lei que garante três vagas em cada uma das cinco universidades estaduais a

membros da comunidade indígena da região, entrando em vigência também em 2002.

O governo FHC também atuou, através da Fundação Cultural Palmares, na promoção de debates visando subsidiar a participação brasileira na III CMR. Ainda no plano preparatório, após ter se recusado a sediar a Conferência Regional Preparatória das Américas (Prepcon), o governo brasileiro promoveu a Conferência Nacional Preparatória à III Conferência Mundial contra o Racismo, que se realizou no Rio de Janeiro, em julho de 2001, com destaque para a participação das ONGs e organizações do Movimento Negro.

2 A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA

2.1 As condições de produção do discurso abolicionista no Brasil

Para desenvolver a construção da análise do discurso torna-se imprescindível a compreensão das relações do sujeito – no caso em questão do negro – em sua participação nas relações de produção social, como via de construção dos sentidos no discurso, como afirma Orlandi (2001, p. 30):

Os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a ser decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista do discurso tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer em sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali, mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito e com o que poderia ser dito e não foi. Desse modo, as margens do dizer, do texto, também fazem parte dele.

Por isso a necessidade de fazer uma reflexão sobre o conceito de Condições de Produção desses discursos abolicionistas, pois a categoria em debate é essencial no entendimento de como os discursos se constroem, revelando seus variados sentidos, e, ainda, sua intervenção na realidade, podendo realizar o papel de transformação ou de estabilização da realidade em que é produzido, e ainda possibilitando fazer uma leitura procurando ir além das aparências do que se diz nos referidos discursos.

Na perspectiva da Análise do Discurso, à qual somos filiados, não há um sentido único; o que existe são sentidos variados que vão além das aparências. Para compreender como se constroem os sentidos que aparecem nos discursos e dão possibilidade ao analista do discurso desvendar como ocorre essa produção, mostrando como os dizeres não devem ser observados como mensagens que são transmitidas e logo compreendidas em sua literalidade, mas sim desvelar seus efeitos de sentido, produzidos por sujeitos em uma determinada conjuntura histórica onde realizam suas escolhas a partir do que se mostram, no modo como dizem. Essas escolhas dos sujeitos levam em consideração o que podem e devem dizer nesse determinado momento histórico. Neste capítulo trataremos das condições de produção do discurso abolicionista.

São consideradas condições de produção do discurso as relações que compreendem os sujeitos, a situação ou conjuntura histórica e a memória. Os sujeitos são os produtores, no sentido estrito do enunciado, do discurso, influenciados sempre pela exterioridade na sua relação com os sentidos produzidos pela memória. Para que possamos entender como esta categoria – Condições de Produção – é fundamental no desenvolvimento do nosso trabalho de análise do discurso, é importante entendê-la em seus dois sentidos, o estrito e o amplo.

O sentido estrito são as circunstâncias da enunciação, ou seja, o contexto imediato onde se pronunciam os discursos analisados, no caso específico da nossa presente análise do discurso, o governo do presidente Luís Inácio da Silva.

O sentido amplo trata das relações de produção, com toda suas características históricas, sociais e ideológicas; no caso do nosso trabalho seria a constituição da memória de uma sociedade capitalista subdesenvolvida que vive um processo de transição política no regime de trabalho no fim do século XIX. Já o sentido estrito trabalha as condições imediatas em que ocorre a formulação do discurso, ou seja, o momento em que as elites brasileiras produzem o seu discurso abolicionista (re)significado, dentro dos limites de seus interesses de classe, resultando no efeito de sentido de transformação. Essa transformação, contudo, ocorre com mais intensidade no âmbito da superestrutura, mantendo seu domínio nas relações de produção.

A segunda metade do século XIX foi de fundamental importância para a consolidação da ordem capitalista liberal burguesa, na esteira das mudanças de ordem econômica e política que já se desenrolavam no final do século XVIII, profundas mudanças estruturais engendradas pela revolução industrial na Inglaterra e com a queda da Bastilha na França.

Essas transformações quebraram as últimas amarras para o pleno desenvolvimento da reprodução do capital, com a consolidação do poder político e econômico da burguesia, garantindo o desenvolvimento do arcabouço jurídico liberal que, ao longo do século XIX, iria se universalizar, pelo menos no Ocidente.

O crescimento da capacidade industrial ao longo do século XIX foi acompanhado de um contínuo processo de financeirização da economia, no qual os capitais industriais, para ampliar suas capacidades de competição, passavam a

recorrer cada vez mais aos capitais bancários. Esse processo de fusão dos bancos com as indústrias, com algumas particularidades regionais, vai impulsionar uma expansão industrial extraordinária, no final do século XIX, em praticamente toda a Europa ocidental, EUA e Japão.

O surgimento de novas nações industrializadas leva o mercado mundial a um momento de reorganização e redistribuição que altera as relações capitalistas mundiais. Como o Brasil, desde os primeiros anos do século XVI vinha, como colônia, fazendo parte desse crescente mercado mundial, as referidas transformações também trouxeram mudanças para sua economia. Ou seja, no quadro de um capitalismo imperialista monopolista, o acirramento das disputas no mercado mundial vai exercer uma forte pressão para o fim das relações arcaicas de trabalho, engendradas pelo escravismo mercantil dominante no Brasil.

O desenvolvimento de novas tecnologias na 2ª revolução industrial ampliou de maneira extraordinária a capacidade de produção de mercadorias de um lado e do outro radicalizou a divisão sociotécnica do trabalho. Essas transformações, sem dúvida, foram acompanhadas de avanços no campo das ciências naturais, agora unidas aos interesses das grandes corporações, que por sua vez impulsionavam seus Estados nacionais a uma postura agressiva e expansionista.

Cabe salientar que não é nosso objetivo entrar na seara das ciências naturais e biológicas que deram um salto qualitativo na segunda metade do XIX, contudo, no clima predominante do cientificismo europeu uma teoria em especial nos é necessário salientar, melhor dizendo, o impacto da teoria da evolução das espécies, de Charles Darwin, que, de maneira brilhante, abre uma fissura irreparável nas teorias religiosas. Darwin influenciou círculos intelectuais, tanto da esquerda como da direita.

Os círculos intelectuais da elite europeia, em especial através da influência do francês Herbert Spencer, logo trataram de adaptar as descobertas científicas darwinistas aos interesses das ciências humanas, que, impregnadas do cientificismo da época, tentavam adaptar as leis e os paradigmas das ciências naturais para conquistar o estatuto de ciência. Um resultado político dessas discussões foi a formulação do darwinismo social, que se constituirá como a pedra angular das teorias raciais que dominarão a agenda dos governos imperialistas europeus que

irão incessantemente difundir o “racismo científico” como justificativa das invasões na África e Ásia, na esteira da conferência de Berlim, em 1885.

As transformações no conjunto da economia capitalista vão, sem dúvida, alterar as relações entre os Estados e criar um clima beligerante na segunda metade do século XIX. O ano de 1873 entrou para a História como a primeira grande crise de superprodução. As condições de reprodução do capital entram em uma nova etapa, em que a hegemonia do capital britânico e todas as suas acomodações comerciais (inclusive a relação com o império escravocrata brasileiro) são duramente questionadas pelos países considerados novas “potências”.

O imperialismo britânico tem agora um concorrente, O imperialismo alemão, sedento por mercados, ou melhor, por colônias. Essa disputa irá marcar profundamente as últimas décadas do século XIX, ou seja, pode-se dizer que a estrutura de acumulação capitalista que havia sido montada no século anterior estava profundamente em crise, tendo inclusive reflexos na América Latina.

Constatamos então que as contradições que marcaram a segunda metade do século XIX, as quais, para um observador desatento, exibiam uma aparência regional, sem qualquer relação entre si, tinham uma profunda relação com as transformações no modo de produção capitalista em conjunto. Doravante, a particularidade regional tinha também sua importância, como é caso da América Latina, com as disputas regionais para acomodar as maiores economias da região em sua relação com os grandes centros do capital. Encontramos respaldo para o que acabamos de afirmar no posicionamento do General Bartolomeu Mitre, presidente da Argentina na época da Guerra do Paraguai:

A República da Argentina está no dever de formar aliança com o Brasil a fim de derrubar essa abominável ditadura de López e abrir ao comércio do mundo essa esplêndida e magnífica região que possuí, talvez, os mais variados e preciosos produtos dos trópicos (CHIAVENATO, 1979. p. 104).

Também teve sua corrida bélica, que terminaria com um verdadeiro massacre do nacionalismo paraguaio, que possuía uma mistura sincrética dos ventos liberais napoleônicos com a cultura guarani.

A explosão da guerra do Paraguai (1864-70) no subcontinente latino americano, sem sombra de dúvidas acelerou as contradições do Império brasileiro. As consequências da guerra, mais imediatas, que podemos observar foram a modernização do exército brasileiro e a sua adesão ao ideário liberal positivista, que logo o tornou peça-chave da política nacional, em especial no processo de transição gradual da mão de obra escrava para assalariada e na metamorfose do estado imperial para o republicano.

A guerra da Tríplice Aliança sul-americana não foi a única razão das transformações ocorridas no Brasil, no final do século XIX; há outra observação de fundamental importância: o desenvolvimento da cafeicultura no oeste paulista, que no período em questão, engendra um processo simbiótico de “modernização”, acomodando os interesses agroexportadores das tradicionais elites às transformações trazidas pelo acúmulo de capitais, possibilitado pelo café.

A cafeicultura, em especial no oeste paulista, será responsável pelo desenvolvimento da modernização do Brasil. As ferrovias, o beneficiamento do café, as casas bancárias, ou seja, o moderno chegava ao Brasil pelas mãos do conservadorismo latifundiário.

O desenvolvimento industrial das últimas décadas do século XIX também diversificou o mercado de matéria-prima, o que decerto contribuiu para a ampliação das áreas de extração da borracha no Norte do Brasil, que atraiu muitos nordestinos que já vinham sofrendo com as oscilações do açúcar e sua crescente secundarização na pauta de exportações nacionais, resultando em uma onda de imigração nordestina, em direção ao Norte, para ocupar a Amazônia.

Além das transformações inter-regionais operadas pela diversificação da economia, o final do século XIX também foi marcado pelo processo de chegada dos imigrantes, em especial os italianos, comprovando o corte racial da política do Estado brasileiro que, à medida que os europeus migravam para o Brasil, estruturava uma rede de apoio mínimo para que estes pudessem adaptar-se à “nova vida”. Essa mesma preocupação com os afro-brasileiros, os filhos da escravidão, no novo momento nacional, não existia, o que deixava clara a intenção das elites controladoras do estado em “branquear” a sociedade brasileira, sendo esse movimento claramente racial, visto à época como ingrediente fundamental do processo modernizador, refletindo as ideias do cientificismo racial. Todo esse

processo de transformação constitui as condições amplas de produção do discurso abolicionista. No que concerne às condições estritas, esse discurso eclode no período de transição do Brasil Imperial escravista para a República com trabalho assalariado.

2.2 A construção da República e a identidade nacional

As transformações do final do século XIX nos levam a pensar nos sentidos do discurso liberal abolicionista no Brasil como sendo parte dos interesses da elite brasileira que, adaptando os interesses da estrutura da economia nacional aos ideais do liberalismo europeu, em nome de uma suposta liberdade econômica e igualdade de direitos, procura igualar o Brasil, ao menos teoricamente, às demais nações civilizadas do mundo.

Ao longo do século XIX, no Brasil, a concepção liberal criou suas raízes no Império, e uma das questões fundamentais do período era a noção de direito natural à propriedade, colocando o escravo como propriedade, o que durante longas décadas criou uma barreira ao desenvolvimento de uma mentalidade pró-abolição nos círculos mais intelectualizados do País. Porém as fragilidades da ordem social estruturada no trabalho escravo, geradora de uma contradição que colocava o país na contramão do processo civilizador, e as relações de trabalho escravistas impediam o desenvolvimento pleno das relações capitalistas no Brasil.

É preciso salientar que a mesma tradição liberal elitista que justificava o direito à propriedade do escravo¹⁶ no início do Período imperial brasileiro irá se **ressignificar** e, ao final do referido período, patrocinará a abolição gradual da escravidão.

O desenvolvimento das leis abolicionistas, combinado com uma maior adesão de setores das elites nacionais à causa da “abolição”, vão configurar o terreno fértil para a suposta solução da questão humanitária do trabalho escravo. A explicação é simples para o giro político que ocorrerá para o terreno da democracia racial. Esse discurso se sustenta em três pilares ideológicos: primeiro, a escravidão brasileira era

¹⁶ Segundo a tradição ocidental aristotélica o escravo era considerado coisa, logo perdia seus direitos naturais. Historicamente os gregos, os romanos, e na modernidade as nações europeias, reinterpretaram essa noção de trabalho, caracterizando o homem escravo como desprovido de direitos.

maleável e os negros eram “bem tratados”; segundo, a miscigenação dos brancos com as negras e; por último, a legislação estava garantindo a libertação gradual de todos os escravos.

Todavia, as condições objetivas nem sempre se coadunavam com o discurso oficial emitido pelo Estado. A herança econômica de séculos de *plantation*¹⁷ escravista havia causado um dano muito profundo à formação do povo brasileiro, pois não se tinha um aparato estatal, cultural e tecnológico para atender tamanha a demanda.

Ao contrário do paraíso racial difundido pelo discurso estatal, a história dos negros brasileiros após 1888 tem sido, em devida medida, a sina de sua proletarização e exclusão, como afirma Ianni (1966, p. 18):

Egresso da escravatura, viu-se numa situação nova e desconhecida. Devido às condições históricas pelas quais se estava verificando a formação do capitalismo no Brasil, o negro não pôde ser absorvido imediata e amplamente. Décadas se passaram, antes que ele pudesse sentir-se seguro de um salário. Foi preciso que atravessasse várias fases, antes que começasse a ser aceito e procurado como trabalhador. Portanto, o dilema que cerca a existência do negro, depois de 1888, se resume aos seguintes termos: nem ele estava preparado para vender sua força de trabalho, nem o empresário estava preparado para comprá-la.

A formação do proletariado e do capitalismo brasileiro também seguiu as regras do mercado, em especial a lei da oferta e da procura, em que, sem dúvidas, os detentores do capital levam todas as vantagens possíveis e imagináveis. Ou seja, ao passar teoricamente pela metamorfose escravo-cidadão, o negro teve contato da maneira mais dolorosa possível com a liberdade alienada, possibilitada por um capitalismo tardio.

A tradição liberal desenvolvida na sociedade brasileira largou o negro a sua própria sorte, ficando sobre sua total responsabilidade a sua educação e adaptação às profundas transformações *societais* pelas quais o Brasil passava, ou seja, era

¹⁷ O *plantation* é um tipo de sistema agrícola constituído de uma grande propriedade monocultora, para produção de gêneros tropicais em sua maioria, normalmente voltada para exportação, já que o mercado interno ficaria saturado destes gêneros. Sistema típico de países subdesenvolvidos, que fora amplamente utilizado durante a colonização europeia nas Américas, e, mais tarde, fora levada para a África e Ásia. Hoje em dia alguns países subdesenvolvidos ainda usam este tipo de sistema agrícola, apesar de ele ser reconhecidamente ineficaz. Para isso, estes países contam com mão de obra assalariada ou trabalho escravo ilegal. No Brasil, por exemplo, a *plantation* é usada em vastas porções do território nacional, principalmente nas áreas de cultivo de café e cana-de-açúcar, dois dos nossos principais produtos agrícolas de exportação.

tarefa dos negros recém-libertos atender às novas demandas de se transformar em um novo homem, adequado aos novos padrões do regime republicano baseado na mão de obra assalariada.

As particularidades do processo de formação do capitalismo brasileiro¹⁸ fizeram com que o processo de separação dos trabalhadores dos meios de produção seguisse um caminho diferente das economias clássicas, ou seja, esse processo ocorre no Brasil de maneira simultânea e dependente das transformações que estão ocorrendo nos grandes centros do capitalismo mundial.

Assim sendo, a contradição entre o trabalho escravo e a produção de mercadorias só vai realmente aparecer no momento em que a economia brasileira sofre a influência das transformações externas, tendo de se reacomodar às mudanças da fase imperialista orquestradas pelo capital.

A partir do final do século XIX, a coexistência do trabalho escravo com o sistema produtor de mercadorias chega ao seu limite. Nos séculos anteriores, esse regime escravo foi peça-chave do processo de acumulação primitiva¹⁹, porém à medida que a mercadoria se torna o centro do sistema, com o advento do capital industrial e sua fusão com o capital financeiro, o capitalismo brasileiro passa por um profundo e rápido processo de adaptação às novas condições históricas de reprodução do capital no cenário global.

Sem dúvida, a grande locomotiva que puxava os vagões dessas transformações no âmbito nacional foi a cafeicultura, em especial no oeste paulista, como nos demonstrou, com demasiada clareza, Ianni (1966, p. 79 e 80):

Na cafeicultura, em especial o Oeste Paulista, a fazenda se transforma numa empresa. A racionalidade inerente à economia mercantil penetra progressivamente a unidade produtora. Gerada na esfera da comercialização do café, a organização racional dos negócios relacionados à cafeicultura encaminha-se insistentemente para a fazenda. Assim, a comercialização do café impõe a reelaboração dos fatores e da organização da fazenda, transformando-a numa empresa, no sentido de empreendimento capitalista. Para enfrentar os problemas relacionados à organização eficaz dos elementos da produção, tais como a terra, o capital,

¹⁸ Para uma abordagem mais profunda do tema, ver Prado, Caio Jr, *História econômica do Brasil*. Brasiliense, São Paulo, 1998.

¹⁹ Para um entendimento mais amplo e radical do tema, ver Marx, K. *A origem do capital/acumulação primitiva*, coleção bases, 3ª Ed. Global, São Paulo, 1977.

a técnica, a mão de obra, além do financiamento do transporte, do crédito, etc., o fazendeiro foi obrigado a adotar outras expectativas e comportamentos, transformando-se em empresário. A racionalidade inerente ao modo capitalista de organização da produção difunde-se progressivamente pelo sistema social. Nesse processo, desenvolve-se a autorracionalização do comportamento do empresário. E também do trabalhador. Nesse contexto, o fazendeiro de café descobre que o escravo é um investimento relativamente oneroso.

O desenvolvimento do capital nacional entra em uma fase que vai exigir a definitiva separação do trabalhador dos meios de produção, ou seja, a abolição da escravatura passava também pela necessidade de ampliar no país um verdadeiro mercado de mão de obra livre para regular o preço da mercadoria salário. O que podemos perceber, além do discurso político e moral da liberdade, é que havia necessidades históricas da economia capitalista na esfera nacional.

Por isso, o processo da abolição somado à imigração serão fruto de um longo e doloroso processo de (re)acomodação do mercado, que vai definir uma maior procura por vagas do que a quantidade de postos de trabalho existentes, o que resultou numa seleção na qual os negros ocuparam os últimos lugares. O que efetivamente vai ocorrer é que esses recém-libertos servirão como contingente para a formação de um clássico exército de reserva que vai passar a vegetar nas favelas das cidades do nascente capitalismo brasileiro.

À medida que o século XIX se findava e o capitalismo fincava suas raízes na economia dos grandes centros do Brasil, a contradição entre o mundo rural e o agora mundo urbano capitalista faz aflorar a contradição entre a escravidão e a liberdade. A contradição retromencionada, na esfera econômica entre a mercadoria e o escravo, ganha uma maior visibilidade no plano ideológico do universo urbano.

O novo momento histórico e econômico vai exigir uma nova racionalidade na produção de mercadoria, o que determinará a alforria dos cativos, que vão deixar de ser mão de obra escrava para se tornarem força de trabalho. Só assim se abre a possibilidade da produção da mais-valia relativa e um aprimoramento da divisão sociotécnica do trabalho, fundamentais para a consolidação do capitalismo nacional.

O que se pode concluir é que, para que as atividades capitalistas no Brasil pudessem acompanhar as transformações do período em questão, tornava-se imperativo que a atividade produtiva do trabalhador se transformasse em mercadoria e o escravo adquirisse a “liberdade”, pois só alcançando a igualdade jurídica, ou

seja, sendo elevado à categoria de cidadão, é que o circuito clássico da sociedade produtora de mercadoria poderia alcançar a sua maturidade.

Assim, somente quando o trabalhador é “livre” é que sua força de trabalho ganha a condição efetiva de mercadoria, e como tal ela pode ser comprada segundo as necessidades do mercado, isto é, da produção do lucro. Esse processo foi fundamental para a entrada da economia brasileira no processo de industrialização.

Nos últimos quartéis do século XIX, o grande dilema da economia brasileira era a questão da escassez de mão de obra²⁰. O quadro econômico tinha as seguintes características econômicas: o fim do tráfico de escravos que coincide com o aumento da demanda do café no mercado internacional; o crescimento da produção algodoeira no Norte e Nordeste devido aos reflexos da Guerra de Secessão nos EUA, fato que aumentava a pressão por mão de obra na economia nacional, pois restringia o já limitado tráfico interprovincial; e o interesse político racial das elites em “embranquecer” a população, pois os negros, de acordo com as teorias raciais que se vão desenvolvendo no período, eram sinônimos de atraso²¹.

O quadro econômico e político nacional descrito acima vai encaixar-se como uma luva no cenário de transformações que ocorriam na Europa, em especial na Alemanha e principalmente na Itália. Ou seja, a necessidade de mão de obra, somada ao discurso racista da elite, vai traduzir-se em uma política do estado²², pois essa mesma elite controlava o Estado e o colocava a serviço de sua atividade econômica, como podemos observar na análise de Furtado (1978, p. 127):

A solução veio em 1870, quando o governo imperial passou a encarregar-se dos gastos do transporte dos imigrantes que deveriam servir à lavoura cafeeira. Demais, ao fazendeiro cabia cobrir os gastos do imigrante durante o seu primeiro ano de atividade, isto é, na etapa de maturação de seu trabalho. Também devia colocar à sua disposição terras em que pudesse cultivar os gêneros de primeira necessidade para a manutenção da família. Dessa forma o imigrante tinha seus gastos com transporte e instalação pagos e sabia a que se ater com respeito à sua renda futura. Esse conjunto de medidas tornou possível promover pela primeira vez na América uma volumosa corrente imigratória de origem européia destinada a trabalhar em grandes plantações agrícolas.

²⁰ Para um maior detalhamento desse período de transição econômica no Brasil, veja-se o livro de Furtado, Celso, **A formação econômica do Brasil**, 1976.

²¹ Para um maior detalhamento da integração do negro à sociedade brasileira pós-abolição e a República, veja-se o livro de Fernandes, Florestan, **A integração do negro na sociedade de classes**, 1978.

²² A concepção de Estado à qual nos filiamos pode ser mais bem detalhada em Lênin, V.I., **O Estado e a revolução**, 2005.

O resultado da política de europeização das necessidades de mão de obra levou o negro a um processo de marginalização, restando-lhe o caminho para se tornar *lumpen* proletário²³, pois o caminho para a proletarização lhe estava vedado, como explica Fernandes (1978, p. 28):

Diante do negro e do mulato abrem-se duas escolhas irremediáveis, sem alternativas. Vedado o caminho da classificação econômica e social pela proletarização, restava-lhe aceitar a incorporação gradual à escória do operariado urbano em crescimento ou abater-se penosamente, procurando no ócio dissimulado, vagabundagem sistemática ou na criminalidade fortuita meios para salvar as aparências e a dignidade de 'homem livre'.

Vimos, portanto, que o domínio branco imigrante vai prevalecer nas nascentes atividades capitalistas, em especial nas industriais, o que de certa forma estabelecerá uma concorrência brutal, na qual os negros perdiam esta disputa no mercado de maneira absurda, por tudo o que já foi explicado. As influências teóricas que vão alimentar os movimentos políticos que irão culminar na proclamação da República em 1889, apesar de questionarem o trabalho escravo, reservaram para os ex-cativos um lugar tenebroso, pois as correntes liberais e positivistas que faziam parte do imaginário desses movimentos republicanos já estavam chegando aos principais círculos intelectuais nacionais, contaminadas pelas ideias do darwinismo social de Herbert Spencer que eram o esteio das teorias raciais, tão fortes no período histórico em questão.

2.3 A crise do escravismo e o sentido da abolição

As condições estruturais da abolição levaram à incompatibilidade da força de trabalho escravizada à nova realidade objetiva. O discurso abolicionista produziu a redefinição do sentido de trabalho enquanto instrumento de desumanização para um sentido de trabalho "dignificante", ou seja, trabalho assalariado, na concepção liberal burguesa.

A concepção de trabalho encontra-se ancorada no marxismo, em especial na obra **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**, do filósofo

²³ No Manifesto do Partido Comunista, Marx e Engels definem o lumpen-proletariado como produto passivo da putrefação das camadas mais baixas da velha sociedade, que pode ser arrastado ao movimento por uma revolução proletária; todavia, suas condições de vida o predisõem mais a vender-se à reação.

húngaro Lukács²⁴ (1978). O referido pensador entende que o trabalho está na base da atividade econômica, pois é ele que torna possível a produção de qualquer bem, criando valores que constituem a riqueza social. São as condições materiais de existência e reprodução da sociedade, ou seja, a satisfação material das necessidades das mulheres e homens que constituem a sociedade, obtida numa interação com a natureza. A sociedade, através dos seus membros, transforma matérias naturais em produtos que atendem às suas necessidades. Essa transformação é realizada mediante a atividade que denominamos de **trabalho**. O trabalho em Marx é a categoria central para compreensão do fenômeno humano-social.

Na perspectiva do capital o trabalhador é reduzido à condição de mercadoria – mão de obra –, sendo totalmente expropriada de suas possibilidades de desenvolvimento e de suas individualidades através do trabalho.

A liberdade dada ao escravo é a de oferecer-se no mercado de trabalho como mão de obra apenas, eliminando qualquer vínculo rígido e permanente do trabalhador com os meios de produção.

Com a separação dos escravos da esfera dos meios de produção, os empreendimentos puderam ganhar uma racionalidade mercantil, ou seja, ocorreu um aprofundamento da divisão social da produção, possibilitando a eliminação do obstáculo do capital imobilizado permanente, que representava a escravaria.

A abolição não produziu cidadãos no sentido pleno, e sim uma massa de mão de obra reserva, o que desembocou na racialização das relações sociais, servindo para facilitar a organização das classes de acordo com os interesses dominantes, merecendo destaque o papel da ideologia das raças, em que se produziram os sentidos: branco, superioridade; e negro, inferioridade.

A história do negro pós abolição, em boa parte é a história de sua proletarianização – nem o negro estava preparado para vender sua força de trabalho, nem o empresário estava preparado para comprá-la.

²⁴ Para maiores esclarecimentos sobre a ontologia do ser social, ver também a obra de Lessa, S. **Para compreender a ontologia de Lukács**, Ijuí, editora Unijuí, 2007.

A formação do proletariado brasileiro segue a tradicional lei da oferta e da procura (vantagens para os capitalistas e para os imigrantes como mão de obra preferencial, e desvantagens para os negros como mão de obra reserva).

A conversão do negro de escravo em “trabalhador livre” representou para ele o conhecimento da forma mais perversa dos limites da liberdade alienada capitalista. Os limites do liberalismo desenvolvido no Brasil e o abolicionismo da elite nacional eram extremamente estreitos, a exemplo de José Bonifácio e seus correligionários. A ideia de integrar para dominar – o escravo como não cidadão era inimigo do contrato social –, pois o negro era tido como coisa e não como homem, justificava o fato de ele não ter os direitos naturais previstos no liberalismo clássico, durante a colônia e o Império.

2.4 As teorias raciais e a construção da imagem do negro

Intelectuais nacionais ligados à perspectiva do racismo cientificista do final do século XIX defendiam a imigração e procuravam, através de meios científicos²⁵, demonstrar os fatores favoráveis do branqueamento para a resolução de questões estruturais da jovem nação brasileira e na busca do progresso tão almejado.

Mas se, em vez de se reproduzir entre si, a população brasileira estivesse em condições de subdividir ainda mais os elementos daninhos de sua atual constituição étnica, fortalecendo-se através de alianças de mais valor com as raças européias, o movimento de destruição observado em suas fileiras se encerraria, dando lugar a uma ação contrária. (GOBINEAU, 1855).

A presente citação desse influente pensador francês mostra de forma cabal a visão preconceituosa que imperava nos círculos intelectuais da Europa e que tinha lugar especial na formação da intelectualidade nacional.

A questão da abolição atendeu aos interesses da elite – resolver o problema de como incluir excluindo –, ou seja, ao tempo que ele era incluído no mercado de trabalho, já era simultaneamente transformado em mão de obra reserva. Entre

²⁵ A influência do darwinismo social, da eugenia, desenvolvida na obra ***Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*** (1855), de Arthur Gobineau, foi a pedra angular do racismo cientificista do final do século XIX e teve seu auge no governo alemão do partido nazista de Adolf Hitler.

outros fatos o fantasma da revolução negra²⁶, a exemplo do Haiti, alimentou os mitos que impulsionaram a penetração do racismo cientificista europeu. A construção da imagem do negro como símbolo do atraso e da preguiça servia como justificativa para a imigração e para resolver os grandes dilemas da nação, assim elencados: 1º o progresso; 2ª escravidão era igual ao atraso; 3º a população constituída, em sua maioria, por escravos, o que significava atraso; 4º o progresso requer mão de obra qualificada e 5º a ausência dessa mão de obra qualificada no Brasil.

A ideologia do branqueamento materializa-se no discurso que constrói a ideia de que o europeu (branco) é a única raça capaz de produzir a cultura do progresso de que o Brasil necessitava, pois até os portugueses eram vistos como “mestiços” e, por isso, mais propensos à “degeneração sexual” com outras raças tidas como inferiores, no caso do Brasil, os índios e os negros. Com o fim do Império, a questão do negro como escravo ia sendo resolvida, primeiramente, porque o discurso oficial fincava no senso comum a ideia de que não havia preconceito racial, a mistura era a prova cabal; e, em segundo lugar, as novas leis de caráter liberal e o Estado garantiam a abolição gradual, o que impedia uma revolução à moda haitiana.

Os intelectuais racistas vão recorrer ao cientificismo racista para afirmar que uma mudança do negro, da condição de escravo para homem livre útil e cidadão, era impossível, pois reconhecem, então, os males causados nos longos anos da instituição da escravidão que, supostamente, tinham destruído definitivamente a alma e a capacidade civilizatória dessa raça, somando a isso sua “inferioridade natural”. Como afirmava Louis Agassiz (1868):

Que qualquer um que duvide dos males da mistura de raças, e inclua por mal-entendida filantropia, a botar abaixo todas as barreiras que as separam, venha ao Brasil. Não poderá negar a deterioração decorrente da amálgama das raças mais geral aqui do que em qualquer outro país do mundo, e que vai apagando rapidamente as melhores qualidades do branco, do negro e do índio deixando um tipo indefinido, híbrido, deficiente em energia física e mental.

O negro foi cristalizando-se como elemento do atraso e da preguiça, ou seja, o elemento negro não poderia ser um trabalhador livre e assumir um lugar em uma sociedade baseada no mérito e na competição; em outros termos, o negro foi livrando-se da pecha de escravo para ganhar outra, de ser inferior, e no máximo seu

²⁶ Para maiores esclarecimentos sobre a questão haitiana, ver também a obra de Eugene Genovese. **Da Rebelião à Revolução: as revoltas de escravos negros nas Américas**, editora Global.

desenvolvimento intelectual seria semelhante ao de uma “criança mal criada” na sociedade. Ao negro lhe restava o branqueamento, tanto pela imitação do senhor quanto pela mestiçagem.

A constituição da nação a partir da República se associava às ideias de progresso positivistas e às de seleção étnica, que desembocavam na inferiorização do negro, visto como potencial inimigo.

Acabar com a escravidão, para a elite e o Estado, não era somente libertar os escravos; era livrar o Brasil de qualquer resquício que recordasse a barbárie escravocrata, porém, sempre dentro dos limites da legalidade imposta pelo estreito liberalismo do Estado brasileiro.

A construção da sociedade civil republicana visava a afastar os negros do processo político, através do convencimento de que no Brasil não havia o ódio racial, ou seja, não havia o preconceito nem violência contra os negros libertos. Em outras palavras, visava a escamotear a luta de classes.

2.5 A construção do mito da democracia racial

O grande problema da interpretação da cultura brasileira ocorre devido à incapacidade da ciência de lidar com a realidade objetiva e a subjetividade, em decorrência da influência poderosa de correntes de pensamento geradas em nações imperialistas e assimiladas, sem o devido espírito crítico, pela intelectualidade nacional, provocando uma distorção da autoconsciência do povo.

O Brasil, como nação, dentro da ordem capitalista ocidental é uma construção do capitalismo europeu e só será possível compreender essa afirmação, sem querer ser panfletário, se observar a teia das relações econômicas e políticas engendradas pelas nações imperialistas, ou seja, o Brasil é um produto dessas relações da civilização ocidental capitalista, daí a curiosa luta em busca da sua originalidade nacional ao se intitular uma nação tropical. Pobre consciência infeliz de um povo que busca seu destino na imagem e à semelhança de outros povos.

Se durante a escravidão o negro já era coisificado e desprezado como ser humano, após a abolição essa situação se agravou, pois os cortiços e favelas irão agravar esse terrível processo. A construção do discurso oficial (Estado) como

sendo o negro um ser inferior, sinônimo de vagabundagem e incompetência, resultou na consolidação do negro como anticidadão, ou seja, como marginal.

O abolicionismo, fruto do liberalismo brasileiro do final do Império, funcionou como uma locomotiva que trilhou o caminho dirigido pela elite branca, dirigente do Estado, adequando o elemento negro a uma posição que não obstaculiza suas reivindicações, à “nova ordem” republicana instalada.

O Estado foi determinando a posição dos indivíduos na “nova velha ordem”, configurando o abortamento da revolução dos escravos e tomando para si a tarefa da abolição, cristalizando um espectro de democracia racial como o único caminho para o progresso e a unidade da nação.

Todas as tentativas de construir uma imagem positiva do negro vão desaguar no dique da miscigenação e da suposta harmonia entre as raças, resultando no título para o Brasil de nação laboratório das raças, que tem por base a “mistura das cores”. Assim, o negro migra da sua condição de coisa para a de marginal nas linhas da imprensa, e para exército de reserva no mercado.

Nessa conjuntura, ganha destaque a escola racista, cujo baluarte era Nina Rodrigues, que vai fundamentar a suposta inferioridade inata da raça negra e a sua inaptidão para a vivência em civilização. Como resta evidente nesta passagem do próprio Nina Rodrigues (2004, p. 21):

A raça negra no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontestes serviços à nossa civilização, por mais justificadas que sejam as simpatias de que cercou o resultante abuso da escravidão, por maiores que se revelem os generosos exageros dos seus turifários, há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo.

Com a proclamação da República, seguiu-se um momento de consolidação de uma identidade que se construía nacionalmente para o negro, destilada no senso comum. Porém, vale ressaltar dois momentos importantes na esteira dos acontecimentos da construção da imagem do negro como elemento da sociedade brasileira: o 1º é o discurso médico-jurídico de Nina Rodrigues e o 2º é a Antropologia de Gilberto Freyre. Para Nina Rodrigues, os índios, negros e mestiços são criminosos em potencial. Já Gilberto Freyre conseguiu afastar-se da visão racista da escola pré-antropológica, apesar de ser oriundo dessa escola que tinha

uma forte tradição baseada em princípios darwinista, spencerianos e que estabelecia uma diferenciação intelectual entre brancos e negros.

Em Gilberto Freyre a mestiçagem é vista de maneira positiva, ou seja, é a tábua de salvação da nação, o nosso aspecto mais original:

Na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno, em tudo que é expressão sincera de vida, trazemos quase todos a marca da influência negra. Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bichos e de mal assombro. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho do pé de uma coceira tão boa. Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama de vento, a primeira sensação completa de homem. Do moleque que foi o nosso primeiro companheiro de brinquedo. (FREYRE, 2003, p. 367).

Entretanto, o viés de interpretação do negro no desenvolvimento do Brasil ainda traz a influência de sua origem intelectual, pois o negro ainda é visto como portador de uma cultura exótica e que serve como complemento da cultura do branco na composição da cultura brasileira. Como afirma Santos (2002, p. 150):

Embora a contribuição africana seja avaliada fora da perspectiva racista de outrora, isso não significou a elevação do sujeito negro à mesma categoria do branco. Ele ainda é o outro, diferente e estranho, portador de uma cultura exótica. Mas agora é o estranho desejado por essas mesmas características. Em Freyre, o negro continua sendo objeto, complemento para o branco que se sobrepõe a ele do alto dos casarões, das casas-grandes e que olha, a distância, para a senzala. Passa-se, então, a uma apologia da mestiçagem, não na prática, mas na teoria, na qual ela é reconhecida como elemento básico da composição do povo brasileiro. Mas, se muitas barreiras foram ultrapassadas pelo reconhecimento da contribuição da cultura africana para a formação do nosso povo, isso só foi possível mediante a mitificação do mestiço e, juntamente com ela, a existência de uma ilusão que nos conduz a pensar que, no Brasil, haveria uma democracia que permitiria um tratamento igualitário para brancos e negros. Sob a égide da democracia racial, inúmeros preconceitos se esconderam e se multiplicaram.

O colonizador é visto, em Freyre, com certa redenção e bondade por sua capacidade e tendência “natural” para a miscigenação, explicadas por sua própria composição étnica e histórica, o que justifica seu comportamento sexual com as negras e as índias. Esse entendimento retoma, de maneira enviesada, os elementos do cientificismo racial para explicar a composição étnica brasileira a partir de uma apologia da miscigenação, reproduzindo por um caminho invertido o pensamento de seus antecessores teóricos, mediante categorias como a mobilidade do português, a

miscigenação e a climatabilidade, evocadas para justificar o sucesso da colonização lusitana nos trópicos.

Na democracia racial, sistematizada na antropologia freyriana, a harmonia reinava nos engenhos, visto que o negro, através de suas características, se destacava exercendo o papel da mulata zombeteira, da ama de leite maternal; da mulata masoquista, do negrinho brincalhão; do preto velho contador de histórias e do curandeiro. Somando-se a isso a cultura do homem branco e a cultura indígena, teremos a construção da nação tropical.

Por isso os quilombos, de certo modo, foram silenciados²⁷ na democracia racial, reforçando o mito da passividade do negro e, por consequência, do mestiço, ou melhor, do povo brasileiro.

²⁷ Trabalharemos essa categoria posteriormente.

3 NAS TRILHAS DA ANÁLISE DO DISCURSO

3.1 Panorama histórico do conceito de ideologia no marxismo

Duas vertentes do pensamento filosófico crítico influenciaram o conceito de ideologia de Marx e de Engels: de um lado, a crítica da religião desenvolvida pelo materialismo francês e por Feuerbach e, de outro, a crítica da epistemologia tradicional e a revalorização da atividade do sujeito, realizada pela filosofia alemã da consciência e particularmente por Hegel.

A expressão “ideologia” ainda não aparece nos escritos iniciais de Marx, mas os elementos materiais do futuro conceito estão presentes em sua obra **A Ideologia Alemã**, definidas como “inversões” que obscurecem o verdadeiro caráter das coisas.

A “inversão” hegeliana consiste na conversão do subjetivo em objetivo, e vice-versa, de tal modo que, partindo da suposição de que a ideia se manifesta necessariamente no mundo empírico, o Estado prussiano surge como a autorrealização da ideia, como o “universal absoluto” que determina a sociedade civil, em lugar de ser por ela determinado.

Embora aceite o princípio básico de Feuerbach de que o homem faz a religião e a ideia segundo a qual Deus fez o homem é uma inversão, Marx vai mais longe ao argumentar que essa inversão é mais do que alienação filosófica ou simples ilusão – ela expressa as contradições e sofrimentos do mundo real. O Estado e a sociedade produzem a religião, “que é uma consciência invertida do mundo, porque eles próprios são um mundo invertido” – sustenta Marx em seu texto de introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel.

Depois do rompimento com Feuerbach²⁸, por volta de 1845, ocorreu um período dominado pela construção, por Marx e Engels, do materialismo histórico, em que as premissas gerais de sua abordagem da sociedade e da história são desenvolvidas e a tendência feuerbachiana de sua juventude seria definitivamente

²⁸ Ludwig Andreas Feuerbach nasceu em Landshut, 28 de julho de 1804 — Rechenberg, e morreu em Nuremberg, 13 de setembro de 1872. Foi um filósofo alemão.

abandonada. Nesse contexto, o conceito de ideologia é introduzido pela primeira vez.

Assim, a inversão que Marx passa a chamar de Ideologia subsume tanto aos velhos como aos jovens hegelianos e consiste em partir da consciência em vez de partir da realidade material. Marx afirma, pelo contrário, que os verdadeiros problemas da humanidade não são as ideias errôneas, mas as contradições sociais reais e que aquelas são consequência destas.

Portanto, a ideologia surge como um conceito negativo e restrito. Porém, a redação dos *Grundrisse* em 1858 e dos estudos aprofundados das relações sociais capitalistas que resultaram na obra **O Capital**, fez com que a análise específica das relações capitalistas levasse Marx à conclusão mais avançada de que a conexão entre “consciência invertida” e “realidade invertida” é medida por um nível de aparências que é constitutivo da própria realidade.

A partir da crítica inicial da religião, até o desmascaramento das aparências econômicas mistificadas e dos princípios aparentemente libertários e igualitários do capitalismo, há uma notável coerência na compreensão da ideologia por Marx. A ideia de uma dupla inversão, na consciência e na realidade, é conservada em todos os momentos, embora no fim se torne mais de produção capitalista.

Pouco depois da morte de Marx, o conceito de ideologia começou a adquirir um novo significado. A princípio não perdeu necessariamente a sua conotação crítica, mas surgiu uma tendência a colocar esse aspecto em segundo lugar. Os novos significados tomaram principalmente duas formas: 1 - Uma concepção da ideologia como a totalidade das formas de consciência social, que passou a ser expressa pelo conceito de “superestrutura ideológica”; 2 - a concepção da ideologia como ideias políticas relacionadas com interesses de classe.

Gramsci²⁹, por exemplo, trabalha com o “Prefácio” de 1859, no qual Marx se refere às formas jurídicas, políticas e filosóficas – “em suma, formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência desse conflito e o solucionam pela luta” –, em apoio de sua concepção da ideologia como esfera superestrutural que tudo

²⁹ Para maiores entendimentos, ver a obra do marxista italiano Gramsci **Os intelectuais e a organização da cultura**, da Editora Civilização Brasileira, 3 ed., 1979.

abrange, na qual os homens adquirem consciência de suas relações sociais contraditórias.

Outro importante fator que contribuiu para essa evolução no sentido de um conceito positivo de ideologia é o fato de que as duas primeiras gerações de pensadores marxistas posteriores a Marx não tiveram acesso ao texto de **A Ideologia Alemã**, que permaneceu inédito até a década de 1920.

Na ausência dessa obra, os dois textos mais influentes para a discussão do conceito eram o “Prefácio de 1859”, de Marx, e o **Anti-dühring** de Engels, frequentemente citados pelas novas gerações de marxistas.

3.2 O marxismo como ideologia

O primeiro pensador que propôs a questão se o marxismo era ou não ideologia foi Bernstein³⁰. Sua resposta é que, embora as ideias proletárias tenham uma direção realista, porque se referem a fatores materiais que explicam a evolução das sociedades, elas ainda são reflexos do pensamento e, portanto, ideológicas.

A mais importante causa da evolução do conceito de ideologia, porém, é positiva, e está nas lutas políticas das últimas décadas do século XIX, particularmente as que tiveram lugar na Europa oriental. O Marxismo centraliza sua atenção na necessidade de criar uma teoria da prática política e, portanto, sua evolução passa a relacionar-se cada vez mais com as lutas de classe e as organizações partidárias.

Portanto, para Lênin, a ideologia torna-se a consciência política ligada aos interesses de cada classe: em particular, ele dirige sua atenção para a oposição entre a ideologia burguesa e a ideologia socialista. Com Lênin, portanto, o processo de transformação do significado da ideologia chega ao seu ponto culminante. A ideologia já não é uma distorção necessária que oculta as contradições, tornando-se, em lugar disso, um conceito relativo à consciência política das classes, inclusive da classe proletária.

³⁰ Eduard Bernstein nasceu em Berlim em, 6 de janeiro de 1850, e morreu na mesma cidade, em 18 de dezembro de 1932. Foi um teórico político alemão considerado o primeiro grande revisionista da teoria marxista e um dos principais teóricos da social-democracia.

A influência de Lênin fica evidente na produção de Lukács, por exemplo, que desde seus primeiros ensaios emprega as palavras ideologia e ideológico para referir-se tanto à consciência burguesa como à proletária, sem considerar implícita uma necessária conotação negativa, ou seja, no sentido de falsa consciência³¹. O marxismo para Lukács – em **História e consciência de classe**, 1974 – é “a expressão ideológica do proletariado combativo”, na verdade a sua “arma mais poderosa”.

Se a ideologia burguesa é falsa, isso não acontece por ser ela ideologia em geral, mas porque a situação da classe burguesa é estruturalmente limitada. A explicação dada por Lukács a esse fenômeno vai além da explicação de Lênin. Enquanto para este a subordinação ideológica do proletariado resultava do fato de ter a burguesia uma ideologia mais antiga e meios mais poderosos para a disseminação das suas ideias, para Lukács são a própria situação e a prática do proletariado, dentro das aparências reificadas da economia capitalista, que levam à subordinação ideológica desta classe.

Já Gramsci, na obra **Os intelectuais e a organização da cultura**, 1979, - propõe uma distinção entre “ideologias arbitrárias” e “ideologias orgânicas”, concentrando seu interesse nestas últimas. A ideologia, nesse sentido, é “uma concepção do mundo implicitamente manifesta na arte, no direito, na atividade econômica e em todas as manifestações da vida individual e coletiva”.

É, portanto, na ideologia e pela ideologia que uma classe pode exercer hegemonia sobre as outras, isto é, pode assegurar a adesão e o consentimento das grandes massas. Enquanto Lênin e Lukács trataram a ideologia como teoria, Gramsci nela distingue quatro graus ou níveis, ou seja, filosofia, religião, senso comum e folclore, em ordem decrescente de rigor e articulação intelectual.

O aprofundamento do conceito de ideologia, proposto pelo filósofo linguista russo Bakhtin³² e seu círculo, ocorre com a acusação de que a produção teórica marxista, até aquele momento, não havia colocado o problema do estudo da ideologia no lugar certo, e o tinha tratado de forma mecanicista, ou seja, segundo

³¹ Sobre a questão da ideologia no pensamento de Lukács, ver também o texto **A ideologia e sua determinação ontológica**, de Ester Vaisman, na revista Ensaio nº 17/18, 1989.

³² Mikhail Mikhailovich Bakhtin (1895 - 1975) foi um linguista russo. Para um melhor entendimento do debate em questão, ver sua obra **Marxismo e filosofia da linguagem**.

Bakhtin e os membros de seu círculo, os teóricos marxistas procuravam estabelecer uma ligação direta entre acontecimentos nas estruturas socioeconômicas e sua repercussão nas superestruturas ideológicas.

Além disso, o outro ponto de partida para o estudo da ideologia é o combate da perspectiva que vinha sendo defendida pelos estudiosos de então – marxistas, linguistas, psicólogos e teóricos em geral das ciências humanas – ao colocarem a questão da ideologia ora na consciência, ora como um pacote pronto, advindo do mundo da natureza ou mesmo do mundo transcendental.

Para Bakhtin, era necessário quebrar essa tradição de análise da ideologia como subjetiva e interiorizada, entendida como uma ideia com lugar permanente na cabeça do homem (se se mantiver apenas na consciência, a ideologia degenera e morre, por carência de interação geradora), e como idealista/psicologizada que entendia a ideologia como uma ideia já dada com a qual é possível apenas se defrontar, e que também se desenvolve no interior individual, e inserir essa questão no conjunto de todas as discussões filosóficas, que eles tratam de forma concreta e dialética, como a questão da constituição dos signos, ou a questão da constituição da subjetividade. Bakhtin vai construir o conceito na concretude do acontecimento, e não na perspectiva subjetivista/idealista.

Nesse sentido, parte do que já era aceito pelo marxismo oficial, ou seja, entender a ideologia como “falsa consciência”, vista como disfarce e ocultamento da realidade social, escurecimento e não percepção da existência das contradições e da existência de classes sociais, promovida pelas forças dominantes e aplicada ao exercício legitimador do poder político e organizador de sua ação de dominar. Entretanto, não concordam inteiramente com essa conceituação. Por isso destroem e reconstróem parte dessa concepção, colocando ao lado da Ideologia Oficial³³ a Ideologia do Cotidiano³⁴.

³³ A Ideologia Oficial é entendida como relativamente dominante, procurando implantar uma concepção única de produção de mundo.

³⁴ A Ideologia do Cotidiano é considerada como a que brota e é constituída nos encontros casuais e fortuitos, no lugar do nascedouro dos sistemas de referência, na proximidade social com as condições de produção e reprodução da vida. Ver também a obra **O freudismo**, de autoria de Bakhtin (2007, p. 88 e 89), no capítulo em que ele trata da consciência como ideologia.

Para Marx e Engels, o momento do surgimento da ideologia é o instante em que a divisão social do trabalho separa trabalho manual e trabalho intelectual. De um lado, a ideologia oficial como estrutura ou conteúdo, relativamente estável; de outro, a ideologia do cotidiano, como acontecimento, relativamente instável; e ambas formando o contexto ideológico completo e único, em relação recíproca, sem perder de vista o processo global de produção e reprodução social.

O Conceito de ideologia em Bakhtin pode ser entendido como todo o conjunto dos reflexos e das interpretações da realidade social e natural que têm lugar no cérebro do homem e se expressam por meio de palavras ou outras formas sócio-culturais, como podemos constatar nesta passagem de **Marxismo e Filosofia da linguagem** de Bakhtin (1981, p. 35 e 36):

A única definição objetiva possível da consciência é de ordem sociológica. A consciência não pode derivar diretamente da natureza, como tentaram e ainda tentam mostrar o materialismo mecanicista ingênuo e a psicologia contemporânea (sob suas diferentes formas: biológica, behaviorista, etc.). A ideologia não pode derivar da consciência, como pretendem o idealismo e o positivismo psicologista. A consciência adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado no curso de suas relações sociais. Os signos são o alimento da consciência individual, a matéria de seu desenvolvimento, e ela reflete sua lógica e suas leis.

Logo se vê que não cabe a possibilidade de tratar a ideologia como falsa consciência, ou simplesmente como expressão de uma ideia, mas como expressão de uma determinada tomada de posição. Essa concepção de ideologia, construída no movimento entre ideias relativamente instáveis e ideias já relativamente estáveis, também está presente na concepção de signo bakhtiniana.

O conjunto de signos de um determinado grupo social forma o que Bakhtin chama de universo de signos. E todo signo, além dessa dupla materialidade, no sentido físico-material e no sentido sócio-histórico, ainda recebe um “ponto de vista”, pois representa a realidade a partir de um lugar valorativo, revelando-a como verdadeira ou falsa, boa ou má, positiva ou negativa, o que faz o signo coincidir com o domínio do ideológico. Logo, todo signo é ideológico.

O ponto de partida da ideologia em Bakhtin é a comunicação na vida cotidiana, que afirma ser extraordinariamente rica e importante. Esse tipo de comunicação tem vínculo direto, tanto com os processos de produção material da vida, no lugar da infraestrutura, quanto com as esferas das diversas ideologias

especializadas, na superestrutura, entendida como sistema de referência que troca sentido com toda a sociedade.

Logo, o conceito de Ideologia bakhtiniano se concretiza como a expressão, a organização e a regulação das relações histórico-materiais dos homens. Ao mesmo tempo, esse ponto de vista também manifesta sua compreensão diversa da exercida pela ideologia dominante. A superestrutura não existe a não ser em jogo e relação constante com a infraestrutura, defende Bakhtin, e essa relação é estabelecida e intermediada pelos signos e por sua capacidade de estar presente necessariamente em todas as relações sociais. A neutralidade dos discursos e das ideias inexistem nessa perspectiva, à qual somos filiados.

É nessa relação, portanto, que Bakhtin defende que as menores, mais ínfimas e mais efêmeras mudanças sociais repercutem imediatamente na língua; os sujeitos interagentes inscrevem nas palavras, nos acentos apreciativos, nas entonações, na escala dos índices de valores, nos comportamentos ético-sociais, as mudanças sociais. Como afirma Bakhtin (1992, p. 86):

(...) as palavras são tecidas por uma multidão de fios ideológicos, contraditórios entre si, pois frequentaram e se constituíram em todos os campos das relações e dos conflitos sociais.

Ou seja, dentro do discurso, em uma sociedade de classes, se dão discursivamente as relações entre exploradores e explorados na luta de classes.

O terreno da organização da ideologia do cotidiano pode ser dividido em dois estratos, o estrato imediatamente superior³⁵ e o estrato inferior³⁶. Já o terreno da organização da ideologia oficial é onde circulam os conteúdos ideológicos que passaram por todas as etapas da objetivação social e agora entraram no poderoso sistema ideológico especializado e formalizado da arte, da moral, da religião, do direito, da ciência etc., e portanto já se encontram mais estabilizados, mais bem

³⁵ Estrato imediatamente superior: interações mais definidas e estáveis – grupos organizados que possuem relação mais efetiva com o nível de ideologia oficial, infiltrando-se progressivamente nas instituições ideológicas e as renovando, ao mesmo tempo que são renovados por elas, porém neste ato de renovação entra o sinal de refração da ideologia (classe dominante).

³⁶ Estrato inferior da ideologia do cotidiano: onde se dão os encontros fortuitos e por tempo limitado, e as atividades mentais e a consciência se apresentam sem modelagem ideológica clara.

aceitos pelo conjunto social, mais testados pelos acontecimentos e mais amparados pelo jogo do poder.

Esse nível, ao exercer forte influência no jogo social, por ser o sistema de referência constituído e apossado pela classe dominante, se impõe na relação com a ideologia do cotidiano e dá o tom hegemônico nas relações sociais, porém não é o único e nem é neutro, visto que as contradições sociais ainda persistem nas bases econômicas daquele grupo social.

A relação entre os diversos níveis ideológicos faz com que todo o conjunto ideológico de uma dada sociedade se apresente como um conjunto único e indivisível, e em constante movimento, pois reage às transformações que se dão na cadeia produtiva. A não organização dos indivíduos em uma unidade social impossibilitaria a constituição de um sistema de signos, exigência absoluta para que a realidade seja construída como material significativo, e, portanto, como material ideológico. As relações de produção e a estrutura sociopolítica determinam as condições, as formas e os tipos de comunicações verbais possíveis em um contexto dado. Ou seja, segundo Miotello (2005, p.175) vamos encontrar

as regras metodológicas básicas para o estudo das ideologias em Bakhtin [que] podem ser resumidas em três: 1 - Não separar a ideologia da realidade material do signo; 2- Não separar os signos das formas concretas de comunicação; 3 - Não dissociar a comunicação e suas formas de sua base material.

Sendo assim, na relação do indivíduo com a ideologia, na concepção bakhtiniana, no nível mais inferior da ideologia do cotidiano tem importância o fator biográfico e biológico, pois as reações do indivíduo ainda não são marcadas ideologicamente, já que as interações são extremamente superficiais e casuais nessa esfera da ideologia.

No nível superior da ideologia do cotidiano apresentam-se os conteúdos dos signos que já passaram pela prova da expressão externa, e as representações, as palavras, as entonações e as enunciações vão revelando estar completamente integradas no sistema ideológico, realizadas pelo sistema social. O meio social envolve então, por completo, o indivíduo como afirma Bakhtin: “O sujeito é uma função das forças sociais”. Ele diz ainda: “O eu individualizado e biográfico é quebrado pela função do outro social”.

Já o filósofo marxista francês de origem argelina Louis Althusser, em sua obra **Aparelhos ideológicos de Estado**, 1985, também propôs uma concepção de ideologia muito influente nas duas últimas décadas do século XX. Ele distingue uma teoria da ideologia em geral (a – histórica), na qual a função da ideologia é assegurar a coesão na sociedade, da teoria de ideologias específicas, na qual a função geral já mencionada é determinada pela nova função de assegurar a dominação de uma classe, ou seja, garantir o processo de assujeitamento ao interpelar os indivíduos, transformando-os em sujeitos.

Essas funções podem ser desempenhadas pela ideologia, na medida em que esta é “uma representação da relação imaginária dos indivíduos em suas condições reais de existência”, e na medida em que interpela os indivíduos e os constitui como sujeitos que aceitam seu papel dentro do sistema de relações de produção.

O pensamento de Althusser é uma releitura de Marx, revisando a concepção marxista de ideologia enquanto “falsa consciência”, propondo, então, a ideologia como a forma pela qual o ser humano se relaciona com as condições materiais de sua existência, o que significa dizer que o marxismo althusseriano fez uma ruptura: a de desenvolver o conceito de ideologia não como ideias, e sim como práticas sociais condizentes às relações de produção. Althusser foi buscar fundamentação no materialismo histórico. O autor considerava a influência da infraestrutura do modo capitalista de produção sobre a superestrutura, isto é, a ideologia tem uma função específica em dada formação social: ocultar e deslocar as contradições sociais. Os sujeitos seriam “assujeitados” pela ideologia que determina a sua posição que, por meio dela, ocupam em uma determinada formação discursiva. Para Althusser, as ideologias se materializam nas estruturas políticas e econômicas da sociedade, chamadas pelo autor de “aparelhos ideológicos de Estado”.

Por outro lado, Althusser também afirma que a ciência é o oposto absoluto da ideologia, mas, ao mesmo tempo, define a ideologia como um nível objetivo da sociedade que é relativamente autônomo. A dificuldade dessa abordagem está na impossibilidade de conciliar a existência de uma ideologia revolucionária com a afirmação de que toda ideologia sujeita os indivíduos ao sistema dominante. Todavia, o marxismo althusseriano influenciou a Análise do Discurso e seu fundador Pêcheux na elaboração do conceito de formação ideológica, a partir do qual Pêcheux desenvolveu a noção de “condições de produção do discurso”, que

considera a relação da língua com a ideologia e o posicionamento do sujeito dentro de uma determinada formação social.

A partir dessa discussão sobre o conceito de ideologia, podemos então afirmar que as formações sociais, no caso da sociedade capitalista, produzem ideologias antagônicas no universo do capital e do trabalho, porém o processo de transformação dos indivíduos em sujeitos não vai ocorrer de maneira idêntica e homogênea para todos os indivíduos, senão através de formas específicas dentro da perspectiva específica da ideologia assumida, seja ela na perspectiva do capital (burguesa) ou do trabalho, pois essas formas específicas de ideologias são denominadas de formações ideológicas, como nos demonstra Cavalcante (2007, p. 42):

As formações ideológicas são, pois, expressão da estrutura ideológica de uma formação social que põem em jogo práticas associadas às relações de classe. Trata-se de realidades contraditórias, na medida em que numa conjuntura dada, as relações antagônicas de classe possibilitam o confronto de posições políticas e ideológicas que não são atos individuais, mas que se organizam em formações, conservando entre elas as relações antagônicas de aliança e de dominação.

As formações ideológicas são a expressão da estrutura ideológica de uma determinada formação social que põem em jogo práticas associadas às relações de classe, ou seja, à luta de classes. Ocorre também nas formações ideológicas a construção da matriz do sentido comum a um conjunto de discursos que vão expressar as posições assumidas pelos indivíduos. Dito de outra forma, é o lugar com o qual os sujeitos se identificam e a partir do qual enunciam.

Qualquer discurso que enfoca questões sociais pode, conforme seus efeitos, transformar ou manipular as representações coletivas com a finalidade de manter certas estruturas de poder; da mesma forma pode modificá-las, visando à superação dessas mesmas estruturas. Assim, adquirem identidade particular, aparecendo como formações que se definem pelos sentidos ideológicos que reiteram e que vão direcionar a sua função enunciativa. Desencadeadas a partir da interação de opiniões diferentes sobre questões de interesse comum, tais formações apresentam regularidades em seu funcionamento que permitem interpretá-las como parte de uma matriz de sentido específica, constituindo o que se denomina, na Análise do Discurso, de formação discursiva.

O conceito de formação discursiva foi introduzido por Foucault (1969), na sua obra *Arqueologia do saber*, com o objetivo de determinar os conjuntos de enunciados relacionados a um mesmo sistema de regras determinadas pelo momento histórico. A partir desse debate foi que Pêcheux (1975, p.11) desenvolveu esse conceito, apropriando-se dele e o construindo dentro da análise do discurso como aquilo que pode ser dito a partir de uma posição dada em um momento histórico dado.

Desenvolvido dentro da AD por Pêcheux, o conceito de formação discursiva tem como função determinar um domínio de saber, um lugar onde as formações ideológicas atuam, estabelecendo os sentidos e selecionando formulações aceitáveis, e separando outras que não são aceitáveis, a depender do tipo de formação discursiva, seja ela religiosa, jurídica, jornalística, científica, cultural, política, nos seus mais variados domínios de saber.

3.3 O porquê da escolha do dispositivo teórico da AD

As políticas afirmativas, ou as cotas, não representam uma ruptura no Estado republicano democrático que foi forjado em 1889 e se desenvolveu até os dias atuais no Brasil. Pelo contrario, a nosso ver, apesar de ser uma bandeira histórica que existe desde o início do século XX com as lutas da “castas inferiores” do povo indiano para a ascensão social no interior do Império britânico, passando pelas lutas dos direitos civis nos EUA na década de sessenta, as políticas afirmativas entram no século XXI passando por um processo de (re)significação profunda, quando o Estado assume como seu o discurso da “igualdade racial”, quando se sabe que na verdade o objetivo do Estado é garantir a “ordem”.

A temática abordada já foi objeto de inúmeros trabalhos de caráter sociológico, histórico, político, jornalístico, jurídico e econômico. Todavia, pensamos que ainda é possível produzir conhecimento analisando sua engrenagem discursiva sem ser repetitivo. Por isso nos propomos a examinar os discursos contrários às cotas e o discurso do governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva como momento de (re)significação e cooptação que desembocam na construção da “igualdade racial”.

Examinar o funcionamento do discurso sobre as políticas afirmativas que vêm do Estado e dos setores sociais que são contrários às cotas implica analisar o funcionamento de um discurso multifacetado, pois o Estado apropriou-se do discurso do movimento negro, ocorrendo assim um deslocamento de uma formação discursiva para outra. Isso ocorre quando alguns setores ligados ao movimento social resgatam o discurso da democracia racial brasileira, construído pelo Estado ao longo do nosso período republicano, e o (re)significam, ou quando ocorre o movimento inverso, ou seja, quando o Estado se apropria do discurso dos movimentos sociais e o ressignificam.

A nossa opção pela Análise do Discurso tem como objetivo desvelar os sentidos dos discursos produzidos pelo Governo Lula e pelos seus opositores, mostrando os mais variados sentidos a partir dos lugares em que são produzidos. As relações dos sujeitos, como esclarece Orlandi (2001, p. 10), nunca são homogêneas

Movimento dos sentidos, errância dos sujeitos, lugares provisórios de conjunção e dispersão, de unidade e de diversidade, de indistinção, de incerteza, de trajetos, de ancoragem e de vestígios: isto é discurso, isto é o ritual da palavra. Mesmo o das que não dizem. De um lado, é na movência, na provisoriedade, que os sujeitos e os sentidos se estabelecem; de outro, eles se estabilizam, se cristalizam, permanecem. Paralelamente, se, de um lado, há imprevisibilidade na relação do sujeito com o sentido, da linguagem com o mundo, toda formação social, no entanto, tem formas de controle da interpretação, que são historicamente determinadas: há modos de se interpretar, não é todo mundo que pode interpretar de acordo com sua vontade, há especialistas, há um corpo social a quem se delegam poderes de interpretar (logo “atribuir” sentidos), tais como o juiz, o professor, o advogado, o padre, etc. Os sentidos estão sempre ‘administrados’, não soltos. Diante de qualquer fato, de qualquer objeto simbólico, somos instados a interpretar, havendo uma injunção a interpretar. Ao falar, interpretamos. Mas, ao mesmo tempo, os sentidos parecem já estar sempre lá.

A Análise do Discurso situa-se como área do conhecimento que tem por objetivo estudar o discurso. Apesar de ter sua origem na linguística, a A.D. à qual nos filiamos tem como entendimento que o discurso é práxis social; dito de outra forma, o discurso tem como função a mediação das relações sociais entre os homens, e sua marca fundamental é a relação entre o dizer e suas condições de produção.

Desde suas origens, a AD constitui uma perspectiva crítica ao quadro teórico dominante nas teorias linguísticas, onde predominava o Estruturalismo saussuriano e o Gerativismo chomskiano. Porém, a proposta dos fundadores da AD, com

destaque para M. Pêcheux , não era apenas criar um instrumento de análise de discurso político, apesar de os primeiros estudos se darem no campo político, mas sim desenvolver uma teoria científica marxista do discurso que fosse capaz de relacionar língua e discurso, em que nem o discurso é visto como uma liberdade em ato, ou seja, sem elementos condicionadores de caráter linguístico ou determinações históricas, nem a língua como instrumento totalmente fechado em si mesma, perfeita e sem falhas, sem lacunas ou desvios.

O desenvolvimento da AD, no campo do marxismo, resultou na construção de um conceito de discurso diferenciado do que prevalecia nas correntes dominantes da linguística. Dentro desse campo marxista, o conceito de discurso no qual nos ancoramos é aquele que concebe antes de tudo o discurso como práxis social, e como tal tem como suporte a concepção de língua explicitada por Cavalcante (2007, p. 34 e 35):

(...) Uma concepção de língua, não como uma entidade pronta e determinada, mas como constitutiva, opaca, incompleta, de autonomia relativa que no interior das relações sociais e no processo da história, atua para transformar as atividades humanas.[...]. É constitutiva porque o seu funcionamento não diz respeito a ela própria, é produzida socialmente, nas relações com os sujeitos e com a história; é opaca porque não tem sentido único; incompleta, porque é atravessada pelo silêncio e pela falta. Nunca se consegue dizer tudo, domesticar o dizer. Finalmente assumimos que ela é de autonomia relativa, porque tem uma ordem que lhe é própria e, sendo de natureza social, está sempre aberta a novos sentidos.

Como já foi dito, o discurso é entendido como práxis social, e como tal ocorre em um determinado momento histórico, estando sintonizado com as necessidades de produção e reprodução do ser social.

Para construir nossa análise, torna-se necessário o desenvolvimento de alguns conceitos da Análise do Discurso que nos permitirão um entendimento mais claro da trama social onde se constroem os discursos de “igualdade racial” e seus sentidos, que serão de imprescindível importância. São eles: o conceito de condições de produção do discurso; formação discursiva; implícitos; silenciamentos; formações ideológicas; e o desenvolvimento da questão da Ideologia no campo do marxismo.

Não temos a pretensão de examinar exhaustivamente cada um dos referidos conceitos, até porque não é esse o objetivo do presente trabalho. Discutiremos, de

maneira introdutória, apenas os que consideramos mais relevantes para desenvolver a nossa análise.

3.3.1 Condições de produção do discurso

São consideradas condições de produção do discurso as relações que compreendem os sujeitos, a situação ou conjuntura histórica e a memória. Os sujeitos são os produtores, no sentido estrito do enunciado do discurso, porém influenciados sempre pela exterioridade e pela sua relação com os sentidos produzidos na memória.

Nessa perspectiva, há que se considerar as condições de produção imediatas e amplas, levando sempre em consideração o momento histórico que se está vivendo no momento de produção do discurso. E a memória é o que sustenta os dizeres do discurso. Tudo que já se disse sobre o assunto abordado.

No caso do nosso objeto, trata-se de resgatar, a partir da produção historiográfica e antropológica da questão negra no Brasil, a memória, ou o já-dito sobre a questão da “democracia racial”, e agora no contexto do século XXI, o discurso da “igualdade racial”. O fato de que existe um já-dito que sustenta a possibilidade de dizer é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso e sua relação com os sujeitos, com a ideologia e com as condições históricas do momento da produção do discurso.

Os fatores que constituem as condições de produção do discurso compreendem três fatores, segundo Orlandi *apud* Cavalcanti (2007, p.38)

Um deles é o que se denomina **‘relações de sentido’**. Segundo essa noção, os sentidos resultam sempre de relações: ‘um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros.[...] não há, desse modo, começo absoluto nem ponto final para o discurso.’ [...]. Outro fator é o denominado **‘antecipação’** – mecanismo utilizado pelo sujeito para colocar-se no lugar do seu interlocutor e avaliar os efeitos que suas palavras produzirão, orientando sua argumentação de um modo ou de outro, conforme identifique seu interlocutor como cúmplice ou adversário. Finalmente, o terceiro fator apresentado é o denominado **‘relações de força’**. Segundo essa noção, podemos dizer que o lugar do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz. Assim se o sujeito ‘fala do lugar do Professor, suas palavras significam diferente do que se falasse do lugar do aluno’ [...]. (Grifos nossos).

Para concluirmos essa discussão sobre a questão das condições de produção do discurso, ainda podemos dizer, mesmo que de maneira resumida, que esse conceito se refere às relações dos sujeitos com a infraestrutura e a superestrutura da sociedade em um determinado momento histórico, como assevera Cavalcanti (2007, p. 38):

[...] concluimos que as condições de produção do discurso compreendem, fundamentalmente, os sujeitos falantes em constante relação com a cultura, com a sociedade e com a economia de um determinado momento histórico. Nessa inter-relação os sujeitos assumem posições em relação a determinadas formações ideológicas e discursivas.

3.3.2 Implícitos e silenciamentos como forma de negar a exclusão racial

A metamorfose do discurso, no contexto da sociedade brasileira, na qual se verifica a passagem de uma fala que ressalta a possibilidade de uma “democracia racial” na construção da República brasileira para uma “igualdade racial no novo milênio”, vai se efetivar no discurso do governo Lula e seus opositores, quando tanto (uma posição) um setor como o outro buscam a negação ou a afirmação do passado para justificarem suas posições ideológicas. Esse processo de negação e recuperação do passado pode ser explicado pelo estudo dos implícitos e dos silenciamentos que ambos os grupos em disputa irão produzir.

A sociedade brasileira, ao longo de seu desenvolvimento, produziu e produz constantes conflitos de classe, e por suas peculiaridades capitalistas esses conflitos não são apenas de classe, mas também raciais, pois os séculos de escravidão e a sua posterior abolição produziram silenciamentos, tanto no sentido de negar a manutenção de referências ideológicas, como objetivando a construção do mito da “igualdade racial” pelo governo, através do resgate, por parte de seus opositores, do discurso da “democracia racial”.

Quando o governo constrói um discurso “novo” com a idéia de “igualdade racial”, ou seus opositores ao negarem as políticas afirmativas, resgatando o mito da “democracia racial”, realizam um processo de seleção do que é correto e aceito e se rejeitam mutuamente. Esse processo quase sempre se dá de maneira velada nos enunciados dos sujeitos envolvidos, como nos demonstra Cavalcante (2007, p. 77 e 78):

E, à proporção que se elege um produto cultural como único correto e aceito, rejeitam-se os produtos culturais de outros segmentos. Isso não se dá forma explícita, mas velada, às vezes quase imperceptível, uma vez que os conflitos ideológicos quase nunca se mostram, alojando-se nas entranhas do discurso, à sombra das palavras. Para desvelar sua trama é preciso penetrar nas frinchas do discurso e perscrutar os indícios das determinações ideológicas nele sinalizados.

A percepção desses indícios só é possível quando atentamos para uma minuciosa leitura do **não dito**, ou seja, do que os textos, em sua luta política, deixam implícito ou silenciam, pois em todo texto pode-se perceber a presença do outro silenciado, mas que em ambos os casos o constitui.

No que concerne ao conceito de implícito, recorremos a Ducrot (1972, p. 75): Diz ele:

são modos de expressão que permitem deixar entender sem incorrer na responsabilidade de ter dito. [...] Ora, se tem frequentemente necessidade de dizer certas coisas e ao mesmo tempo de poder fazer como se não as tivéssemos dito, de tal modo que se possa recusar sua responsabilidade.

O que se verifica no processo de desenvolvimento desse mecanismo discursivo é que ele ocorre quanto o sujeito enunciante não pode, ou não quer, assumir a autoria de um determinado texto ou sentido, embora apele para o dito, para manter uma relação de significação. Assim dá-se o implícito da responsabilidade do interlocutor, pois este vai necessitar de um processo de interpretação. Esse mecanismo discursivo faz o outro dizer no lugar do enunciante.

Já o processo discursivo do silenciamento não depende do dito para realizar-se no discurso, pois este não deriva do sentido literal das palavras, vindo a se realizar no momento em que, ao dizermos algo, impreterivelmente apagamos outros sentidos existentes, porém não desejáveis, para o enunciante, em uma situação discursiva determinada por uma conjuntura histórica dada.

Em ambos os discursos, do governo e dos opositores às cotas, que tentam, cada um apelando para os mais variados recursos, sejam eles implícitos ou silenciados, tendo como objetivo garantir uma ampliação de ambas as posições políticas em questão, quando ambos os enunciados esbarram nos limites de uma condição de produção que tem como linha de demarcação uma sociedade capitalista perversa.

Na qual a marginalização do elemento afro-brasileiro é visível a olho nu, quando são majoritariamente colocados nos postos de trabalho mais subalternos da sociedade.

Sendo ainda necessários na construção de um exército de mão de obra reserva, para assim baratear o custo do capital variável e garantir a reprodução da economia capitalista nacional com taxas de lucro elevadíssimas.

Com base nesse referencial desenvolvido é que procederemos à análise do discurso no *corpus* definido anteriormente, no capítulo seguinte.

4 IGUALDADE RACIAL *VERSUS* DEMOCRACIA RACIAL: ANALISANDO OS DISCURSOS

4.1 Considerações sobre a questão das políticas de ações afirmativas

As políticas afirmativas, ou as cotas, não representam uma ruptura no Estado republicano democrático, como já foi dito anteriormente. Pelo contrário, a nosso ver, as políticas afirmativas entram no século XXI como mais uma alternativa assistencialista da ordem capitalista para garantir o pacto social e dar continuidade à lógica da produção mercantil, quando o Estado passa a assumir como seu o discurso da “igualdade racial”. Sabemos que, na verdade, o seu objetivo é garantir a “ordem” para a reprodução das relações sociais alienadas capitalistas.

Por isso nos propomos a examinar o discurso do Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, na cerimônia de instalação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), como momento de (re)significação e cooptação que desemboca na construção do efeito de sentido de “igualdade racial” (Sequência Discursiva 1 - SD1), produzindo também discursos contrários às cotas, como o manifesto analisado no segundo momento (Sequência Discursiva 2 - SD2).

É nessa materialidade, expressa em textos, que realizaremos recortes de sequências discursivas que constituirão nosso *corpus* de análise. Apoiamo-nos na noção de *corpus* adotada por Courtine (1981, p. 24):

Um conjunto de sequências discursivas estruturadas de acordo com um plano definido referente a um certo estado das condições de produção de um discurso. A constituição de um *corpus* discursivo é, com efeito, uma operação que consiste em realizar por um dispositivo material de uma certa forma (isto é, estruturado de acordo com o plano), as hipóteses emitidas na definição dos objetivos de uma pesquisa.

Tendo em vista o objetivo do trabalho que ora empreendemos, nosso *corpus* está, pois, constituído em torno de dois eixos: o discurso do Presidente Lula sobre as ações afirmativas e o discurso contrário às referidas ações.

Examinar o funcionamento do discurso sobre as políticas afirmativas que vêm do Estado e dos setores da sociedade civil que são contrários às cotas implica analisar o funcionamento de um discurso multifacetado, pois o Estado apropriou-se do discurso do Movimento Negro, gerando assim um acontecimento discursivo duplicado, ou seja, quando ocorre uma apropriação de uma determinada Formação discursiva³⁷, no caso do Movimento Negro. Essa duplicidade ocorre quando alguns setores ligados ao movimento social resgatam o discurso da democracia racial brasileira, construído pelo Estado ao longo do nosso período republicano, e o (re)significam, ou quando ocorre o movimento inverso, ou seja, quando o Estado se apropria do discurso dos movimentos sociais e também o (re)significam.

Para proceder à referida análise, lançaremos mão da base teórica e conceitual da Análise do Discurso, além de fazer interlocução com autores que, significativamente, apresentaram elementos que nos permitem entender os atravessamentos ideológicos no processo de produção de sentidos, na perspectiva do materialismo histórico-dialético. Assim, além de Pêcheux, utilizaremos Marx, Luckács, Meszáros e Bakhtin como principais teóricos na fundamentação deste trabalho, em relação ao materialismo e ao discurso.

Nosso foco principal, nesse exercício de análise do discurso, será observar os efeitos de sentido materializados no primeiro momento – o discurso do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, quando da criação da SEPPIR –, que é a pedra angular da política de promoção da igualdade racial. As sequências discursivas correspondentes a esse primeiro eixo serão denominadas SD1. No segundo momento, analisaremos sequências discursivas contidas num manifesto de conteúdo contrário às políticas de afirmação racial – SD2 - que tem como título “TODOS TÊM DIREITOS IGUAIS NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA”.

- **SD1**

SD1.1 Preconceito é uma coisa doentia, e eu estou aqui, de frente para vocês e atrás de vocês há um artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o artigo primeiro, que foi feito em 1948, que começa assim: **'Todos os homens [...] nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir, uns em relação aos outros, com espírito de fraternidade.'**(Grifos nossos)

³⁷ Trataremos dessa categoria posteriormente.

SD1.2 Mais de 64 por cento dos pobres e pelo menos 70 por cento dos indigentes brasileiros são negros, como também a maior parte dos desempregados e subempregados do país também são negros.[...]

Essa situação injusta e cruel é produto da nossa História –da escravidão que durou quatro séculos no Brasil, deixando marcas profundas em nosso convívio social –, mas é também resultado da ausência de políticas públicas voltadas para superá-la. (Grifos nossos)

SD1.3 O Estado brasileiro não deve ser neutro em relação às questões raciais. Cabe a ele assegurar a todos os brasileiros e brasileiras igualdade de oportunidades na busca de melhores condições de vida.

SD1.4 É importante que a gente tenha claro o que está escrito na nossa Constituição. Eu lembro do papel extraordinário e dos debates que nós fizemos na Constituinte de 1988. E tínhamos lá a companheira Benedita, o companheiro Caó, que falavam na tribuna.[...] E o que foi escrito na Constituição, a começar do seu artigo 3º? Dizia assim: Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Inciso 4º–Promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. [...]Artigo 5º- Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, [...]homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos da Constituição. A prática do racismo – inciso 42 –constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão nos termos da lei.

SD1.5 Benedita e eu estávamos fazendo campanha para ela, em 1992, no Rio de Janeiro. Um dia, mais ou menos 7 horas da noite, depois de uns 10 ou 12 comícios, **eu e ela fomos à casa de uma personalidade no Rio de Janeiro, nosso companheiro também – porque nós também temos companheiros personalidades** – e chegamos, eu com uma camiseta surrada, porque tinha andado o dia inteiro fazendo comício, e a Benedita, que não andava tão chique assim ainda, chegamos ao prédio e nos dirigimos à entrada principal. **Eis que o porteiro, um senhor negro, que certamente não conhecia a Constituição, e certamente não tinha tido o direito de ter auto-estima pela sua própria cor, disse à Benedita e a mim: 'Pelo elevador de serviço.'** Ela, já Deputada Federal e eu, naquele tempo, já pensava em ser Presidente da República. Ou seja, eu fiquei nervoso, peguei o telefone, eu não quis brigar com o porteiro, porque ele não tinha culpa, peguei o telefone e liguei para a personalidade e disse: 'Olha, não é possível.' Aí ele falou com o porteiro e Benedita e eu entramos pelo elevador principal. (Grifos nossos)

SD1.6 Quer dizer, **vocês imaginem o quanto a gente vai ter que lutar para tirar essas placas nos elevadores dos prédios do Brasil inteiro.** E já há algum avanço, obviamente. [...]Agora, **tudo isso pode ser que, individualmente, não seja culpa de ninguém, é culpa de uma estrutura de dominação cultural a que nós somos submetidos ao longo de anos, anos, anos.** (Grifos nossos)

• SD2

SD2.1 O princípio da igualdade política e jurídica dos cidadãos é um fundamento essencial da República e um dos alicerces sobre o qual repousa a Constituição brasileira. Este princípio encontra-se ameaçado de extinção por diversos dispositivos dos projetos de lei de Cotas (PL 73/1999) e do Estatuto da Igualdade Racial (PL 3.198/2000) que logo serão submetidos a uma decisão final no Congresso Nacional.

SD2.2 O chamado Estatuto da Igualdade Racial implanta uma classificação racial oficial dos cidadãos brasileiros, estabelece cotas raciais no serviço público e cria privilégios nas relações comerciais com o poder público para empresas privadas que utilizem cotas raciais na contratação de funcionários. Se forem aprovados, a nação brasileira passará a definir os direitos das pessoas com base na tonalidade da sua pele, pela "raça". A história já condenou dolorosamente estas tentativas.

SD2.3 Esta análise não é realista nem sustentável e tememos as possíveis conseqüências das cotas raciais. Transformam classificações estatísticas gerais (como as do IBGE) em identidades e direitos individuais contra o preceito da igualdade de todos perante a lei. A adoção de identidades raciais não deve ser imposta e regulada pelo Estado. Políticas dirigidas a grupos "raciais" estanques em nome da justiça social não eliminam o racismo e podem até mesmo produzir o efeito contrário, dando respaldo legal ao conceito de raça, e possibilitando o acirramento do conflito e da intolerância.

SD2. 4 A invenção de raças oficiais tem tudo para semear esse perigoso tipo de racismo, como demonstram exemplos históricos e contemporâneos. E ainda bloquear o caminho para a resolução real dos problemas de desigualdades.

SD2. 5 Qual Brasil queremos? Almejamos um Brasil no qual ninguém seja discriminado, de forma positiva ou negativa, pela sua cor, seu sexo, sua vida íntima e sua religião; onde todos tenham acesso a todos os serviços públicos; que se valorize a diversidade como um processo vivaz e integrante do caminho de toda a humanidade para um futuro onde a palavra felicidade não seja um sonho. Enfim, que todos sejam valorizados pelo que são e pelo que conseguem fazer. Nosso sonho é o de Martin Luther King, que lutou para viver numa nação onde as pessoas não seriam avaliadas pela cor de sua pele, mas pela força de seu caráter.

SD2. 6 Nos dirigimos ao congresso nacional, seus deputados e senadores, pedindo-lhes que recusem o PL 73/1999 (PL das Cotas) e o PL 3.198/2000 (PL do Estatuto da Igualdade Racial) em nome da República Democrática.

4.2 Os limites do discurso de igualdade racial do governo Lula

Como podemos perceber na **SD1.1**, o Presidente da República refere-se ao preconceito como uma **coisa doentia**, ou seja, uma patologia, um mal que assola a sociedade, ou alguns de seus membros, impedindo seu pleno desenvolvimento.

SD1.1 Preconceito é uma coisa doentia, e eu estou aqui, de frente para vocês e atrás de vocês há um artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o artigo primeiro, que foi feito em 1948, que começa assim: 'Todos os homens [...] **nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir, uns em relação aos outros, com espírito de fraternidade.**(Grifos nossos)

Num segundo momento o Presidente refere-se à Declaração Universal dos Direitos Humanos. E então ele recorre a esse documento histórico para autorizar e legitimar o seu discurso. Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos: "Todos os homens [...] **nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São**

dotados de razão e consciência e devem agir, uns em relação aos outros, com espírito de fraternidade” (Grifos nossos).

Ao utilizar o indefinido **todos** o discurso dos direitos humanos pretende produzir o efeito de sentido de inclusão, ou seja, todos os homens, sem exceção, nascem livres e iguais em dignidade e direitos. A explicação para essa afirmação vem logo em seguida: **são dotados de razão e consciência**. Por aí podemos inferir que o fato de os seres humanos serem dotados de razão e consciência assegura liberdade e igualdade em dignidade e direitos para todos. Até que ponto isso é verdade? Que acontecimento histórico possibilitou a produção desse discurso?

Respondendo à primeira pergunta: as relações de produção capitalistas, por sua própria natureza, cuja lógica é a exploração do homem pelo homem, já estabelecem, na sua origem, a desigualdade socioeconômica. A afirmação de que todo homem é dotado de razão e consciência constitui uma manobra discursiva da classe dominante, que se utiliza de características universais do gênero humano, silenciando as particularidades, ou seja, todos os homens possuem características genéricas, são dotados de razão e consciência, mas são também dotados de particularidades que os caracterizam como pertencentes a diferentes classes sociais, diferentes regiões e ocupam diferentes espaços nas relações de produção.

Também percebemos na mesma SD o silenciamento da luta de classes. O que vem a seguir é consequência dessa igualdade em dignidade e direitos, pois se todos são iguais em dignidade e direitos, **devem agir, uns em relação aos outros, com espírito de fraternidade**, eliminando-se assim os conflitos de classes inerentes ao capitalismo.

Respondendo à segunda pergunta, qual acontecimento histórico possibilitou a produção desse discurso, estamos nos remetendo às condições de produção do discurso dos direitos humanos após a Segunda Guerra Mundial, quando se desenhava o seguinte quadro: a ruína dos grandes impérios coloniais franco-britânicos com suas populações que vinham sendo excluídas por leis racistas e passaram a vislumbrar uma possibilidade de libertação dos impérios pela via do socialismo, pois as condições históricas da época tinham como característica a bipolarização mundial entre os EUA e a URSS.

Por que o Presidente Lula resgata esse discurso? Para legitimar o efeito de sentido do discurso de igualdade racial através de uma memória histórica e discursiva, da declaração dos direitos humanos.

SD1.2 Mais de 64 por cento dos pobres e pelo menos 70 por cento dos indigentes brasileiros são negros, como também a maior parte dos desempregados e subempregados do país também são negros.[...]

Essa situação injusta e cruel é produto da nossa História – da escravidão que durou quatro séculos no Brasil, deixando marcas profundas em nosso convívio social –, mas é também resultado da ausência de políticas públicas voltadas para superá-la. (Grifos nossos)

Analisando a SD1.2 percebemos que o Presidente Lula vai recorrer a dados estatísticos da sociedade brasileira para justificar a política da igualdade racial como uma necessidade histórica do povo brasileiro. Além disso, recorre à memória histórica da construção da sociedade brasileira que, baseada na escravidão e na ausência de políticas públicas, produziu esses índices de indigência localizados, majoritariamente, na população negra.

Ocorre aqui um processo de mistificação do discurso das políticas públicas como solução para os problemas da sociedade brasileira. Segundo Voese (1996, p. 68), “o processo de mistificação se dá através da cristalização de uma imagem positiva de um discurso, de tal forma que ele se torne quase inquestionável”. Ainda, podemos destacar que o processo de mistificação de uma determinada formação social visa dar poder ao discurso dominante e ocultar suas fragilidades e possíveis rivais. É isso que percebemos no discurso da política de igualdade racial, ou seja, que a implementação dessa política será suficiente para superar os índices de indigência e desemprego atestados estatisticamente: **Mais de 64 por cento dos pobres e pelo menos 70 por cento dos indigentes brasileiros são negros, como também a maior parte dos desempregados e subempregados do país também são negros.**

Identificamos também na SD1.2 um processo de silenciamento. Segundo Orlandi (1995, p. 68),

o silêncio se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada[...]. por aí se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma outra formação discursiva.

O presidente Lula até critica a escravidão, no entanto silencia que as origens dos dramáticos índices estáticos por ele citados se devem ao modelo de sociedade capitalista, que também vai impedir o suposto sucesso anunciado por ele com a implementação das referidas políticas.

SD1.3 O Estado brasileiro não deve ser neutro em relação às questões raciais. Cabe a ele assegurar a todos os brasileiros e brasileiras igualdade de oportunidades na busca de melhores condições de vida.

Na SD1.3 o sujeito enunciante fala de uma suposta neutralidade do Estado, quando afirma: **O Estado brasileiro não deve ser neutro** [...], ao mesmo tempo ele delimita a extensão dessa neutralidade: **em relação às questões raciais**. Em seguida, ele estabelece as funções desse Estado: **Cabe a ele assegurar a todos os brasileiros e brasileiras igualdade de oportunidades na busca de melhores condições de vida**. De que Estado fala o enunciante? Do Estado burguês neoliberal que ele representa, sim, porque a esse Estado não cabem essas funções.

Sendo assim, podemos interpretar esse discurso por dois caminhos. O primeiro, o do cinismo político, ou seja, representando o Estado brasileiro, que – como já foi dito no primeiro capítulo – preserva como marca sua natureza oligárquica e neoliberal, o enunciante tem consciência das funções desse Estado, que é garantir os privilégios da classe dominante, mas age como se não soubesse disso. O segundo caminho seria o do atravessamento de uma memória discursiva que, consciente ou inconscientemente, é convocada por um sujeito que em outros tempos já representou a posição da classe trabalhadora, identificando-se com a sua formação ideológica, todavia, hoje fala do lugar da ideologia dominante, como representante do Estado burguês brasileiro.

SD1.4 É importante que a gente tenha claro o que está escrito na nossa Constituição. Eu lembro do papel extraordinário e dos debates que nós fizemos na Constituinte de 1988. E tínhamos lá a companheira Benedita, o companheiro Caó, que falavam na tribuna.[...] E o que foi escrito na Constituição, a começar do seu artigo 3º Dizia assim: Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Inciso 4º– Promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. [...]Artigo 5º- Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, [...]homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos da Constituição. A prática do racismo – inciso 42 –constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão nos termos da lei.

Na SD1.4, o Presidente Lula, utilizando-se de uma estratégia de personificação, chama a atenção dos presentes para o conteúdo da Constituição federal com a intenção de mostrar o caráter avançado desta e, é claro, ressalta sua participação como deputado constituinte, tentando apagar todo o processo de lutas dos movimentos sociais que ocorreu ainda no final do regime militar, “por uma constituinte livre e soberana”, quando afirma: **Eu lembro do papel extraordinário e dos debates que nós fizemos na Constituinte de 1988. E tínhamos lá a companheira Benedita, o companheiro Caó, que falavam na tribuna**, resgatando uma memória de um tempo em que o sujeito enunciante ainda assumia uma posição na perspectiva da formação ideológica do trabalho.

É possível ainda detectar um processo de mistificação do texto constitucional na SD1.4, ao afirmar: **É importante que a gente tenha claro o que está escrito na nossa Constituição**, como se bastasse estar escrito no texto constitucional para garantir a sua aplicabilidade. Prosseguindo, o enunciante cita alguns artigos da Constituição: **Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Inciso 4º– Promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. [...] Artigo 5º- Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, [...] homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos da Constituição.**

Ocorre, aqui também, um processo de “mistificação” do discurso constitucional. Como já foi dito anteriormente, essa manobra discursiva visa à cristalização de uma imagem positiva desse discurso, de maneira que ele se torne quase inquestionável. O resgate do texto constitucional reforça essa manobra discursiva retomando a memória da declaração universal dos direitos humanos. Além disso, deixa explícito que o desconhecimento da Constituição e das conquistas que esta representou foi responsabilidade dos governantes anteriores e, em último caso, dos indivíduos.

SD1.5 Benedita e eu estávamos fazendo campanha para ela, em 1992, no Rio de Janeiro. Um dia, mais ou menos 7 horas da noite, depois de uns 10 ou 12 comícios, eu e ela fomos à casa de uma personalidade no Rio de Janeiro, nosso companheiro também – porque nós também temos companheiros personalidades – e chegamos, eu com uma camiseta surrada, porque tinha andado o dia inteiro fazendo comício, e a Benedita, que não andava tão chique assim ainda, chegamos ao

prédio e nos dirigimos à entrada principal. Eis que o porteiro, um senhor negro, que certamente não conhecia a Constituição, e certamente não tinha tido o direito de ter auto-estima pela sua própria cor, disse à Benedita e a mim: 'Pelo elevador de serviço.' Ela, já Deputada Federal e eu, naquele tempo, já pensava em ser Presidente da República. Ou seja, eu fiquei nervoso, peguei o telefone, eu não quis brigar com o porteiro, porque ele não tinha culpa, peguei o telefone e liguei para a personalidade e disse: 'Olha, não é possível.' Aí ele falou com o porteiro e Benedita e eu entramos pelo elevador principal. (Grifos nossos)

O que observamos na SD1.5 é que o enunciante utiliza um exemplo de sua vida no passado, carregado de efeitos de sentido e implícitos. O implícito, embora não seja uma categoria da AD, pode ser utilizado como dispositivo de análise, pois remete ao não dito. Referindo-se ao termo implícito, Ducrot (1972 p. 75) o define:

São modos de expressão implícita que permitem deixar entender sem incorrer na responsabilidade de ter dito. [...] Ora, se tem frequentemente necessidade de dizer certas coisas e ao mesmo tempo de poder fazer como se não as tivéssemos dito, de modo tal que se possa recusar a sua responsabilidade. O não dito remete ao dito, tem com ele uma relação de dependência para significar.

Como podemos observar na forma como o Presidente Lula, em seu discurso, descreve uma experiência do seu passado – e de sua companheira de partido, a Deputada Benedita da Silva, que por sinal é afrodescendente – colocando-se como vítima do racismo: [...] **eu e ela fomos à casa de uma personalidade no Rio de Janeiro, nosso companheiro também – porque nós também temos companheiros personalidades[...]**. Percebemos nesse enunciado, mediante a utilização de **também**, um duplo efeito de sentido de inclusão – **uma personalidade no Rio de Janeiro, nosso companheiro também – e – porque nós também temos companheiros personalidades**. Ou seja, tanto existe a possibilidade de personalidades se inserirem na categoria de companheiros da classe trabalhadora, como o inverso. Daí é possível inferir um texto implícito a esse enunciado: é possível haver alianças entre diferentes classes sociais, no caso a classe trabalhadora e a elite. Mais uma vez o enunciante retoma sua memória histórica para personificar a classe trabalhadora e demonstrar, no presente, na condição de Presidente, que é possível a um trabalhador como ele um dia foi, “chegar lá”, ou seja, a possibilidade de mobilidade social existe.

Agora temos até um presidente que teve uma origem humilde e conseguiu vencer na vida, tornando-se um símbolo personificado de que, apesar das

dificuldades, é possível “vencer na vida” e obter tamanha conquista pessoal, mesmo numa sociedade tão cruel e desigual como a capitalista, que tem como marca fundante a exploração do homem pelo homem.

O enunciante, ainda em seu discurso contra o racismo, mostra os efeitos do desconhecimento popular da Constituição e suas consequências: **SD1.5 “[...] Eis que o porteiro, um senhor negro, que certamente não conhecia a Constituição, e certamente não tinha tido o direito de ter autoestima pela sua própria cor, disse à Benedita e a mim: 'Pelo elevador de serviço.' Ela, já Deputada Federal e eu, naquele tempo, já pensava em ser Presidente da República. Ou seja, eu fiquei nervoso, peguei o telefone, eu não quis brigar com o porteiro, porque ele não tinha culpa”**.

Como podemos perceber nessa sequência, o enunciante denuncia uma atitude preconceituosa de um negro com relação a outro negro e apresenta dois motivos como justificativa: o desconhecimento da Constituição; e o fato de o “senhor negro” não ter tido o direito de ter autoestima pela sua cor. Essa afirmação é reiterada através do modalizador “certamente”.

A nosso ver, a atitude do porteiro tem outra justificativa: sua identificação com a ideologia dominante³⁸. É desse lugar que ele fala, quando diz: **“pelo elevador de serviço”**. Ou seja, ele, o porteiro, mesmo pertencendo à classe explorada, não se identifica como tal e usa esse lugar que ocupa para também discriminar as pessoas que aparentemente são “inferiores” a ele. Entendemos que esse comportamento é resultado da influência do poder da ideologia dominante e de seu aparato ideológico midiático utilizado cotidianamente pela burguesia, como destaca o filósofo húngaro Mészáros (1993, p. 10) em sua obra **O poder da ideologia**:

Deve-se enfatizar que o poder da ideologia é indubitavelmente enorme, não só pelo esmagador poder material e por um equivalente arsenal político-cultural à disposição das classes dominantes, mas sim porque esse poder ideológico só pode prevalecer graças à posição da mistificação, através da qual os receptores potenciais podem ser induzidos a endossar consensualmente valores e diretrizes práticas que são, na realidade, totalmente adversos a seus interesses vitais.

³⁸ Ver o segundo capítulo, no qual trabalhamos a construção da imagem do negro na transição do trabalho escravo para o assalariado e as influências teóricas da época.

Vejam como o enunciante coloca seu governo como o momento em que a classe trabalhadora, em especial os negros, vivem sua redenção, ou melhor, **o direito de ter autoestima pela sua própria cor**, pois no passado esse direito lhes foi negado. Ocorre que não foi o atual governo o fundador das políticas afirmativas; como dito anteriormente, essas políticas são reflexo de uma conjuntura histórica diferente do exemplo norte americano e indiano, nos quais as referidas políticas ocorreram na esteira de grandes lutas dos setores marginalizados e a sua aplicação teve como efeito de sentido uma suposta inclusão nas sociedades em questão desses setores.

No caso do Brasil, apesar de não ocorrerem grandes lutas, como nos exemplos norte-americano e indiano, temos o fato de que as periferias das grandes cidades brasileiras ardem em chamas pela violência que produz números dignos de uma guerra civil, com o tráfico de drogas e suas mais variadas faces recrutando a juventude para essa guerra que chega a colocar o próprio Estado em situação vexatória. É aí onde o efeito de sentido das políticas afirmativas no caso brasileiro se assemelha aos exemplos citados, pois por trás do discurso da “cidadania e do orgulho da cor negra” é silenciada a necessidade do Estado em formar um fração negra da classe média proprietária, e até mesmo da burguesia, que venha a servir de exemplo para os demais de como supostamente é possível vencer na vida, com a atuação do atual governo e dentro do sistema da propriedade privada.

SD1.6 Quer dizer, **vocês imaginem o quanto a gente vai ter que lutar para tirar essas placas nos elevadores dos prédios do Brasil inteiro.** E já há algum avanço, obviamente. [...] Agora, **tudo isso pode ser que, individualmente, não seja culpa de ninguém, é culpa de uma estrutura de dominação cultural a que nós somos submetidos ao longo de anos, anos, anos.**(grifos nossos) Nessa SD1.6 o enunciante convoca os presentes para lutar:[...] **vocês imaginem o quanto a gente vai ter que lutar[...]**. Agora imaginemos contra o quê nos convocou para lutar o Presidente Lula, [...] **para tirar essas placas nos elevadores dos prédios do Brasil inteiro** [...], como se tirar as placas que designam os elevadores social e de serviço resolvesse a questão do racismo. Porém, para não parecer que estamos sendo muito rigorosos com o enunciante, na sequência seguinte ele vai afirmar de quem, na sua visão, é a culpa das situações constrangedoras de racismo: **tudo isso pode ser que, individualmente, não seja culpa de ninguém, é culpa de uma estrutura de dominação cultural a que nós somos submetidos ao longo de anos, anos, anos.**

Pode ser – existe a possibilidade de que – que **individualmente não seja culpa de ninguém, é culpa de uma estrutura de dominação.** Ora, mas essa

estrutura de dominação não é o resultado de ações humanas? Ela não é uma abstração. É o resultado de práticas sociais concretas, assumidas por sujeitos concretos.

O que ocorre nessa SD também é o silenciamento sobre as verdadeiras causas do racismo que se encontram nas entranhas do capitalismo, que historicamente criou mecanismos de divisão das classes exploradas, e o racismo, sem dúvida, é mais um desses mecanismos ideológicos. O silenciamento não depende do dito para significar, como já nos demonstrou Orlandi (1995, p.68): “se define pelo fato de que ao dizer algo, apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis em uma situação discursiva dada”.

Partindo do já mencionado conceito de língua e discurso, e partindo do pressuposto da AD de que as palavras não possuem significado único, mas podem ter significados variados, dependendo da posição que ocupam na trama social aqueles que pronunciam, observamos que o discurso da igualdade racial no que concerne à sua efetivação é uma impossibilidade nos marcos da sociedade capitalista, e que persiste, num momento de dificuldade de reprodução das relações sociais mercantis, tendo como finalidade absorver e evitar o choque que inviabilize a sua reprodução.

4.3 Todos têm direitos iguais na República democrática?

A partir das reflexões a respeito dos limites do discurso de igualdade racial do governo Lula, passaremos agora a analisar também o discurso de oposição a essa política do governo, que também esbarra nos limites da sociabilidade do capital e não chega, de maneira nenhuma, a questioná-la; ao contrário, vem no sentido de defendê-la e reforçá-la. Como já podemos observar na sua primeira SD.

SD2. 1 O princípio da igualdade política e jurídica dos cidadãos é um fundamento essencial da República e um dos alicerces sobre o qual repousa a Constituição brasileira. Este princípio encontra-se ameaçado de extinção por diversos dispositivos dos projetos de lei de Cotas (PL 73/1999) e do Estatuto da Igualdade Racial (PL 3.198/2000) que logo serão submetidos a uma decisão final no Congresso Nacional.

Nessa SD2.1, ao abordar a questão das políticas afirmativas como sendo as “verdadeiras causadoras do racismo”, o enunciante tem como finalidade alimentar um mito fabricado para cumprir determinadas funções sociais, ou seja, fortalecer a ideia de democracia racial desenvolvida pela elite como forma de ocultar as reais contradições da sociedade brasileira. Utiliza-se a estratégia de colocar as políticas de afirmação racial como “bode expiatório”, fazendo-as aparecer como responsáveis, ou futuras responsáveis, por uma guerra racial no país.

Com essa estratégia produz-se então uma mistificação, dispondo-se uma cortina de fumaça ao redor do debate central que se deve travar no tocante à questão racial no Brasil, impedindo assim o dimensionamento correto para se ultrapassar o nível dos preconceitos e visões preconcebidas, ou ainda, o problema das interpretações unidirecionais ou tendenciosas. Nesse sentido, o texto tenta enunciar o seu discurso como sendo o discurso dos defensores da democracia e da igualdade de oportunidades.

Qualquer discurso que enfoca questões sociais pode, conforme seus efeitos, transformar ou manipular as representações coletivas com a finalidade de manter certas estruturas de poder. Da mesma forma pode modificá-las, visando à superação dessas mesmas estruturas. Assim, adquirem identidade particular, aparecendo como formações que se definem pelos sentidos ideológicos que reiteram e que vão direcionar a sua função enunciativa, desencadeada a partir da interação de opiniões diferentes sobre questões de interesse comum. Tais formações apresentam regularidades em seu funcionamento que permitem interpretá-las como parte de uma matriz de sentido específica, constituindo o que se denomina, em Análise do Discurso, de formação discursiva.

Exploram-se, assim, as relações entre ideologia e linguagem, ultrapassando a noção de linguagem como sistema de comunicação para relacioná-la com os fenômenos conflitantes de estruturação social da qual ela própria faz parte. Nenhum discurso escapa do envolvimento com a dimensão ideológica; deve-se discernir uma avaliação contingente dos efeitos de sentidos dominantes, permitindo compreender o alcance de determinado fenômeno social, no caso, as políticas de ações afirmativas.

No trabalho ora desenvolvido, optou-se pela Análise do Discurso como instrumento adequado para examinar a ligação entre a linguagem apresentada e a

ideologia subentendida. Sua metodologia permite explicar os processos de produção de sentidos produzidos no Manifesto ante políticas afirmativas e detectar intenções secretas ou interesses escusos.

Na sua origem a AD, tal como idealizada por Pêcheux, aparece ligada à dimensão político-histórica. Suas premissas básicas apoiam-se na concepção da linguagem como tendo sua constituição histórica, não sendo possível dissociá-la do conjunto das práticas humanas. Por essa razão, saber quem fala, para quem fala, em que situação, de que lugar da sociedade, com que intenções, são elementos de suma importância no processo de análise.

Na análise do discurso de combate às políticas afirmativas desenvolvidas no Manifesto, aparece como particularmente relevante para apreensão dos sentidos a análise dos implícitos. Estes se deixam considerar como mecanismos discursivos para neutralizar possíveis consequências de uma compreensão dos sentidos. Assim, querendo dizer mais do que se diz ou apagando sentidos pelo silenciamento de aspectos cruciais das políticas de afirmação racial, é possível produzir representações convenientes a uma determinada formação social. O não dito, por exemplo, sob a vertente do implícito (diz “X” querendo dizer “Y”) e aquela do anti-implícito (diz “X” querendo silenciar “Y”), pode determinar certas significações ocultadas no discurso “oficial” (Orlandi, 1990).

A SD2, de uma maneira geral, foi selecionada pela especificidade e regularidade discursiva, correspondendo às características da formação impregnada pelo senso comum infiltrado pela ideologia dominante da democracia racial. Assim, a recorrência de determinadas particularidades linguísticas, retóricas e temáticas serviu para diferenciar e agrupar partes de um mesmo processo de propaganda ideológica.

Silenciamento acerca das diferenças sociais e da afirmação de igualdade de direitos, colocando a República brasileira como democrática desconsiderando a construção histórica e social do Brasil, sem localizar a situação da maioria dos afrodescendentes no referido texto, como podemos observar: SD 2.1[...] **O princípio da igualdade política e jurídica dos cidadãos é um fundamento essencial da República e um dos alicerces sobre o qual repousa a Constituição brasileira. Este princípio encontra-se ameaçado de extinção[...].** Ocorre o silenciamento dos

motivos pelo quais o Estado aplica as políticas de afirmação racial, não levando em consideração as condições subjetivas e objetivas da conjuntura atual.

SD2.2 O chamado Estatuto da Igualdade Racial implanta uma classificação racial oficial dos cidadãos brasileiros, estabelece cotas raciais no serviço público e cria privilégios nas relações comerciais com o poder público para empresas privadas que utilizem cotas raciais na contratação de funcionários. Se forem aprovados, a nação brasileira passará a definir os direitos das pessoas com base na tonalidade da sua pele, pela "raça". A história já condenou dolorosamente estas tentativas.

O enunciante, na SD2.2, utiliza uma manobra discursiva simplificando a questão racial no Brasil, não levando em consideração a localização do negro na História, nem no processo educacional do país. E, ainda, enfoca o problema das questões raciais como sendo uma ameaça à suposta democracia brasileira e à igualdade de oportunidades entre seus cidadãos. Trata de forma genérica a questão racial como se, ao longo da História, as raças tivessem as mesmas condições de oportunidades econômicas, formação cultural e educacional.

Na SD2.2 também encontramos uma associação dramática da memória discursiva ao longo do texto com experiências históricas, tendo como implícito a memória do *apartheid* ou do holocausto nazista:[...] **Se forem aprovados, a nação brasileira passará a definir os direitos das pessoas com base na tonalidade da sua pele, pela "raça". A história já condenou dolorosamente estas tentativas.,[...]**. A questão racial é tratada de maneira superficial, sem levar em consideração as condições objetivas atuais e as dos referidos exemplos.

É possível observar um processo de silenciamento dos dados socioeconômicos que atingem a população afrodescendente no tocante à falta de escolaridade e à exclusão social na SD2.3. **Esta análise não é realista nem sustentável e tememos as possíveis conseqüências das cotas raciais. Transformam classificações estatísticas gerais (como as do IBGE) em identidades e direitos individuais contra o preceito da igualdade de todos perante a lei. A adoção de identidades raciais não deve ser imposta e regulada pelo Estado. Políticas dirigidas a grupos "raciais" estanques em nome da justiça social não eliminam o racismo e podem até mesmo produzir o efeito**

contrário, dando respaldo legal ao conceito de raça, e possibilitando o acirramento do conflito e da intolerância.

Um fato curioso é que tanto o Presidente Lula, na defesa do discurso da igualdade racial, ver a SD1.1, como seus opositores utilizam a retórica liberal burguesa para justificar suas posições ideológicas: SD2.3[...] **Transformam classificações estatísticas gerais (como as do IBGE) em identidades e direitos individuais contra o preceito da igualdade de todos perante a lei.** Contudo, o discurso dos opositores vai além, ao resgatar a velha ideia da democracia racial utilizando uma visão maniqueísta como forma de convencimento ideológico, evocando a crença no caráter universal da democracia como solução dos problemas sociais e raciais, sem levar em consideração as diferentes visões e a aplicação da democracia, e os limites das relações de produção capitalistas.

Na SD2. 5 **Qual Brasil queremos? Almejamos um Brasil no qual ninguém seja discriminado, de forma positiva ou negativa, pela sua cor, seu sexo, sua vida íntima e sua religião; onde todos tenham acesso a todos os serviços públicos; que se valorize a diversidade como um processo vivaz e integrante do caminho de toda a humanidade para um futuro onde a palavra felicidade não seja um sonho. Enfim, que todos sejam valorizados pelo que são e pelo que conseguem fazer. Nosso sonho é o de Martin Luther King, que lutou para viver numa nação onde as pessoas não seriam avaliadas pela cor de sua pele, mas pela força de seu caráter.** Nessa sequência, percebemos a sugestão da meritocracia como solução do problema das desigualdades entre as raças, sem levar em consideração a questão da luta de classes. Para tanto, se utilizando em seu intradiscurso referências de lideranças históricas da luta negra como Martin Luther King, a fim de justificar seu posicionamento ideológico.

Os resultados demonstram a fragilidade da SD2, em que o tema discutido não obteve o devido rigor de que o debate necessita, sendo tratado de forma meramente panfletária e propiciando práticas que atendem às necessidades de controle social e de manutenção de certos padrões da ordem vigente no Brasil.

O *corpus* analisado nos remete a uma visão preconceituosa do tema em debate. Há uma tendência no texto a atender aos anseios da ideologia dominante, ou seja, da ideologia do cotidiano, resgatando o referido conceito em Bakhtin, alimentando o desconhecimento do tema, seja numa visão mais conservadora, ou

até mesmo numa visão mais progressista. O impressionismo e a monossímia são marcas que direcionam suas operações verbais, dirigidas aos leitores com o objetivo claramente persuasivo, visando a exercer influência decisiva sobre as suas representações, como de fato qualquer discurso de propaganda ou de publicidade.

As afirmações do Manifesto funcionam então como cúmplices nas explicações e justificações dessa visão preconcebida da questão das cotas raciais nas universidades.

Para facilitar os resultados do trabalho, procuramos enumerar os principais efeitos de sentidos construídos neste discurso, observados pelo exercício de análise trabalhado.

1. A retórica utilizada pelos autores do Manifesto tem como destaque inicial a meta de persuasão. Termos expressivos e combinações linguísticas diversas estão voltadas para a construção de um sentido dominante. Palavras carregadas de conteúdos ameaçadores como: **ameaçado, extinção, condenou, dolorosamente, tememos, acirramento, conflito, intolerância, semear, perigoso, racismo** e outros são utilizados no texto, ajudando a construir enunciados de teor passional, o que dificulta uma avaliação sóbria da problemática.

2. O tom de ultimato e alarmista utilizado no Manifesto materializa um discurso que traz como resultado a ideia de saber único e exclusivo. A tendência de se apresentar como detentor da verdade está então duplamente presente; quer pelo caráter formal do texto, quer também pela utilização da memória discursiva, utilizando exemplos históricos em tom ameaçador, impedindo o leitor de um posicionamento crítico.

3. Uma das técnicas fundamentais na construção do discurso contrário às cotas desenvolvido no Manifesto são os silenciamentos das contradições sociais relativizando as estatísticas: SD2.3 [...] **Transformam classificações estatísticas gerais (como as do IBGE) em identidades e direitos individuais contra o preceito da igualdade de todos perante a lei.**[...], utilizados para omitir propositalmente alguma informação, falando superficialmente de um fato que poderia colocar em xeque o manifesto e sua causa. Assim, tenta-se passar a ideia de que as políticas afirmativas são uma ameaça ao processo de construção da

democracia: SD 2.2 [...] **a nação brasileira passará a definir os direitos das pessoas com base na tonalidade da sua pele, pela "raça". A história já condenou dolorosamente estas tentativas**, induzindo a quem lê o texto a ter a visão de que as políticas afirmativas irão levar o país a uma guerra racial, sugerindo como exemplo o holocausto. O enunciado apela para o fato de que todos têm direitos iguais na república democrática, ocorrendo aí um silenciamento brutal, pois sabemos que os índices socioeconômicos dizem exatamente o contrário, sem contar com os problemas que a justiça tem com relação às questões que se referem aos cidadãos de baixo poder aquisitivo, ou seja, na justiça burguesa o direito dos trabalhadores é colocado de lado, em detrimento dos interesses do capital.

4. Característica também marcante do texto analisado refere-se a uma visão de mundo simplista e maniqueísta. Seus autores, referenciados pela ideologia liberal burguesa, enveredam facilmente pelo campo do dogmatismo absoluto. Usam verbos no imperativo e frases com efeito que expressam posição de certeza e verdade, como as afirmações seguintes: **SD2.3[...] não eliminam o racismo e podem até mesmo produzir efeito contrário, SD2.2[...] a História já condenou dolorosamente[...], SD2.3[...] acirramento do conflito e da intolerância[...], SD2.4[...] a invenção de raças tem tudo para semear esse perigoso tipo de racismo[...].**

O que observamos durante a análise é que o tema é de uma complexidade enorme, apesar de o Manifesto analisado tentar simplificar o debate como forma de persuasão para seus leitores.

Porém, um tema que nos chamou a atenção no *corpus* foi a utilização das políticas afirmativas como empecilho para o funcionamento da democracia. Evidente que foi um recurso retórico dos autores do Manifesto, que desde seu enunciado até a sua conclusão colocam o termo democracia como sendo um valor universal. Ora, sabemos que essa estratégia faz parte de uma visão ideológica utilizada tanto pela esquerda reformista social-democrata quanto pelos liberais, que tentam adaptar as tradicionais reivindicações do conjunto dos trabalhadores e sua luta pela construção de uma sociedade para além do capital à visão liberal de democracia que tem como eixo o sufrágio universal, liberdades políticas, o império da lei e a competição política, tendo como base a meritocracia.

Por isso a falsidade da ideia desenvolvida pelos autores do manifesto, que utilizam as políticas afirmativas como empecilho ao funcionamento da democracia, ocultando que a democracia em questão seria a formal, pois para a realização da democracia em sua plenitude, ou seja, na sua forma direta, exige-se de maneira

fundante que os trabalhadores construam novas relações de produção livres da alienação mercantil e que assim possam alicerçar no trabalho associado e não explorado a democracia direta. As políticas afirmativas não são um grande empecilho à democracia formal. A (des)funcionalidade desse regime encontra-se exatamente nas condições socioeconômicas alienadas da sociedade capitalista que o manifesto procurou ocultar para não debilitar seu discurso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para nossas considerações finais, gostaríamos de dizer que esta jornada está apenas começando, e que teremos um longo caminho pela frente para chegarmos às conclusões. As inquietações teóricas que nos levaram à produção deste trabalho já nos remetem a outras questões.

O objetivo inicial do nosso trabalho foi analisar os limites do discurso de igualdade racial do governo do Presidente Lula e desvelar os seus sentidos. Porém, sentimos a necessidade de fazer uma rápida discussão sobre a questão do Estado, nela mostrando o desenvolvimento da educação e das políticas afirmativas para, a partir daí, localizar o negro na História do Brasil, ressaltando a construção de sua imagem .

Nesse sentido, procuramos utilizar a AD de linha francesa, porém numa abordagem de perspectiva ontológica do materialismo histórico-dialético, buscando aliar a nossa escrita a uma discussão teórica marxista, o que na maioria das vezes foi muito difícil, por conta da complexidade dos teóricos trabalhados, além dos conceitos que foram aparecendo à medida que a dissertação se foi desenvolvendo.

Destacamos, também, que procuramos focar, ao longo dos capítulos, aspectos que demonstram a impossibilidade tanto da democracia racial como da igualdade racial na sociedade capitalista, e para isso utilizamos uma análise do discurso que leva em conta as contradições sociais de uma sociabilidade dividida em classes sociais. Para isso, a perspectiva da AD à qual somos filiados articula o linguístico ao sócio-histórico e ao ideológico.

O nosso percurso neste trabalho procurou demonstrar que o discurso pensado como efeito de sentidos entre locutores é a arena na qual os sentidos se realizam, onde os sujeitos lutam, devido aos seus envolvimento sociais, históricos e ideológicos, e é através da sua concretização que podem trazer, à luz dos acontecimentos, discursos anteriores ou apontar para discursos passados. A visão de discurso à qual somos filiados pode nos oferecer uma abertura para (re)significações, associações, transformações, mediante uma visão histórica da língua e do sujeito.

Vimos, no nosso *corpus*, a postura autoritária do sujeito que enuncia a partir de seu lugar social e institucional – a presidência da República –, porém a todo momento o mesmo sujeito vai no passado buscar um sentido popular para se colocar como portador do discurso da classe trabalhadora.

Porém, o desvelamento do funcionamento discursivo nos mostrou que tanto o governo do Presidente Lula com o seu discurso da igualdade racial, quanto seus opositores com o discurso da democracia racial tentam criar um consenso, cada um por seu caminho, contudo, sem tocar na questão central, a nosso ver, que são as relações capitalistas de produção e seus efeitos sociais.

No atual momento histórico do capitalismo monopolista as políticas afirmativas, principalmente no campo da educação, como as cotas, cumprem, entre outras mediações, as funções de diminuir a pressão da classe trabalhadora pela demanda por emprego, enquanto colocam na educação a saída para resolver uma mazela histórica e ainda reforçam a ideia de que é na vida escolar que se encontra o caminho para entrar no mercado de trabalho, construindo e difundindo assim, nas atuais e futuras gerações de afrodescendentes, o compromisso com a cultura empresarial e com a ordem social do capital, justificando dessa forma o individualismo e a competição.

A situação de exclusão social em que se encontram os afrodescendentes, somada à visão dominante, como vimos no início desta dissertação com alguns conceitos de políticas afirmativas (une-se aí “a fome com a vontade de comer”) justificam a aplicação dessas políticas como redentoras dos negros. Entretanto, a intenção dessas políticas raciais é incluir essa massa excluída na ordem social do capital, para, a partir daí, aumentar a produtividade desses setores na economia capitalista, ou seja, aumentar a extração de mais-valia e beneficiar de maneira geral o grande capital.

Tudo isso evidencia que tanto a política de igualdade racial do governo Lula como a de seus opositores. Visam, nos marcos do capitalismo, de maneira pontual e privatista, não entrar em choque com a lógica perversa do capital; muito pelo contrário, a expansão dessas políticas promovida atualmente está em perfeita sintonia com as necessidades da reprodução do capital no seu atual contexto.

Não é nossa intenção desprezar as lutas do movimento negro; pelo contrário, nosso objetivo é demonstrar os limites que as políticas afirmativas possuem, sem deixar de reconhecer que a efetivação dessas ações contribui para desvelar o racismo no Brasil, provocando várias reflexões sobre a discriminação racial e a desigualdade social presentes na sociedade brasileira ao questionar o acesso “democrático e universal” à educação – em que a igualdade é apenas formal.

Concluimos que não há possibilidade de realizar uma verdadeira igualdade racial enquanto o capital continuar existindo. Qualquer política na direção da igualdade racial só será realmente substantiva se for além do sistema do capital e vier a contribuir com a eliminação de seu ato fundante, a compra e venda da força de trabalho, com a qual se realiza a exploração do homem pelo homem. Do contrário, essas políticas só reforçam a lógica do capital e cooptam os melhores quadros afrodescendentes para a sua lógica. Com isso, não estamos sugerindo o abandono das lutas, mas a sua radicalização.

Para finalizar, gostaríamos de dizer que os limites dessas políticas raciais de adaptação aos interesses do capital, em especial as políticas afirmativas, apesar de seu apelo de reparação social, o agente executor, ou seja, o Estado brasileiro e todas as suas características históricas que foram desenvolvidas nos capítulos anteriores, tem como objetivo garantir a adequação dos setores marginalizados pelo histórico de escravidão, evitando assim que esses mesmos setores venham a concorrer para destruir a ordem capitalista nacional, acenando com a possibilidade de, através das políticas afirmativas, contribuir para a formação de uma “classe média de cor”, ou melhor, uma “pequena burguesia negra” comprometida com a ordem nacional.

A teoria marxista revolucionária tem, no seu momento crucial, o objetivo de elaboração de uma educação comprometida com a emancipação humana, quando coloca na ordem do dia a disputa com as concepções de mundo dominantes.

Passados 90 anos da maior e mais instigante experiência revolucionária do proletariado na História, a Revolução de Outubro de 1917, recai sobre os ombros do

marxismo revolucionário a responsabilidade e a tarefa de transmitir a ciência social histórica, fundamentada no materialismo histórico e dialético, para as novas gerações de lutadores do proletariado, para assim contribuir decisivamente na resolução do grande dilema da conjuntura atual, desmascarar a barbárie do capital e recuperar o fim teleológico da razão humana, apontando para a construção da individualidade livre e universal, baseada no trabalho associado, somente possível nos marcos de uma sociedade para além do capital, ou seja, socialista.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BAKHTIN, Mikail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo, 1981.

BERTOLDO, E. **Trabalho, educação e formação profissional na contemporaneidade: formar para transformar**. In: MERCADO, L.P.; CAVALCANTE, M.A. (Orgs.). *Formação do pesquisador em educação: profissionalização docente, políticas públicas, trabalho e pesquisa*. Maceió: EDUFAL, 2007, p. 233-242.

BERTOLDO, E. **Crítica marxista às políticas educacionais no Brasil**. *II Encontro Regional Trabalho, Educação e Formação Humana*. Fortaleza, 06 a 09/6/2007.

BRASIL, 2003. **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília-DF. Inep/MEC – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

BRASIL, 2001. **Relatório Brasileiro apresentado à III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata**. Brasília, mimeo.

MIOTELLO, Vlademir. Ideologia. In BRAIT B. (Org.). **BAKHTIN: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005.

CAVALCANTE, M. do Socorro Aguiar de Oliveira. **“Implicitos e silenciamentos como pistas ideológicas”** In: *Leitura* N^o. 23 Maceió EDUFAL, 1999.

_____. **Qualidade e cidadania nas reformas da educação brasileira; o simulacro de um discurso modernizador**. Maceió: EDUFAL, 2007.

DUARTE, Newton. **Educação e moral na sociedade capitalista em crise**. In: CANDAU, Vera Maria, 2 ed. *Ensinar e aprender: sujeitos, saberes e pesquisa*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 175-189.

_____. **A rendição pós-moderna à individualidade alienada e a perspectiva marxista da individualidade livre e universal**. In: DUARTE, Newton (Org.). *Crítica ao fetichismo da mercadoria*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2004, p. 219-242.

DUCROT, Osvald. **Dire ET NE pas dire**. Paris: Herman, 1972.

EDUCAÇÃO NAS CONSTITUINTES BRASILEIRAS 1823-1988/ Osmar Fávero(org.). Campinas; Autores Associados, 2005.

FERNANDES, Florestan, 1978. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo: Ática.

FLORENCIO, Ana Maria Gama. **A voz do poder no jogo dos sentidos :um estudo sobre a escola.** Maceió: Edefal, 2007.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala.** São Paulo: global, 2003.

FRIGOTTO, Gadêncio, **Educação e a crise do capitalismo real.** São Paulo; Cortez, 1995.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. Fundo de cultura, 1959.

GOHN, Maria da Glória, **Movimentos sociais e educação.** São Paulo; Cortez, 2001.

IANNI, O. **Raças e Classes Sociais no Brasil.** Ed. Civilização Brasileira, 1966.

LEHER, Roberto. **Movimentos Sociais, democracia e educação.** In: FÁVERO, Osmar; Giovanni Semeraro (Orgs.). *Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro.* Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002, p. 187-223.

LEONTIEV, Alexis. **O desenvolvimento do psiquismo.** São Paulo: Centauro, 2004.

LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács.** 3 ed. rev. e ampl. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich, **Textos sobre educação e ensino.** São Paulo; Moraes, 1992.

MARX, Karl, **A origem do Capital.** São Paulo; Centauro, 2000.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Martin Claret, 2004.

_____. **Teses contra Feuerbach.** São Paulo: Abril cultural, 1978.

MAZZEO, A. C. **Burguesia e Capitalismo no Brasil.** Ed. Ática, São Paulo, 1988.

MÉSZÁROS, István, **O poder da ideologia.** São Paulo; Boitempo, 2004.

_____. **O SÉCULO XXI – socialismo ou barbárie ?.** São Paulo; Boitempo, 2003.

_____. **A educação para além do capital.** São Paulo; Boitempo, 2006.

_____. **Para além do capital.** São Paulo; Boitempo, 2004.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga, **Metodologia da Pesquisa para o professor pesquisador.** Rio de Janeiro; DP&A, 2006.

MUNANGA, Kabengele (org.). (1996). **Estratégias e políticas de combate à Discriminação racial**. São Paulo: EDUSP/ Estação Ciência.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley, **Educação e política no Brasil de hoje**. São Paulo: Cortez, 1999.

ONU. **Declaração e Plano de Ação da III Conferencia Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2002.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso princípios & procedimentos**. Campinas, Pontes, 1999.

_____. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

PÉREZ, Gómez, A. I. Compreender o ensino na escola: modelos metodológicos de investigação educativa. In: SACRISTÁN, j.: GÓMEZ, A. I. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre; ArtMed, 1998. pp. 99-117.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**. Trad. de Eni Orlandi. Campinas, Pontes, 1988.

_____. **O Discurso: Estrutura ou Acontecimento**. 3 ed. Campinas: Pontes, 2002.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1998. **Construindo a Democracia Racial**. Brasília: Presidência da República.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: companhia das letras, 1995.

RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Madras, 2008.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A invenção do “ser negro”: um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros**. São Paulo: Educ/Fapesp/Pallas, 2002.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico-Crítica**. Campinas; Autores associados, 2005.

SAVIANI, D. **A educação como questão nacional**. In: *A nova Lei da educação: trajetória, limites e perspectivas*. 5 ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1999, p. 1-7.

_____. **Filosofia da educação: crise da modernidade e o futuro da filosofia da práxis**. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *A reinvenção do futuro*. São Paulo: Cortez; Bragança Paulista, São Paulo: USF-IFAN, 1996, p. 167-185.

_____. **Por uma outra política educacional**. In: SAVIANI, D. *Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional*. 5 ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2004, p. 117-129.

_____. **Neo-liberalismo ou pós-liberalismo?** In: Estado e educação. *Coletânea CBE*. Campinas, São Paulo: Papirus: Cedes; São Paulo: Ande: Anped, 1992, p. 9-29.

SILVA SOBRINHO, Helson Flávio. **Discurso, velhice e classes sociais:** a dinâmica contraditória do dizer agitando as filiações de sentidos na processualidade histórica. Maceió: Edufal, 2007.

SILVERIO, Valter Roberto. **Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil.** Cad. Pesqui., São Paulo, n. 117, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000300012&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 16 Oct 2006. doi: 10.1590/S0100-15742002000300012.

TAVARES, Maria das Graças Medeiros, **Educação brasileira e Negociação política: O processo constituinte de 1987 e a gestão democrática**, Maceió; EDUFAL, 2003.

TONET, I. **Educação e emancipação humana.** IN: TONET, I. *Educação, cidadania e emancipação humana*. Ijuí: Unijuí: 2005, p. 197-237.

VAISMAN, Ester. **A ideologia e sua determinação ontológica.** In *Ensaio*, São Paulo, nº17/18, 1989.

VOESE, Ingo. **O movimento dos sem-terra na imprensa: um exercício de análise do discurso.** Ijuí: UNIJUÍ, 1998.

ANEXOS

ANEXO 1

Discurso do Presidente na criação da SEPPIR

Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de instalação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Palácio do Planalto, 21 de março de 2003.

Eu penso que, depois da Lucinda, a gente deveria terminar o ato e nos dar por agradecidos. Eu tinha tido a oportunidade de ver a Lucinda em Guarapari em 1995, não sei por que a gente não vê uma figura, como a Lucinda, mais presente nas televisões brasileiras.

Eu queria agradecer a presença aqui da família do nosso querido Florestan Fernandes, está aqui a sua viúva, minha querida companheira Miriam Rodrigues Fernandes, a Beatriz Fernandes, sua filha e o nosso companheiro jornalista Florestan Fernandes Júnior.

Eu tinha visto a Zezé Mota aqui, nossa querida Zezé Mota. Precisava alguém citar mais nomes de personalidades que estão aqui, porque todo mundo aqui é personalidade, mas uns são mais personalidades porque ganharam notoriedade.

Meu querido Antônio Pitanga, Pitanga ultimamente é mais do que um pitanga, está virando uma jabuticaba.

Minha querida companheira e esposa Marisa, Meu caro e querido companheiro José Alencar, Vice-Presidente da República, Minha querida Mariza Gomes da Silva, esposa do José Alencar, Senhoras e Senhores Embaixadores acreditados junto ao Governo brasileiro, Senhoras e Senhores Ministros, Meus companheiros de labuta nesses próximos 4 anos, Companheiras Ministras, Minha querida companheira Benedita da Silva, As mulheres devagarzinho vão ocupando espaço no Governo, Meu querido companheiro Abdias Nascimento, que eu pensei que tinha 39 anos e está com 89, Minha querida Matilde, prepara-te, a luta é dura mas será compensadora. Meus queridos companheiros Senadores, Deputados, Prefeitos, Companheiros dirigentes partidários, Companheiros do Movimento Negro, Meus amigos e minhas amigas, Preconceito é uma coisa doentia, e eu estou aqui,

de frente para vocês e atrás de vocês há um artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o artigo primeiro, que foi feito em 1948, que começa assim: 'Todos os homens – ou seja, não tinha mulher naquele tempo) – nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir, uns em relação aos outros, com espírito de fraternidade. 'Não é possível que as mulheres do mundo inteiro ainda não tenham feito uma pressãozinha para a ONU mudar o artigo primeiro e dizer: 'Todos os homens e mulheres do mundo.' Mas essa é uma forma de preconceito que está estampada nos livros escolares que a nossa meninada lê todo santo dia, está estampada nos jornais, nas revistas que a gente lê, está estampada nas novelas, nos filmes, em outros que tais.

Mas eu vou falar um pouco disso mais adiante. Primeiro, tem uma parte oficial aqui. Eu não sei como é que vou fazer para quebrar todos os cerimoniais, mas um dia... nós estamos começando.

Nós estamos aqui para tratar de problemas com os quais ninguém gosta de ser identificado: preconceito racial, discriminação, intolerância, racismo. Tem gente até que acredita que eles não existem no Brasil. Ou pensa que, quando ocorrem, prejudicam apenas algumas minorias. A realidade é bem diferente: esses males, aparentemente invisíveis, causam muito sofrimento entre nós.

Pelo menos metade da população brasileira vem sendo prejudicada por essa situação: a metade negra do nosso povo. Ela não é somente negra –é em sua grande maioria pobre. Mais de 64 por cento dos pobres e pelo menos 70 por cento dos indigentes brasileiros são negros, como também a maior parte dos desempregados e subempregados do país também são negros.

No caso das mulheres negras, a discriminação é dupla, de gênero e de raça. Muitas são submetidas a trabalhos precários, baixa remuneração, violência e abuso sexual, além do abandono que as obriga a assumirem sozinhas o sustento de suas famílias.

Essa situação injusta e cruel é produto da nossa História –da escravidão que durou quatro séculos no Brasil, deixando marcas profundas em nosso convívio social –, mas é também resultado da ausência de políticas públicas voltadas para superá-la.(implícito, formação ideológica utilização do discurso do povo, e a mobilidade do sujeito)

O Estado brasileiro não deve ser (implícito ou seja tentativa de passar q idéia da neutralidade) neutro em relação às questões raciais. Cabe a ele assegurar a todos os brasileiros e brasileiras igualdade de oportunidades na busca de melhores condições de vida.

É importante que a gente tenha claro o que está escrito na nossa Constituição. Eu lembro do papel extraordinário e dos debates que nós fizemos na Constituinte de 1988. E tínhamos lá a companheira Benedita, o companheiro Caó, que falavam na tribuna.

E o que foi escrito na Constituição, a começar do seu artigo 3º? Dizia assim: Constitui objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Inciso 4º – Promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Artigo 4º- A República Federativa do Brasil rege-se, nas suas relações internacionais, pelos seguintes princípios: Inciso 8º - púdio ao terrorismo e ao racismo.

Artigo 5º- Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros, residentes no país, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade nos termos seguintes: Primeiro, homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos da Constituição. A prática do racismo –inciso 42 –constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão nos termos da lei.

Artigo 7º- São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros, que visam a melhoria da sua condição social. Inciso 30º- Proibição de diferenças de salários, de exercício de funções e de critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

Artigo 216 da Constituição: Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira nos quais se inclui. Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Ato das disposições constitucionais transitórias.

Artigo 68 – os remanescentes das comunidades dos quilombos, que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes o título respectivo.

Eu não sei, meu caro amigo Cristovam Buarque, meu caro amigo Miro Teixeira, respectivamente Ministro da Educação e das Comunicações, meu caro Márcio Thomaz Bastos, Ministro da Justiça, e os outros Ministros, mas, sobretudo, esses três, a tarefa que vocês terão pela frente.

Eu vou contar dois episódios. Benedita e eu estávamos fazendo campanha para ela, em 1992, no Rio de Janeiro. Um dia, mais ou menos 7 horas da noite, depois de uns 10 ou 12 comícios, eu e ela fomos à casa de uma personalidade no Rio de Janeiro, nosso companheiro também –porque nós também temos companheiros personalidades –e chegamos, eu com uma camiseta surrada, porque tinha andado o dia inteiro fazendo comício, e a Benedita, que não andava tão chique assim ainda, chegamos ao prédio e nos dirigimos à entrada principal. Eis que o porteiro, um senhor negro, que certamente não conhecia a Constituição, e certamente não tinha tido o direito de ter auto-estima pela sua própria cor, disse à Benedita e a mim: 'Pelo elevador de serviço.' Ela, já Deputada Federal e eu, naquele tempo, já pensava em ser Presidente da República. Ou seja, eu fiquei nervoso, peguei o telefone, eu não quis brigar com o porteiro, porque ele não tinha culpa, peguei o telefone e liguei para a personalidade e disse: 'Olha, não é possível.' Aí ele falou com o porteiro e Benedita e eu entramos pelo elevador principal.

Mas isso não acontece só com negro e negra, não. Esses dias eu mudei para um apartamento e um filho de um amigo meu, amigo do meu filho, essa menina que usa essas bermudonas que você não sabe se são calça ou bermuda, porque não está nem no joelho, nem no tornozelo, está no meio da canela. Chega esse amigo do meu filho, na minha casa, de bermuda, de camiseta, todo esculhambado, como é próprio da idade, e chega na portaria e o porteiro –não era um negro, era um branco, mas que o salário era igual ao do negro, salário mínimo –diz assim para o menino: 'Por favor, pelo elevador de serviço.' Eu fui obrigado a pegar o telefone, porque eu perguntei para o menino: 'Por que que você veio pelo elevador de serviço?' 'Ah, porque o guarda mandou.' Eu olhei para ele assim. Eu falei: 'Pelos trajes, até que merecia.' Aí liguei para o porteiro e falei para o porteiro: 'Olha, daqui para a frente, quem vier à minha casa e disser que veio à minha casa, entra pelo

elevador considerado principal. São os dois da mesma marca, os dois do mesmo tamanho, cabe a mesma quantidade de pessoas, estão no mesmo prédio, próximos um do outro, ou seja, está escrito lá, um social e o outro de serviço.

Quer dizer, vocês imaginem o quanto a gente vai ter que lutar para tirar essas placas nos elevadores dos prédios do Brasil inteiro. E já há algum avanço, obviamente.

Há alguns anos, negro só aparecia na televisão se houvesse um personagem de escravo ou de bandido. Negra, até outro dia, o máximo que chegava era a ser chefe de cozinha.

Agora, tudo isso pode ser que, individualmente, não seja culpa de ninguém, é culpa de uma estrutura de dominação cultural a que nós somos submetidos ao longo de anos, anos, anos. E nós mudamos pouco, porque se a gente não começar, na pré-escola, a contar a História do Brasil diferente para nossas crianças, elas crescerão achando que os negros sempre foram escravos. Eles começarão achando que os negros são uma raça inferior. Então, se nós não começarmos a mudar, meu amigo Cristovam, na cartilha em que a criança começa a aprender o bê-a-bá, se nós não começarmos a discutir que as pessoas devem ter papel importante nos filmes e na televisão, pela sua competência e não pela sua cor, nós nunca mudaremos isso.

Vamos continuar achando e admitindo que a mulher negra e o homem negro são bons para dançar, são bons para jogar futebol, são bons para disputar as Olimpíadas, mas que outras atividades: gerente de banco tem que ser branco, dentista, médico, tem que ser branco, advogado tem que ser branco, chefe em repartição pública tem que ser branco. Até dentro das fábricas, e está aqui um negro saído de dentro da fábrica, o companheiro Vicentinho, sabe que se, numa empresa, houver dois trabalhadores para serem escolhido para um deles ser chefe, se houver um negro e um branco, pode ficar certo de que o branco será escolhido para ser o chefe daquela fábrica.

Portanto, vocês percebem que a tarefa é muito maior do que criar uma Secretaria, é muito maior do que colocar na Constituição ou na Declaração Universal dos Direitos Humanos. A coisa é muito mais profunda, a coisa está na raiz, no nascimento do nosso e de outros países. E a gente vai precisar, quem sabe, de alguns anos para que comece a mudar.

Por isso, minha querida companheira Matilde, eu estou certo de que, hoje, o que nós estamos fazendo, é jogando, meu caro Gilberto Gil, uma sementezinha. Vocês são a terra e os que não estão aqui são a água que vai aguar essa semente. E eu espero que, no menor espaço de tempo possível, essa árvore brote, dê frutos e a gente possa estar preocupado com outro problema e não mais com o problema do preconceito racial no nosso país.

A criação dessa Secretaria é o começo de um trabalho que precisa dar certo. Um trabalho que tem de ser articulado com o de outros Ministérios. Um trabalho cotidiano, persistente, que estimule, coordene e torne mais eficientes as ações do Governo nessa área. E aí, minha companheira Matilde, toda vez que a gente trabalha numa fábrica ou num quartel, ou em qualquer atividade em que entre uma pessoa nova, essa pessoa nova leva mais tempo. Você vai começar a tratar os outros Ministros como autoridades maiores do que você, porque é mais nova. E todos os Ministros, aqui, são seus amigos, minha cara. Você tem que pedir licença por educação, mas por direito você é igual a qualquer companheiro que já está no Governo.

Tenho certeza de que a nova Secretaria terá condições de fazer isso porque é fruto de movimentos amplos, participativos e profundamente comprometidos com a democracia no nosso país. É que eu vi alguém aqui da 'Cidade de Deus' que eu não vou falar agora.

O próprio processo de criação da Secretaria foi fruto de um trabalho integrado por nove Ministérios e representantes de movimentos sociais, coordenado pelo meu companheiro Luís Dulci, da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Durante o período de transição de Governo, no final do ano passado, verificamos que algumas iniciativas de Governo, ligadas às questões raciais, eram ações isoladas ou de caráter meramente propagandístico.

Ao nascer, a nova Secretaria dá a devida importância à promoção da igualdade racial no nosso país e abre espaço para a efetiva integração de projetos e ações em todo o conjunto de Governo.

Por razões históricas, e pela importância da população negra no Brasil, a Secretaria terá o seu foco principal nos problemas dessa etnia. Mas não só.

Qualquer parcela da população que seja vítima de discriminação racial receberá também da Secretaria a devida atenção.

A nova Secretaria surge em uma data de grande significação: 21 de março é o Dia Internacional de Combate à Discriminação Racial, instituído pela ONU em homenagem às dezenas de jovens negros que, em 1960, foram vítimas do massacre na África do Sul.

Surge ainda como uma resposta positiva do Brasil às questões levantadas em 2001 pela Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância, realizada também na África do Sul.

Mais de 16 mil pessoas de 173 países participaram dos debates daquele encontro –500 representantes do nosso Brasil. O seu lema, inclusive, merece ser lembrado aqui: 'Unidos para combater o racismo –Igualdade, Justiça e Dignidade'. É nesses termos que o Brasil do presente e do futuro deve agir.

Nas relações internacionais, o nosso país praticamente esqueceu a África. O meu Governo vai voltar a dar atenção a esse grande continente, que é o nosso irmão de sangue e de raízes espirituais. Em alguns países africanos o Brasil não tem Embaixada e nem sequer um escritório de representação. Vamos buscar maior intercâmbio político, cultural e comercial, imprescindível aos nossos povos, em particular os de língua portuguesa.

Já comuniquei ao meu companheiro Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores, que ainda este ano eu quero fazer a visita a alguns países da África para demonstrar que nós vamos reatar as nossas relações.

A História do Brasil é rica em exemplos de resistência e luta pelos direitos dos negros à plena cidadania.

Zumbi dos Palmares é um herói brasileiro e a data de 20 de novembro –Dia Nacional da Consciência Negra –deve se tornar uma data comemorativa de toda a sociedade.

A superação do racismo requer políticas públicas e ações afirmativas concretas.

Algumas personalidades brasileiras têm que ser lembradas neste ato, entre tantas que dedicaram suas vidas à defesa da igualdade racial.

Quero homenagear todas elas recordando, com respeito político e afeto pessoal, a professora, antropóloga e militante Lélia Gonzalez, e os mestres Florestan Fernandes, que já em 1950 desmistificava as relações raciais no Brasil, e também o nosso querido Milton Santos, o nosso maior geógrafo, mundialmente reconhecido.

Quero parabenizar homens e mulheres, simples e ilustres, que durante décadas contribuíram com seu esforço, talento e persistência para a efetivação dessa conquista.

A democracia brasileira será tanto mais substantiva quanto maior for a igualdade racial no nosso país.

Muito obrigado.

ANEXO 2

Manifesto: Todos têm direitos iguais na República Democrática

1 - Todos têm direitos iguais na República Democrática

2 - O princípio da igualdade política e jurídica dos cidadãos é um fundamento essencial da República e um dos alicerces sobre o qual repousa a Constituição brasileira. Este princípio encontra-se ameaçado de extinção por diversos dispositivos dos projetos de lei de Cotas (PL 73/1999) e do Estatuto da Igualdade Racial (PL 3.198/2000) que logo serão submetidos a uma decisão final no Congresso Nacional.

3 - O PL de Cotas torna compulsória a reserva de vagas para negros e indígenas nas instituições federais de ensino superior. O chamado Estatuto da Igualdade Racial implanta uma classificação racial oficial dos cidadãos brasileiros, estabelece cotas raciais no serviço público e cria privilégios nas relações comerciais com o poder público para empresas privadas que utilizem cotas raciais na contratação de funcionários. Se forem aprovados, a nação brasileira passará a definir os direitos das pessoas com base na tonalidade da sua pele, pela "raça". A história já condenou dolorosamente estas tentativas.

4 - Os defensores desses projetos argumentam que as cotas raciais constituem política compensatória voltada para amenizar as desigualdades sociais. O argumento é conhecido: temos um passado de escravidão que levou a população de origem africana a níveis de renda e condições de vida precárias. O preconceito e a discriminação contribuem para que esta situação pouco se altere. Em decorrência disso, haveria a necessidade de políticas sociais que compensassem os que foram prejudicados no passado, ou que herdaram situações desvantajosas. Essas políticas, ainda que reconhecidamente imperfeitas, se justificariam porque viriam a corrigir um mal maior.

5 - Esta análise não é realista nem sustentável e tememos as possíveis conseqüências das cotas raciais. Transformam classificações estatísticas gerais (como as do IBGE) em identidades e direitos individuais contra o preceito da igualdade de todos perante a lei. A adoção de identidades raciais não deve ser imposta e regulada pelo Estado. Políticas dirigidas a grupos "raciais" estanques em nome da justiça social não eliminam o racismo e podem até mesmo produzir o efeito

contrário, dando respaldo legal ao conceito de raça, e possibilitando o acirramento do conflito e da intolerância. A verdade amplamente reconhecida é que o principal caminho para o combate à exclusão social é a construção de serviços públicos universais de qualidade nos setores de educação, saúde e previdência, em especial a criação de empregos. Essas metas só poderão ser alcançadas pelo esforço comum de cidadãos de todos os tons de pele contra privilégios odiosos que limitam o alcance do princípio republicano da igualdade política e jurídica.

6 - A invenção de raças oficiais tem tudo para semear esse perigoso tipo de racismo, como demonstram exemplos históricos e contemporâneos. E ainda bloquear o caminho para a resolução real dos problemas de desigualdades.

7 - Qual Brasil queremos? Almejamos um Brasil no qual ninguém seja discriminado, de forma positiva ou negativa, pela sua cor, seu sexo, sua vida íntima e sua religião; onde todos tenham acesso a todos os serviços públicos; que se valorize a diversidade como um processo vivaz e integrante do caminho de toda a humanidade para um futuro onde a palavra felicidade não seja um sonho. Enfim, que todos sejam valorizados pelo que são e pelo que conseguem fazer. Nosso sonho é o de Martin Luther King, que lutou para viver numa nação onde as pessoas não seriam avaliadas pela cor de sua pele, mas pela força de seu caráter.

8 - Nos dirigimos ao congresso nacional, seus deputados e senadores, pedindo-lhes que recusem o PL 73/1999 (PL das Cotas) e o PL 3.198/2000 (PL do Estatuto da Igualdade Racial) em nome da República Democrática.

Rio de Janeiro, 30 de maio de 2006.

Adel Daher Filho - Diretor do Sindicato dos Ferrovieiros de SP-Bauru/MS e MT

Adilson Mariano - Vereador PT Joinville (SC)

Alberto Aggio - Professor livre-docente de História, UNESP/campus de Franca

Alberto de Mello e Souza - Faculdade de Ciências Econômicas da UERJ

Almir da Silva Lima - Jornalista, MOMACUNE
(Movimento Macaense Culturas Negras, Macaé-RJ)

Amandio Gomes - Professor do Instituto de Psicologia
da UFRJ e do PPGHC (IFCS-UFRJ)

Ana Teresa Venancio - Antropóloga, pesquisadora
da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

André Campos - Professor do Departamento de História da UFF e da UERJ

André Côrtes de Oliveira - Professor

Angela Porto - Historiadora, Pesquisadora do Departamento de Pesquisa da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

Anna Veronica Mautner - Psicanalista da Sociedade Brasileira de Psicanálise de S. Paulo e colunista da Folha de S. Paulo.

Antonio Carlos Jucá de Sampaio, Professor Adjunto do Departamento de História - UFRJ

Antonio Cícero - Poeta e ensaísta

Antonio Marques Cardoso (Ferreirinha) - Fábrica Cipla (Ocupada pelos Trabalhadores), Joinville/SC

Aurélio Carlos Marques de Moura - Presidente do Conselho Municipal de Cultura da Serra (ES) e da Associação Cultural Afro-brasileira "Ibó de Zambi".

Bernardo Kocher - Professor Departamento de História da UFF

Bernardo Sorj - Professor titular de sociologia UFRJ

Bila Sorj - Professora titular de sociologia UFRJ

Bolivar Lamounier - Cientista Político

Cacilda da Silva Machado - Professora do Departamento de História da UFPR (PR)

Caetano Veloso

Carlos Costa Ribeiro - Professor; atuou como especialista contratado no Programa das Nações Unidas Para o Meio Ambiente - PNUMA/UNEP

Claudia Travassos - Pesquisadora Titular da Fundação Oswaldo Cruz

Cláudia Wasserman - Professora Adjunta de História da UFRGS

Celia Maria Marinho de Azevedo - Historiadora

Célia Tavares - Professora Adjunta de História (FFP/UERJ)

Cyro Borges Jr. - Professor Adjunto do Departamento de Engenharia Mecânica da UERJ

Darcy Fontoura de Almeida - Professor Emérito, UFRJ

Demétrio Magnoli - Sociólogo e articulista da Folha de S. Paulo

Dilene Nascimento - Historiadora, pesquisadora da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

Domingos de Leers Guimaraens - Artista Visual

Dominichi Miranda de Sá - Pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz

Egberto Gaspar de Moura - Professor Titular de Fisiologia, Instituto de Biologia, UERJ

Elvira Carvajal - Professora de Biologia Molecular e Genética, UERJ

Eunice R. Durham - Professora titular de Antropologia, Professora emérita da FFLCH da USP

Fabiano Gontijo - Professor Adjunto de Antropologia, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Programa de Pós-Graduação em Letras, UFPI

Fernanda Martins - Pesquisadora da Fundação Oscar Niemayer (RJ)

Fernando Roberto de Freitas Almeida - Coordenador do curso de Economia da Faculdade Moraes Junior/Universidade Presbiteriana Mackenzie-Rio.

Ferreira Gullar - Poeta

Francisco Martinho - Professor de História da UERJ

George de Cerqueira Leite Zarur - Professor Internacional da Flacso e Consultor Legislativo da Área de Educação Superior da Câmara dos Deputados

Gilberto Hochman - Cientista Político pesquisador da Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ

Gilberto Velho - Professor titular e decano do Departamento de Antropologia do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e membro da Academia Brasileira de Ciências

Gilda Portugal - Professora de Sociologia da UNICAMP

Gilson Schwartz - Economista, Professor de Economia da Informação da ECA-USP e Diretor da Cidade do Conhecimento (USP)

Giselda Brito - Professora Adjunta de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco

Gláucia K. Villas Boas - Vice-Diretora do IFCS/UFRJ e professora do departamento de Sociologia da UFRJ

Guilherme Amaral Luz - Professor do Instituto de História da UFU

Guita Debert - Professora Titular de Antropologia do Departamento de Antropologia UNICAMP

Helena Lewin - Professora Titular aposentada da UFF

Hercidia Mara Facuri Coelho - Pró-reitora, Universidade de Franca (UNIFRAN)

Hugo Rogélio Suppo - Professor adjunto de História da UERJ

Icléia Thiesen - Professora Adjunta do Programa de Pós-graduação em Memória Social da UNI-Rio

Isabel Lustosa - Pesquisadora Titular da Fundação Casa de Rui Barbosa

João Amado - Mestrando em História da UERJ e professor da rede pública

João Leão Sattamini Netto - Economista, membro do Conselho de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, Comodante do Museu de Arte Contemporânea de Niterói.

João Paulo Coelho de Souza Rodrigues - DECIS, UFSJ

John Michael Norvell - Professor Visitante, Pitzer College, Claremont, CA EUA

José Augusto Drummond - Cientista político, professor do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS/UnB)

José Carlos Miranda - Diretório Estadual do PT SP, Coordenação do Comitê por um Movimento Negro Socialista (MNS)

José Roberto Ferreira Militão - Advogado, AFROSOL-LUX - Promotora de Soluções em Economia Solidária

José Roberto Pinto de Góes - Professor de História da UERJ

Josué Pereira da Silva - Professor de sociologia, IFCH, UNICAMP

Kátia Maciel - N-Imagem - Escola de Comunicação da UFRJ

Kenneth Rochel de Camargo Jr. - Professor Adjunto do Instituto de Medicina Social da UERJ

Laiana Lannes de Oliveira - Professora de História da PUC (RJ)

Lena Lavinias - Professora do Instituto de Economia da UFRJ

Lilia K. Moritz Schwarcz - Professora Titular de Antropologia da USP

Lucia Lippi Oliveira - Socióloga, pesquisadora e professora do CPDOC/FGV

Lúcia Schmidt - Professora Adjunta da Faculdade de Engenharia da UERJ.

Luciana da Cunha Oliveira - Mestranda em História pela UFF e professora da rede pública de ensino

Luiz Alphonsus de Guimaraens - Artista Plástico

Luiz Fernando Almeida Pereira - Professor de Sociologia da PUC-Rio

Luiz Fernando Dias Duarte - Professor do Departamento de Antropologia do Museu Nacional da UFRJ

Luiz Werneck Vianna - Professor titular do IUPERJ

Madel T. Luz - Professora Titular do Instituto de Medicina Social da UERJ

Magali Romero Sá - Historiadora, Pesquisadora da Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ

Manolo Florentino - Professor de história, IFCS/UFRJ

Marcos Chor Maio - Sociólogo, Fundação Oswaldo Cruz

Maria Alice Resende de Carvalho - Socióloga, professora do IUPERJ

Maria Conceição Pinto de Góes - Pós-Graduação em História Comparada, UFRJ.

Maria Hermínia Tavares de Almeida - Professora Titular de Ciência Política da USP

Maria Sylvia de Carvalho Franco - Professora Titular de Filosofia, Unicamp

Mariza Peirano - Professora titular de antropologia, UnB

Mirian Goldenberg - Professora de Antropologia IFCS-UFRJ

Moacyr Góes - Diretor de cinema e teatro

Mônica Grin - Professora do departamento de História da UFRJ

Monique Franco - Professora FFP/UERJ

Nisia Trindade Lima - Socióloga, Fundação Oswaldo Cruz

Oliveiros S. Ferreira - Professor de Política na PUC-SP e USP-SP

Paulo Kramer - Professor do Departamento de Ciência Política da UnB

Peter Fry - Professor titular de antropologia UFRJ

Priscilla Mouta Marques - Professora de Português e Literaturas Brasileira e Africanas de Língua Portuguesa, auxiliar de pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz

Ronaldo Vainfas - Professor Titular de História Moderna da Universidade Federal Fluminense

Renata da Costa Vaz - Diretora do Sindicato Servidores Públicos Municipais Campinas/SP

Renato Lessa - Professor titular do IUPERJ

Ricardo Ventura Santos - Pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz e Professor do Departamento de Antropologia do Museu Nacional, UFRJ

Rita de Cássia Fazzi - Professora do Departamento de Ciências Sociais da PUC (MG)

Roberto Romano - Professor Titular de Filosofia, Unicamp

Roney Cytrynowicz - Historiador

Roque Ferreira - Coordenador Nacional da Federação dos Trabalhadores sobre Trilhos - CUT, Conselho Comunidade Negra Bauru-SP

Serge Goulart - Integrante do Diretório Nacional do PT

Sergio Danilo Pena - Professor Titular do Depto. Bioquímica e Imunologia da UFMG

Silvana Santiago - historiadora

Silvia Figueiroa - Historiadora, Professora do Instituto de Geociências da UNICAMP

Simon Schwartzman - Presidente do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade no Rio de Janeiro

Simone Monteiro - Pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz

Ubiratan Iorio - Professor Adjunto da UERJ e Presidente do Centro Interdisciplinar de Ética e Economia Personalista (Cieep)

Uliana Dias Campos Ferlim - Cantora e professora, mestre em história

Vicente Palermo - Instituto Gino Germani, Buenos Aires, Conicet, Argentina.

Wanderley Guilherme dos Santos - Cientista político

Wlamir José da Silva - Professor Adjunto de História da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)

Yvonne Maggie - Professora titular de antropologia IFCS/UFRJ

Zelito Vianna - Cineasta